ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

CNPJ n° 08.364.948/0001-38
NIRE n° 35.300.335.325

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

DATA: 27 DE ABRIL DE 2021

HORÁRIO: 11 HORAS

ÍNDICE

1 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGOE 1

2 DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À AGOE 5

3 PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 6

4 DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 7

5 ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA 8

6 PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021 9

7 CONCLUSÕES 9

ANEXOS

Anexo I	Item 10 do Formulário de Referência da Companhia
Anexo II	Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2020
Anexo III	Item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia
Anexo IV	Item 13 do Formulário de Referência da Companhia

São Paulo, 26 de março de 2021.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados senhores,

O Conselho de Administração da **Alupar Investimento S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, conjunto 161, sala A, CEP 04547-006, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.335.325 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 08.364.948/0001-38, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2149-0 ("**Alupar**" ou "**Companhia**"), submete à apreciação de seus acionistas a presente proposta da administração ("**Proposta**") sobre as matérias que serão deliberadas na assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia ("**AGOE**"), a ser realizada em 27 de abril de 2021, às 11:00 horas, exclusivamente na forma digital por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, sendo considerada como realizada na sede social da Companhia, conforme Edital de Convocação divulgado na presente data, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes;

(ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluindo a distribuição de dividendos;

(iii) definir o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; e

(iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2021.

1 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGOE

1.1 Participação por meio de sistema eletrônico

Diante da atual situação decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e das restrições impostas ou recomendadas pelas autoridades com relação a viagens, deslocamentos e reuniões de pessoas, a Companhia esclarece que a AGOE será realizada exclusivamente à distância e digital, conforme as instruções a seguir apresentadas.

A participação à distância por meio de sistema eletrônico na AGOE será realizada pela plataforma Cisco Webex e o acionista que assim desejar participar e votar deverá observar atentamente a todas as condições abaixo indicadas, em observância ao disposto na Instrução CVM 481.

Para participação na AGOE por meio do sistema eletrônico, os acionistas deverão apresentar, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, bem como os seguintes documentos:

Pessoa Física: cópia autenticada do documento de identidade do acionista;

Pessoa Jurídica: (i) cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do acionista; e

Fundo de Investimento: (i) cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (ii) cópia do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento.

Aos acionistas que forem representados por meio de procuração, deverá ser apresentado o instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa física ou que não assinar a procuração em seu próprio nome, deverá apresentar os documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

Conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGOE por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras do Código Civil ou da Lei das Sociedades por Ações, a depender do tipo societário do acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

Para participarem, os acionistas deverão enviar solicitação por e-mail à Companhia para o endereço ri@alupar.com.br, até às 14:00 do dia 25 de abril de 2021, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme acima especificada) para permitir a participação do acionista na AGOE.

Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido (ou seja, até às 14:00 do dia 25 de abril de 2021) não poderão participar da AGOE.

Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação. **O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.**

O acionista devidamente cadastrado na plataforma digital que participar à distância será considerado presente à AGOE, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 21-V, inciso III e parágrafo único, da Instrução CVM 481.

O acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância ("**BVD**") também poderá se cadastrar para participar da AGOE à distância e digital, desde que o faça de acordo com as orientações (em especial, observância dos prazos e apresentação dos documentos) ora indicadas, hipótese em que tal acionista poderá: (i) simplesmente participar dos trabalhos da AGOE; ou (ii) participar dos trabalhos e votar na AGOE, situação em que todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD para tal acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou CNPJ, serão desconsideradas.

Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação à distância e digital na AGOE não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGOE até às 14:00 do dia 26 de abril de 2021, deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone (11) 4571-2483, a fim de que lhe sejam reenviadas as respectivas instruções para acesso.

A participação por meio de tal plataforma digital conjugará áudio e vídeo/imagem, sendo que os acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da AGOE com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações. A AGOE será integralmente gravada.

A Companhia recomenda, ainda, aos acionistas que pretendam solicitar sua participação na AGOE por meio da plataforma digital que se familiarizem previamente com o uso do Cisco Webex, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da respectiva plataforma (por vídeo e áudio).

A Companhia também solicita a tais acionistas que acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (como, por exemplo, instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do seu equipamento com a plataforma digital).

1.2 Boletim de Voto à Distância

O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância por meio de Boletim de Voto à Distância poderá preenchê-lo observadas as orientações acima e enviá-lo à Companhia, ou transmitir instruções de preenchimento a seus respectivos agentes de custódia/escrituradores, conforme abaixo:

<u>Mediante envio do Boletim de Voto à Distância preenchido e assinado diretamente à Companhia</u>

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia deverá encaminhar os documentos listados no item "Documentação a ser encaminhada a Companhia juntamente com o Boletim de Voto à Distância" abaixo, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, por meio de correio postal direcionado à sede da Companhia, localizada na

Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, conjunto 161, sala A, Vila Olímpia, CEP 04547-006, São Paulo, SP, ou por meio do endereço eletrônico: ri@alupar.com.br.

Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas ao escriturador das ações da Companhia

Os acionistas poderão também realizar um cadastro juntamente com obtenção de certificado digital e realizar a transmissão de suas instruções de voto ao escriturador das ações da Companhia, a Itaú Corretora de Valores S.A. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço: http://www.itau.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/.

Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras ("**Agentes de Custódia**") na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"). Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantém suas posições em custódia.

O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantem suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos, que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento deste Boletim de Voto à Distância é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Documentação a ser encaminhada a Companhia juntamente com o Boletim de Voto à Distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os documentos listados abaixo, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, por meio de correio postal direcionado à sede da Companhia, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, conjunto 161, sala A, Vila Olímpia, CEP 04547-006, São Paulo, SP, ou por meio do endereço eletrônico: ri@alupar.com.br.

Pessoa Física: (i) cópia dos boletins relativos à AGOE devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; (ii) cópia do documento de identidade do acionista; (iii) os comprovantes de titularidade das ações demonstrando sua respectiva participação acionária;

Pessoa Jurídica: (i) cópia dos boletins relativos à AGOE devidamente preenchidos, rubricados e assinados pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; (iii) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do acionista; (iv) os comprovantes de titularidade das ações demonstrando sua respectiva participação acionária; e

Fundo de Investimento: (i) cópia dos boletins relativos à AGOE devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; (iv) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento; e (v) os comprovantes de titularidade das ações demonstrando sua respectiva participação acionária.

Nos termos da Instrução da CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada ("**Instrução CVM 561**") os Boletins de Voto a Distância deverão ser recebidos em até 7 (sete) dias antes da data da AGOE, ou seja, até 20 de abril de 2021 (inclusive).

Excepcionalmente para esta AGOE, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma dos Boletins de Voto à Distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país.

A Companhia exigirá apenas a tradução simples de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua diversa da portuguesa.

2 DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À AGOE

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 9º da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**"), informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

2.1 Relatório da Administração

O Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras abaixo descritas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 22 de março de 2021.

O Relatório da Administração, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais Completas, foi disponibilizado em 22 de março de 2021 na página eletrônica da Companhia (www.alupar.com.br/ri), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

O Relatório da Administração será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico" em 30 de março de 2021.

2.2 Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 22 de março de 2021.

As Demonstrações Financeiras foram disponibilizadas em 22 de março de 2021 na página eletrônica da Companhia (www.alupar.com.br/ri), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico" em 30 de março de 2021.

2.3 Comentário dos administradores

Nos termos do artigo 9º, item III da Instrução CVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma especificada no Item 10 do Anexo 24

da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, encontram-se no **ANEXO I** a esta Proposta da Administração.

2.4 Parecer dos auditores independentes

O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, parte integrante das Demonstrações Financeiras, foi disponibilizado em 22 de março de 2021 na página eletrônica da Companhia (www.alupar.com.br/ri), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

O parecer dos auditores independentes, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico" em 30 de março de 2021.

2.5 Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP

O Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi disponibilizado em 22 de março de 2021 na página eletrônica da Companhia (www.alupar.com.br/ri), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

3 PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O lucro líquido consolidado da Companhia apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$942.086.221,92.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, no mínimo 50% do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, deverão ser distribuídos a título de dividendo mínimo obrigatório.

Face ao acima exposto, a administração da Companhia submete à AGOE a aprovação da destinação do lucro líquido conforme abaixo indicado:

(i) constituição de reserva legal de 5% do lucro líquido consolidado da Companhia apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 35(a) do Estatuto Social da Companhia, no montante de R$47.104.311,10;

(ii) pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no montante de R$246.151.155,32, que corresponde a R$0,28 por ação ordinária de emissão da Companhia, R$0,28 por ação preferencial de emissão da Companhia, e R$0,84 por Unit lastreada em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, sem retenção de Imposto de Renda na Fonte, composto por:

(a) R$25.461.891,58, referente ao lucro líquido consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

(b) R$220.689.263,74, referente ao saldo destinado à reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em razão do recebimento de dividendos das controladas da Companhia, tal saldo foi reclassificado para a rubrica de "Dividendos a Pagar", acrescendo os dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme artigo 202, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos serão pagos da seguinte forma: (i) R$87.911.126,90, a ser pago até 31 de maio de 2021, que corresponde a R$0,10 por ação ordinária de emissão da Companhia, R$0,10 por ação preferencial de emissão da Companhia, e R$0,30 por Unit lastreada em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia; (ii) R$87.911.126,90, a ser pago até 30 de agosto de 2021, que corresponde a R$0,10 por ação ordinária de emissão da Companhia, R$0,10 por ação preferencial de emissão da Companhia, e R$0,30 por Unit lastreada em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) R$70.328.901,52, a ser pago até 30 de novembro de 2021, que corresponde a R$0,08 por ação ordinária de emissão da Companhia, R$0,08 por ação preferencial de emissão da Companhia, e R$0,24 por Unit lastreada em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia.

(iii) em cumprimento ao artigo 202, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, a destinação do valor de R$422.029.063,83, representando o saldo necessário para perfazer os 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado mas não realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para a reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e

(iv) considerando as propostas dos itens (i) a (iii) acima, destinação do saldo remanescente do lucro líquido consolidado apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, excluído o montante destinado à reserva legal, no montante de R$447.490.955,41 à reserva de investimento, nos termos do artigo 35, inciso (f), do Estatuto Social da Companhia.

Os acionistas que farão jus aos referidos dividendos, mencionados no item (ii) acima, são aqueles registrados como tal em 27 de abril de 2021, data de realização da AGOE, sendo que, a partir de 28 de abril de 2021, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas *ex*-dividendos.

Em atendimento ao artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM 481, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social de 2020, na forma do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481, encontra-se no **ANEXO II** a esta Proposta da Administração.

4 DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 10 (dez) membros titulares e eventuais suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição. Cabe à Assembleia Geral determinar o número de cargos do Conselho da Administração a serem preenchidos em cada mandato. A Administração propõe que o número de membros titulares e suplentes seja de 7 (sete) membros titulares e 3 (três) membros suplentes em todos os casos para mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os membros suplentes do Conselho de Administração poderão, em observância à Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação aplicáveis da B3 e da CVM, atuar como suplente de seus respectivos membros do Conselho de Administração em caso de vacância ou impedimento, conforme indicado no item 5 abaixo.

Caso haja pedido de eleição em separado, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, a estrutura do Conselho de Administração será reorganizada para acomodar o conselheiro eleito em separado, de modo que o número de membros titulares seja aumentado para 9 (nove).

5 ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Tendo em vista que o mandato do Conselho de Administração se encerrará na AGOE, a Companhia propõe à Assembleia Geral a eleição, para um mandato de 2 (dois) anos, dos seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração da Companhia:

Membro Efetivo	Membro Suplente
José Luiz de Godoy Pereira	Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires
Paulo Roberto de Godoy Pereira	Fernando Carvalho de Godoy Pereira
Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	Carlos Manuel da Silva Graça
Marcelo de Almeida Pires	-
Oswaldo Errerias Ortega	-
Humberto Falcão Martins (Independente)	-
Rogério Paulo Calderón Peres (Independente)	-

Em atendimento ao artigo 10 da Instrução CVM 481, as informações sobre os candidatos para membros do conselho de administração encontram-se no **ANEXO III** a esta Proposta da Administração e estão disponíveis na sede e no *website* da Companhia (www.alupar.com.br/ri), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

O percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária é de 5% (cinco por cento), conforme Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada.

A requisição do processo de voto múltiplo deve ser realizada através de notificação por escrito entregue à Companhia com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGOE. Assim, adotando-se como premissa a presença de acionistas na AGOE representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia (percentual que corresponde à maior representatividade de acionistas não controladores durante o processo de eleição durante a AGOE), caso seja solicitada apenas a votação por voto múltiplo, em um cenário em que (i) todos os acionistas não controladores da Companhia concentrem os seus votos em candidatos indicados por eles; e (ii) os acionistas controladores concentrem seus votos nos candidatos por ele indicados nesta proposta, os acionistas não-controladores teriam a possibilidade de eleger até 1 (um) membro do Conselho de Administração por meio de voto múltiplo.

Os acionistas poderão, observado o disposto no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, solicitar a realização de votação em separado para eleição de membro do Conselho de Administração. Ressalta-se que somente poderão exercer o direito a requerer e participar da votação em separado os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante, no mínimo, o período de 3 (três) meses imediatamente anterior à realização de Assembleia Geral, nos termos do artigo 141, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações.

Assim, adotando-se como premissa a presença de acionistas na AGOE representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, caso seja solicitada apenas a votação em separado, os acionistas não-controladores teriam a possibilidade de eleger até 2 (dois) membros do Conselho de Administração, sendo (i) 1 (um) conselheiro eleito pelos titulares de ações ordinárias que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações ordinárias; e (ii) 1 (um) conselheiro eleito pelos acionistas titulares de ações

preferenciais que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social da Companhia. Verificando-se que nem os acionistas detentores de ações ordinárias e nem os acionistas titulares de ações preferenciais, respectivamente, possuem os quóruns previstos nos itens (i) e (ii) acima, ser-lhes-á facultado agregar suas ações com acionistas titulares de ações ordinárias para elegerem, em conjunto, 1 (um) membro do Conselho de Administração, observando-se, nessa hipótese, o quórum mínimo de 10% (dez por cento) do capital social.

Por fim, também adotando-se como premissa a presença de acionistas na AGOE representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, caso seja solicitada a votação por voto múltiplo, bem como a votação em separado, os acionistas não controladores podem eleger até 3 (três) membros do Conselho de Administração.

Independentemente dos cenários acima descritos, deverão ser observadas as regras do Regulamento de Listagem do Nível II de Governança Corporativa da B3 ("**Regulamento de Listagem**") que exigem que, ao menos, 20% (vinte por cento) dos membros eleitos para o Conselho de Administração se qualifiquem como "Membros Independentes", conforme definido no referido Regulamento de Listagem.

Por fim, a Companhia esclarece que os cenários acima apresentados são hipotéticos e meramente ilustrativos e que a composição final do Conselho de Administração será definida durante a AGOE com base nas deliberações e votos válidos efetivamente proferidos.

6 PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021

A administração propõe a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2021 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021) no montante de até R$16.450.321,63, sendo R$1.112.904,00 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R$15.337.417,63 referentes à remuneração da Diretoria.

A Companhia esclarece que **(i)** o período a que se refere a presente proposta de remuneração é de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021; e **(ii)** os valores para remuneração dos administradores aprovados na assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia realizada em 27 de abril de 2020, totalizavam R$11.711.113,21, dos quais foram utilizados R$10.582,164,63 até 31 de dezembro de 2020. A diferença entre os valores aprovados e os valores efetivamente utilizados pela Companhia se deve ao não atingimento de metas referentes à remuneração variável.

Em atendimento ao artigo 12 da Instrução CVM 481, as informações sobre remuneração dos administradores indicadas no item 13 do Formulário de Referência da Companhia encontram-se no **ANEXO IV** a esta Proposta da Administração.

7 CONCLUSÕES

Pelos motivos acima e em conformidade com a legislação societária aplicável, o Estatuto Social da Companhia e as disposições da presente Proposta da Administração, a administração da Companhia recomenda à V.Sas. a aprovação das matérias acima elencadas na AGOE a ser realizada em 27 de abril de 2021, bem como das demais matérias a ela relacionadas.

Por fim, a administração esclarece que esta Proposta da Administração se encontra disponível na sede social da Companhia, na página eletrônica da Companhia (www.alupar.com.br/ri), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

Cordialmente,

José Luiz de Godoy Pereira
Presidente do Conselho de Administração

Anexo I Item 10 do Formulário de Referência da Companhia

(conforme artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

Nosso patrimônio líquido total em 31 de dezembro de 2020 era de R$8.944,7 milhões, o que representa uma variação positiva de 18,63% em relação ao patrimônio líquido total em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu, especialmente, pelo aumento das contas de reserva em R$701,0 milhões decorrente do resultado do exercício de 2020, aumento dos resultados abrangentes no montante de R$46,9 milhões referente aos ajustes de conversão cumulativa de balanços (*Cumulative Translation Adjustment - CTA*) das empresas La Virgen, Alupar Peru e Risaralda e aumento do valor atribuído aos acionistas não controladores da Companhia no montante de R$656,7 milhões.

Nosso patrimônio líquido total em 31 de dezembro de 2019 era de R$7.540,1 milhões, o que representa uma variação positiva de 20,42% em relação ao patrimônio líquido total em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu, especialmente, pelo aumento das contas de reserva em R$659,8 milhões decorrente do resultado do exercício de 2019, aumento dos resultados abrangentes no montante de R$14,3 milhões referente aos ajustes de conversão cumulativa de balanços (*Cumulative Translation Adjustment - CTA*) das empresas La Virgen, Alupar Peru e Risaralda e aumento do valor atribuído aos acionistas não controladores da Companhia no montante de R$604,2 milhões.

Em função do nosso volume de investimentos na implantação de novos ativos de transmissão e geração de energia elétrica, e também dentro da política de melhores práticas do mercado no gerenciamento de passivos com o alongamento de nossas dívidas, captamos com terceiros recursos da ordem de R$773,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, sendo 63,09% inferior ao montante de R$2.096,5 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Em função do nosso volume de investimentos na implantação de novos ativos de transmissão e geração de energia elétrica, e também dentro da política de melhores práticas do mercado no gerenciamento de passivos com o alongamento de nossas dívidas, captamos com terceiros recursos da ordem de R$2.096,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, sendo 29,84% inferior ao montante de R$2.988,2 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Índices de liquidez

	Consolidado		
(em milhares de reais)	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ativo circulante	4.084.394	5.441.876	4.986.366
Realizável a longo prazo	13.486.496	9.172.874	4.760.706
Passivo circulante	2.290.153	2.085.695	1.528.902
Passivo não circulante	11.341.675	9.743.972	6.815.969
Liquidez corrente	**1,78**	**2,61**	**3,26**
Liquidez geral	**1,29**	**1,24**	**1,17**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nossa liquidez corrente, calculada pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante, foi de 1,78, inferior em 31,65% quando comparado ao índice de liquidez corrente para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, de 2,61, que por sua vez foi 19,94% inferior em relação ao índice de liquidez corrente de 1,17 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nossa liquidez geral, calculado pelo ativo circulante somado ao realizável a longo prazo dividido pelo valor do passivo circulante somado ao passivo não circulante, foi de 1,29, superior em 4,33% quando comparada à liquidez geral do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, de 1,24, que por sua vez foi superior em 5,77% em relação a nossa liquidez geral de 1,17, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Acreditamos que nossos índices de liquidez acima informados representam disponibilidade de recursos suficientes para cobertura de nosso passivo.

(b) estrutura de capital

	Consolidado		
(em milhares de reais)	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Empréstimos e financiamentos (Circulante)	363.798	388.062	197.184
Debêntures (Circulante)	459.821	479.525	508.893
	823.619	867.587	706.077
Empréstimos e financiamentos (Não circulante)	2.155.652	1.635.795	1.663.297
Debêntures (Não circulante)	5.996.185	6.010.773	4.033.896
	8.151.837	7.646.568	5.697.193
Total do endividamento consolidado	**8.975.456**	**8.514.155**	**6.403.270**
Patrimônio líquido	5.750.118	5.002.189	4.328.048
Não controladores	3.194.564	2.537.876	1.933.661
Total do patrimônio líquido + não controladores	**8.944.682**	**7.540.065**	**6.261.709**
Recursos próprios	39,62%	38,93%	42,87%
Capital de terceiros	60,38%	61,07%	57,13%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,0%**
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	100,34%	112,92%	102,26%

Nossa estrutura de capital consolidada, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, passou a contar com 39,62% de recursos próprios e 60,38% de capital de terceiros, enquanto que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, nossa estrutura de capital consolidada registrou 38,93% de recursos próprios e 61,07% de capital de terceiros e, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, nossa estrutura de capital consolidada registrou 42,87% de recursos próprios e 57,13% de capital de terceiros.

Nos mesmos períodos citados acima, possuíamos uma relação dívida bruta sobre patrimônio líquido total de 100,34%, 112,92% e 102,26%, respectivamente.

Entendemos que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida liquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com a prática de mercado para o setor de atuação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, da era de R$2.981,9 milhões, representado por 596.955.970 ações ordinárias e 282.155.299 ações preferenciais. Todas as ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia são nominativas, escriturais e sem valor nominal. Possuímos um capital autorizado de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações ordinárias e/ou ações preferenciais. O nosso Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até esse limite, independentemente de reforma estatutária, nos termos do artigo 8º, parágrafo 1º do estatuto social da Companhia.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

	Consolidado		
(em milhares de reais)	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Empréstimos e financiamentos (Circulante)	363.798	388.062	197.184
Debêntures (Circulante)	459.821	479.525	508.893
	823.619	867.587	706.077
Empréstimos e financiamentos (Não circulante)	2.155.652	1.635.795	1.663.297
Debêntures (Não circulante)	5.996.185	6.010.773	4.033.896
	8.151.837	7.646.568	5.697.193
Total do endividamento consolidado	**8.975.456**	**8.514.155**	**6.403.270**
Patrimônio líquido	5.750.118	5.002.189	4.328.048
Não controladores	3.194.564	2.537.876	1.933.661
Total do patrimônio líquido + não controladores	**8.944.682**	**7.540.065**	**6.261.709**
Recursos próprios	39,62%	38,93%	42,87%
Capital de terceiros	60,38%	61,07%	57,13%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,0%**
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	100,34%	112,92%	102,26%
Dívida de longo prazo	90,82%	89,81%	88,87%

Acreditamos ter geração de caixa e liquidez de recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos prever que tal situação se mantenha.

Nossa dívida bruta (total de empréstimos e financiamentos e debêntures, circulante e não circulante) totalizava R$8.975,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020,

R$8.514,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e R$6.403,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

	Consolidado		
(em milhares de reais)	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Empréstimos e financiamentos (Circulante)	363.798	388.062	197.184
Debêntures (Circulante)	459.821	479.525	508.893
	823.619	867.587	706.077
Empréstimos e financiamentos (Não circulante)	2.155.652	1.635.795	1.663.297
Debêntures (Não circulante)	5.996.185	6.010.773	4.033.896
	8.151.837	7.646.568	5.697.193
Total do endividamento consolidado	**8.975.456**	**8.514.155**	**6.403.270**
Disponibilidade	2.183.734	3.994.515	3.600.150
Dívida Líquida	6.791.722	4.519.640	2.803.120

Nossa dívida líquida ajustada considera nossa "Dívida Bruta" menos as disponibilidades, as quais são a soma das rubricas "Caixa e Equivalentes de Caixa", "Investimentos de Curto Prazo" e "Títulos e Valores Mobiliários", tendo atingido R$6.791,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, valor superior em 50,27% ao registrado em 31 de dezembro de 2019 que foi de R$4.519,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, que por sua vez foi superior em 61,24% ao registrado em 31 de dezembro de 2018 que foi de R$2.803.1 milhões. A posição consolidada das disponibilidades, em 31 de dezembro de 2020, era de R$2.183,7 milhões, R$3.994,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R$3,600,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

É importante ressaltar que, nosso EBITDA consolidado (calculado conforme descrito no item 3.2 deste Formulário de Referência e na Instrução CVM 527) foi de R$3.453,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, R$2.557,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R$1.294,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Nossa dívida de longo prazo, que corresponde a 90,82% de nossa dívida bruta em 31 de dezembro de 2020, possui um horizonte largo de amortização, com 8,35% dessa dívida sendo amortizada até 2022 e 91,65% após esse período.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para financiar nosso capital de giro e nossos investimentos em ativos não-circulantes (*capex*), utilizamo-nos do caixa gerado por nossas atividades, de empréstimos e financiamentos contraídos junto a instituições financeiras de primeira linha, bem como de emissão de debêntures.

Acreditamos estar em uma situação confortável em relação às nossas fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, tendo em vista principalmente: (i) nossa capacidade de geração de caixa; (ii) nossa qualidade de crédito determinada por agências internacionais de classificação de risco; (iii) nosso limite de crédito não utilizado; e (iv) a qualidade de nossas subsidiárias, as quais nos permitem financiar investimentos de capital utilizando-nos da modalidade de *project finance*.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Dentro de nossa estratégia de crescimento, as necessidades de financiamento para novos investimentos de capital (construção de novos ativos) são usualmente buscadas junto ao BNDES e outras instituições financeiras de desenvolvimento, juntamente com outros financiamentos estruturados de dívidas públicas ou privadas, além da utilização da nossa geração interna de caixa decorrente de nossas subsidiárias em operação.

A necessidade de eventual captação fora destas linhas é, em geral, justificada pelo alongamento do perfil de endividamento e pela manutenção dos níveis de alavancagem que são adequados tanto para nossos acionistas quanto para nossos credores. Caso nossa capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, acreditamos que conseguiremos saná-las com os limites de crédito já disponibilizados e ainda não utilizados (vide subitem 10.1(g) abaixo) ou através de novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, buscamos analisar as opções disponíveis naquele momento, dependendo das condições de mercado, almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros condizentes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Abaixo descrevemos os contratos de empréstimo e financiamento relevantes tanto para nós quanto para nossas controladas.

Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB

STN

Em 25 de junho de 2004, a STN, uma de nossas subsidiárias, celebrou contrato de financiamento por meio de escritura particular de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("**BNB**") no valor de R$299.995.032,33. Sobre o valor do principal, incidem juros de 10% ao ano. A amortização é realizada em 216 prestações mensais e sucessivas, vencendo a última em 25 de junho de 2024. O financiamento tem como finalidade a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, com origem na subestação de Teresina II e término na subestação Fortaleza II, conforme contrato de concessão 005/2004 – ANEEL. Para garantir que quaisquer obrigações decorrentes do contrato de financiamento sejam cumpridas, há (i) penhor da totalidade das nossas ações ordinárias da STN; (ii) penhor de direitos emergentes do contrato de concessão nº 005/2004; (iii) fiança prestada por nós, obrigando-nos solidariamente ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela STN no contrato; (iv) fundo de liquidez, em que a STN deposita o valor de três parcelas de amortização da principal em conta corrente vinculada ao BNB (quantia sempre aplicada em títulos do tesouro nacional ou fundos lastreados nesses títulos); e (v) seguro garantia de forma a viabilizar a conclusão da obra ou o pagamento ao BNB do saldo devedor da operação. Independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, o BNB poderá declarar vencimento antecipado, dentre outras hipóteses, caso a STN: (i) perca a concessão objeto do contrato de concessão nº 005/2004 - ANEEL; (ii) grave, aliene, arrende, ceda, transfira de qualquer forma em favor de terceiros, ou remova os bens lastradores dos créditos, sob qualquer pretexto e para onde quer que seja; (iii) contrate com outra instituição financeira financiamento para cobertura de itens previstos no orçamento financiado pelo BNB; e (iv) proceda a venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração societária da STN, alteração na composição do capital votante ou em transferência do controle acionário da STN, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades

por Ações. Esse contrato de financiamento foi liquidado durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Transleste

Em 10 de março de 2005, foi celebrado Contrato de Financiamento de Instrumento Particular de Abertura de Crédito entre o BNB e a Transleste – Companhia Transleste de Transmissão ("**Transleste**"), sendo intervenientes anuentes, na forma de fiadoras deste contrato, a Guarupart (como sucessora da Cia. Técnica de Engenharia Elétrica) e a Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. ("**Orteng**"). O valor do referido contrato é de R$15.000.000,00 com vencimento da última parcela em 11 de março de 2025. Sobre o principal, incide juros devidos à taxa efetiva de 9,5% ao ano, sendo o valor dos juros exigível: (i) trimestralmente no dia 11 de cada mês, durante o período de carência fixada em 16 meses e compreendido entre 11 de março de 2005 e 11 de setembro de 2006; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização a partir de 11 de outubro de 2006, juntamente com as prestações vincendas do principal, e no vencimento e na liquidação da dívida, sobre o saldo devedor médio diário do período de cálculo. O financiamento teve como motivação a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de 345 Kv, com origem na subestação de Montes Claros, Minas Gerais, e término na subestação de Irapé, Minas Gerais. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor da totalidade das ações ordinárias de emissão da Transleste detidas pelas intervenientes fiadoras; (ii) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado em 18 de fevereiro de 2004, com a União; (iii) fiança, por parte da Guarupart e da Orteng, responsabilizando-se as fiadoras solidariamente, pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento; (iv) fundo de liquidez, por meio do qual a Transleste comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada do BNB; (v) seguro-garantia de obrigações públicas, com validade durante toda duração do contrato, cobrindo todos os riscos do projeto.

Por fim, ressalta-se que a BNB poderá declarar o contrato antecipadamente vencido caso a Transleste: (i) perca a concessão objeto do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado junto à Aneel; (ii) deixe de cumprir qualquer obrigação firmada com o BNB ou com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. ("**BDMG**"); (iii) sofra protesto de dívida líquida e certa; (iv) suspenda suas atividades por mais de 30 dias; (v) seja declarada impedida nas normas do Banco Central do Brasil; (vi) aplique irregularmente recursos oriundos de financiamentos contratados junto ao BNB ou BDMG; (vii) deixe de reforçar as garantias de crédito imediatamente após notificação do BNB nesse sentido; (viii) seja sujeito passivo de demanda judicial cujo valor possa vir a atingir os direitos creditórios do BNB e BDMG; (ix) contrate outra instituição financeira para cobertura do contrato celebrado com o BNB; (x) tenha sua conta de depósitos encerrada no BNB; (xi) peça recuperação judicial ou tenha decretada sua falência; (xii) grave, aliene, arrende, ceda ou transfira de qualquer forma em favor de terceiros os bens lastreadores do crédito; ou (xiii) deixe, por três meses consecutivos alternados, de cumprir com as obrigações estabelecidas. Ademais, a Transleste obrigou-se a submeter à aprovação do BNB quaisquer propostas de matérias concernentes à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações da configuração societária vigente naquela data.

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG

Transleste

Em 10 de março de 2005, foi celebrado o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, com Garantia Real e Fidejussória BDMG/BF nº 127.315, entre o BDMG e a Transleste, sendo intervenientes garantidoras pignoratícias, a Transminas Holding S.A. e a Orteng. Posteriormente este contrato foi retificado e ratificado em 28 de abril de 2008 ("**Primeiro Termo Aditivo**"). O valor

do referido contrato é de R$47.029.000,00, dividido em 222 prestações mensais e sucessivas, tendo a primeira parcela vencimento em 10 de outubro de 2006 e a última em 10 de fevereiro de 2025. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Os juros sobre este contrato serão de 9,5% ao ano, sendo calculados e capitalizados mensalmente e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 18 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização iniciado em 10 de outubro de 2006. O financiamento teve como motivação a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de 345 Kv, com origem na subestação de Montes Claros, Minas Gerais, e término na subestação de Irapé, Minas Gerais. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor da totalidade das ações ordinárias de emissão da Transleste detidas pelas intervenientes fiadoras; (ii) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado em 18 de fevereiro de 2004, com a União; (iii) fiança, por parte da Transminas e da EATE, responsabilizando-se as fiadoras solidariamente, pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento; (iv) fundo de liquidez, por meio do qual a Transleste comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada do BNB; e (iv) seguro-garantia de obrigações públicas, com validade durante toda duração do contrato, cobrindo todos os riscos do projeto. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido caso a Transleste: (i) perca a concessão objeto do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado junto à Aneel; (ii) deixe de cumprir qualquer obrigação firmada com o BDMG ou com o BNB; (iii) sofra protesto de dívida líquida e certa; (iv) suspenda suas atividades por mais de 30 dias; (v) seja declarada impedida nas normas do Banco Central do Brasil; (vi) aplique irregularmente recursos oriundos de financiamentos contratados junto ao BNB ou BDMG; (vii) deixe de reforçar as garantias de crédito imediatamente após notificação do BDMG nesse sentido; (viii) seja sujeito passivo de demanda judicial cujo valor possa vir a atingir os direitos creditórios do BNB e BDMG; (ix) contrate outra instituição financeira para cobertura do contrato celebrado com o BNB; (x) tenha sua conta de depósitos encerrada no BDMG; (xi) peça recuperação judicial ou tenha decretada sua falência; (xii) grave, aliene, arrende, ceda, transfira de qualquer forma em favor de terceiros os bens lastreadores do crédito; ou (xiii) deixe, por três meses consecutivos alternados, de cumprir com as obrigações estabelecidas. Ademais, a Transleste obrigou-se a submeter à aprovação da BDMG quaisquer propostas de matérias concernentes à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações da configuração societária vigente naquela data.

Transirapé – BDMG/BF nº 147.068

Em 30 de junho de 2010, foi emitida a Cédula de Crédito Bancário BDMG/BF nº 147.068 pela Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("**Transirapé**") em favor do BDMG. O valor do referido contrato é de R$1.187.708,00, dividido em 108 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros venceu em 15 de outubro de 2010, a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros venceu em 15 de agosto de 2012 e a última venceu em 15 de julho de 2020. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG decorre de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. Os juros sobre este contrato serão de 4,5% ao ano, sendo calculados e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 12 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização iniciado em 15 de agosto de 2012. O financiamento destina-se a ampliação da Subestação Araçuaí 2 – unidade industrial da Transirapé, situada na Rodovia BR 367 KM 275,8 no município de Araçuaí, Minas Gerais. Para segurança e garantia deste contrato é dada em garantia a propriedade fiduciária, nos

termos da legislação vigente, dos bens vinculados e obrigatoriamente segurados por valor a ser fixado pelo BDMG, obedecidas as condições estipuladas na cláusula de seguros, a serem adquiridos com recursos deste financiamento, e que serão instalados na unidade industrial/comercial da Transirapé, qual seja, um sistema de transmissão e distribuição de energia constituído por: 1) Um Disjuntor 145 KV, 2) uma Chave Seccionadora 145 KV Abertura Central com LT, 3) Duas Chaves Seccionadoras 145 KV Abertura Central sem LT, 4) Uma Chave Seccionadora 145 KV AP sem LT, 5) Três Transformadores de Corrente 145 KV, 6) Um Transformador de Potencial 145 KV, 7) Três Para Raios 120 KV e 8) Um Painel de Proteção e Controle. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar vencimento antecipado da dívida nos seguintes casos: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da Transirapé, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; (ii) a não disponibilização dos dados e das informações necessárias ao acompanhamento da execução do projeto, bem negativa de acesso físico ao representante do BDMG ou do Órgão Repassador e (iii) não complementar as garantias quando notificado de sua insuficiência. Esse contrato de financiamento foi liquidado em julho de 2020.

Transirapé – BDMG/BF nº 177.906

Em 27 de dezembro de 2013, foi celebrado Contrato de Financiamento BDMG/BF nº 177.906/13, entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R$ 19.761.371,26, dividido em 96 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros venceu em 4 de abril de 2014, a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros vencerá em 15 de fevereiro de 2016 e última vencerá em 15 de janeiro de 2024. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG decorre de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. Os juros sobre este contrato serão de 3,5% ao ano, sendo calculados e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 24 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização que iniciará em 15 de fevereiro de 2016. O financiamento destina-se a aquisição de um SISTEMA DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA – ACIMA DE 52 KV e um SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA – ACIMA DE 52 KV. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras, foram dadas as seguintes garantias: (i) Penhor de Ações de Emissão da Transirapé de propriedade da Transminas, correspondentes a 51% do capital social da Transirapé; (ii) Cessão Fiduciária e Vinculação de Receitas, Administração de Contas, Cobrança, Depósito com Interveniência e Outras Avenças; e (iii) Cessão Fiduciária de parte dos Direitos Emergentes da Concessão. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar vencimento antecipado do financiamento em caso de: (i) não comprovação física e/ou financeira da produção ou comercialização de máquinas e/ou equipamentos objeto da colaboração financeira; (ii) aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista no Contrato; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela Transirapé ou por coobrigado(s) junto ao BDMG; (iv) descumprimento de qualquer obrigação assumida no Contrato na data de seu vencimento, ficando caracterizada a mora de pleno direito; (v) qualquer medida judicial ou extrajudicial, que possa afetar as garantias ou a situação patrimonial dos garantidores vinculadas ao Contrato; (vi) falecimento de qualquer um dos coobrigados, sem que haja sua substituição no prazo de 30 dias; (vii) requerimento de recuperação judicial, falência ou insolvência civil ou por qualquer motivo encerrarmos nossas atividades e (viii) qualquer mudança que, direta ou indiretamente, implique alteração do controle societário sem prévia anuência do BDMG.

Transirapé – BDMG nº 193.292

Em 23 de outubro de 2014, foi celebrado Contrato de Financiamento Mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES entre o BDMG e

a Transirapé. O valor do referido contrato é de R$5.893.000,00, dividido em 168 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros tem vencimento previsto para março de 2015, e a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros vencerá em 15 de novembro de 2015 e última vencerá em 15 de outubro de 2029. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG é composto de recursos ordinários do BNDES, originários do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. Os juros sobre este contrato serão de 3,5% ao ano acima da TJLP, sendo calculados e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 12 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização que iniciará em 15 de novembro de 2015. O financiamento teve como motivação a implantação de reforços nas instalações de transmissão da Transirapé dos segundos Bancos Autotransformadores, sendo um na Subestação Irapé e outro na Subestação Araçuaí 2, com os seus respectivos módulos de conexões, interligações e infraestrutura de manobras necessárias. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de prestação de serviços de transmissão nº 007/2005, firmado em 1 de abril de 2005, com o ONS; (ii) fundo de liquidez, por meio do qual a Transirapé comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada; e (iii) penhor de ações das detidas pelas intervenientes Transminas e EATE que deram em caução a totalidade das ações ordinárias da Transirapé. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido em caso de: (i) falsidade da declaração firmada pela Transirapé em 20 de outubro de 2014, previamente à contratação, negando a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BDMG à exceção daquele constituído no âmbito do Contrato de Financiamento BDMG nº 177.906/13; (ii) constituição sem prévia autorização do BDMG, de penhor ou gravame sobre direitos creditórios dados em garantia ao BDMG; (iii) extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2005-ANEEL; e (iv) vencimento antecipado do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Transirapé.

Transirapé – BDMG nº 215.411/16

Em 1º de abril de 2016, foi celebrado o Contrato de Financiamento nº 215.411/16 entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R$4.000.000,00, com pagamento de principal adicionado de juros dividido em 99 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela tem vencimento previsto para 15 de fevereiro de 2018 e última vencerá em 15 de abril de 2026. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Os juros sobre este contrato serão de 6,0% ao ano acima da TJLP. O financiamento teve como motivação a expansão da subestação Irapé, localizada em Grão Mogol (MG). Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor de ações de emissão da Transirapé, equivalente a 51% de seu capital social, de propriedade da Transminas e da EATE; (ii) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de prestação de serviços de transmissão nº 007/2005, firmado em 1 de abril de 2005, com o ONS; e (iii) fundo de liquidez, por meio do qual a Transirapé comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido em caso de: (i) constituição sem prévia autorização do BDMG, de penhor ou gravame sobre ativos dados em garantia ao BDMG; (ii) extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº

12/2005-ANEEL; (iii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes dos contratos celebrados com o BDMG em 27 de dezembro de 2013 e 24 de outubro de 2014; e (iv) descumprimento de qualquer obrigação da Transirapé, Transminas ou EATE perante o BDMG.

Transirapé – BDMG nº 215.485/16

Em 5 de abril de 2016, foi celebrado o Contrato de Financiamento nº 215.485/16 entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R$4.469.000,00, com pagamento de principal adicionado de juros dividido em 36 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela tem vencimento previsto para 15 de maio de 2018 e última vencerá em 15 de abril de 2021. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Os juros sobre este contrato serão de 4,5% ao ano acima da TJLP. O financiamento teve como motivação a expansão da subestação Irapé, mediante aquisição de equipamentos, visando à instalação de reatores de barra. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor de ações de emissão da Transirapé, equivalente a 51% de seu capital social, de propriedade da Transminas e da EATE; (ii) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de prestação de serviços de transmissão nº 007/2005, firmado em 1 de abril de 2005, com o ONS; e (iii) fundo de liquidez, por meio do qual a Transirapé comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido em caso de: (i) constituição sem prévia autorização do BDMG, de penhor ou gravame sobre ativos dados em garantia ao BDMG; (ii) extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2005-ANEEL; e (iii) descumprimento de qualquer obrigação da Transirapé, Transminas ou EATE perante o BDMG.

Banco do Brasil S.A.

TME

Em 28 de fevereiro de 2011, a Transmissora Matogrossense de Energia S.A. ("**TME**") obteve empréstimo junto ao Banco do Brasil nº. 20/00474-5, no montante de R$80.000.000,00, com vencimento para 1º de fevereiro de 2029. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento. Este contrato estabelece condições contábeis restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. Esse empréstimo foi liquidado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Banco Santander – Cédula de Crédito Bancário - CCBs

TME

Em maio de 2020, a TME obteve empréstimo junto ao Banco Santander, na categoria de Cédula de Crédito Bancário (CCB), no montante de R$200.000 mil, com prazo de vigência de 2 anos e juros de 3,30% a.a.+ 100% da Taxa do CDI. A amortização do principal e dos juros será efetuada integralmente na data de vencimento do contrato.

ETEP

Em julho de 2020, a ETEP obteve empréstimo junto ao Banco Santander, na categoria de Cédula de Crédito Bancário (CCB), no montante de R$90.000 mil, com prazo de vigência de 5 anos e juros de 2,90% a.a.+ 100% da Taxa do CDI. A amortização do principal e dos juros serão mensais a partir de julho de 2021 e janeiro de 2021, respectivamente. Não há especificação de garantias.

ECTE

Em julho de 2020, a ECTE obteve empréstimo junto ao Banco Santander, na categoria de Cédula de Crédito Bancário (CCB), no montante de R$80.000 mil, com prazo de vigência de 5 anos e juros de 2,90% a.a.+ 100% da Taxa do CDI. A amortização do principal e dos juros serão mensais a partir de julho de 2021 e janeiro de 2021, respectivamente. Não há especificação de garantias.

ENTE

Em julho de 2020, a ENTE obteve empréstimo junto ao Banco Santander, na categoria de Cédula de Crédito Bancário (CCB), no montante de R$100.000 mil, com prazo de vigência de 5 anos e juros de 2,90% a.a.+ 100% da Taxa do CDI. A amortização do principal e dos juros serão mensais a partir de julho de 2021 e janeiro de 2021, respectivamente. Não há especificação de garantias.

Itaú Unibanco

ETES

Em setembro de 2020, a ETES captou empréstimo no montante de R$10.000 mil, junto ao Banco Itaú, cuja a data de vencimento ocorrerá em 25 de setembro de 2023. Os encargos deste empréstimo contemplam juros de 100,00% do CDI + 2,6% a.a. exp. sobre o valor principal, capitalizados diariamente (calculados de forma exponencial *pro rata temporis* aplicados sobre o saldo devedor do valor principal). Esse empréstimo será amortizado em parcelas semestrais, iniciando em 25 de março de 2022.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

A partir de 2004, diversas de nossas subsidiárias celebraram contratos de financiamento mediante abertura de crédito, junto ao BNDES, nos quais somos intervenientes (ou uma de nossas subsidiárias). Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes de tais contratos, dentre outras garantias específicas, é dada em penhor a totalidade das ações de emissão da respectiva subsidiária. Há ainda previsão de uma conta reserva, não movimentável pela respectiva subsidiária e movimentável unicamente por uma instituição financeira, a ser mantida até o final da liquidação de todas as obrigações dos contratos de financiamento com o BNDES. Em geral, a conta reserva deverá ser mantida com saldo mínimo equivalente a três vezes a próxima prestação vincenda de amortização, juros e demais acessórios do contrato de financiamento. O BNDES poderá declarar o contrato antecipadamente vencido, dentre outras hipóteses específicas, caso ocorra (i) redução do quadro de pessoal da respectiva subsidiária sem atendimento às condições impostas pelo BNDES no contrato; (ii) inclusão em acordo societário, estatuto social da respectiva subsidiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; (iii) falsidade da declaração firmada pela respectiva subsidiária previamente à contratação, que nega existência de gravames sobre direitos creditórios oferecidos ao BNDES; (iv) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativa à prática de atos, pela respectiva subsidiária, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; (v) constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES; (vi) diplomação como Deputado Federal ou Senador de pessoa que exerça função remunerada na Companhia, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores; e (vii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do grupo a que a beneficiária pertença, sendo certo que, verificado o inadimplemento,

poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a beneficiária, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas.

Adicionalmente, as seguintes obrigações, se inadimplidas, poderão acarretar o vencimento antecipado do contrato: (i) obrigação da garantidora do crédito de aportar capital no caso dos índices de cobertura do serviço de dívida da tomadora beneficiada serem insuficientes; (ii) obrigação de não firmar contratos de mútuo com pessoas do grupo econômico da beneficiária sem a prévia e expressa autorização do BNDES; (iii) inclusão, em acordo societário ou estatuto social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual se exija "quórum" especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão de dispositivo que importe em: (a) restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (b) restrições de acesso da beneficiária a novos mercados; ou (c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação; (iv) concessão, sem prévia autorização do BNDES, de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias e assunção de novas dívidas; (v) realização, sem prévia autorização do BNDES, de distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e pagamento de juros sobre capital próprio; (vi) obrigação de não efetuar qualquer alteração societária pelo prazo de vigência da presente operação relacionada à liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da beneficiária ou qualquer forma de reorganização que represente alteração de controle ou transferência relevante de ativos envolvendo a Beneficiária; e (vii) descumprimento dos índices financeiros e de capitalização dispostos nos contratos.

A tabela a seguir contém as informações referentes aos empréstimos contraídos por nossas controladas perante o BNDES.

Credores	Número do contrato	Início	Valor do crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	Outras hipóteses de Vencimento Antecipado	Observações	(% a.a.) Taxa efetiva
ETEM	11.2.1030.1	21/12/2011	R$46.800.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R$44.700.000,00 Subcrédito B: R$2.100.000,00	15/04/2026	Implantação das instalações de transmissão compostas pela linha de transmissão com origem na Subestação Nobres e término na Subestação Cuiabá; linha de transmissão origem na Subestação Nova Mutum e término na Subestação Nobres	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2010-ANEEL; (ii) cessão fiduciária dos direitos provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 015/2010, e seus posteriores aditivos, firmado entre a beneficiária o ONS; (iii) penhor de ações de emissão da ETEM de titularidade da Companhia; (iv) fiança prestada pela Alupar, Bimetal e sócios finais da Bimetal à época.	extinção do Contrato de Concessão nº 005/2010-ANEEL	(i) não alterar seu objeto social e o valor dos dividendos mínimos obrigatórios, previstos em seu Estatuto Social, sem a prévia anuência do BNDES; (ii) sem prévia autorização do BNDES, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias e não assumir novas dívidas, salvo aquelas previstas no contrato de financiamento; (iii) não firmar contratos de mútuo com as pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a beneficiária, bem como, não efetuar redução de seu capital social até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, sem anuência prévia do BNDES e (iv) manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. O cálculo do ICSD mencionado tem como base as demonstrações financeiras regulatórias.	TJLP + 2,44% ao ano (subcrédito A) TJLP + 2,04% ao ano (subcrédito B)
Foz	08.2.0070.1	09/04/2008	R$ 201.630.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R$188.740.000,00 Subcrédito B: R$12.890.000,00	03/2027	Implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Rio Claro e implantação da Linha de Transmissão para conexão ao SIN da Hidrelétrica Foz do Rio Claro	(i) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2006; (ii) penhor dos direitos creditórios provenientes dos CCVE, dos CCEAR e outros contratos de compra e venda de energia firmados; (iii) Seguro patrimonial do projeto; (iv) penhor da totalidade das ações detidas pela Companhia e pelo FI-FGTS no capital social da Foz; e (v)	Não há hipóteses adicionais.	(i) não realizar transações com partes relacionadas sem prévia autorização do BNDES (Deliberação CVM 26/86)	TJLP + 2,44% ao ano

						Fiança concedida pela Companhia			
Ijuí	08.2.0071.1	09/04/2008	R$ 168.200.000, 00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R$ 161.889.000,00 Subcrédito B: R$ 6.311.000,00	15/09/2027	Construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José	(i) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 006/2006; (ii) penhor dos direitos creditórios provenientes dos CCVE, dos CCEAR e outros contratos de compra e venda de energia firmados; (iii) Seguro garantia de execução do projeto e patrimonial; e (iv) Penhor da totalidade das ações de emissão da beneficiária de titularidade da Companhia.	Não há hipóteses adicionais.	(i) não realizar transações com partes relacionadas sem prévia autorização do BNDES (Deliberação CVM 26/86)	TJLP + 3,13% ao ano
Lavrinhas	08.02.0976.1	11/03/2009	R$ 111.185.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R$ 108.811.000,00 Subcrédito B: R$ 2.374.000,00	15/04/2025	Implantação da PCH Lavrinhas e implantação da Linha de Transmissão necessária para conexão da PCH ao SIN	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 138 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 115/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) Seguro-Garantia na modalidade "performance e completion", pelo prazo de 180 dias após operação da PCH em percentual correspondente a 100% do valor da colaboração financeira; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia e por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança concedida pela Companhia	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, Administração de Contas e Outras Avenças; (ii) extinção da autorização expedida à beneficiária pela ANEEL, ou alterações que, a critério do BNDES, causem impacto relevante na condição econômico-financeira da beneficiária; (iii) alteração ou rescisão, sem prévia e expressa anuência do BNDES, do CCVE 115/2007; (iv) perda, suspensão ou renovação de quaisquer licenças ambientais	(i) não celebrar contrato de mútuo ou contrato de valor superior a R$200.000,00com seus acionistas ou empresas coligadas sem prévia aprovação do BNDES, salvo algumas exceções; (ii) não conceder preferência a outros créditos, realizar amortização de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias, ou assumir novas dívidas, sem prévia e expressa autorização do BNDES, salvo as dívidas assumidas até o término da fase de liberação de recursos pelo BNDES e os mútuos celebrados de acordo com o estipulado no contrato; (iii) somente pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas após 12 meses do início de operação comercial da PCH	TJLP + 1,93% ao ano

Lavrinhas	10.2.0477.1	08/09/2010	R$ 16.875.000,00	15/04/2025	Suplementação de recursos para a implantação da PCH Lavrinhas	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 138 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 115/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) endosso da apólice do Seguro- Garantia realizado para o financiamento anterior; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia e por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança prestada pela Companhia	pertinentes ao projeto; (v) não cumprimento das obrigações relativas à fiança; (vi) não cumprimento da outorga de poderes ao BNDES em caráter irrevogável das apólices dos seguros	Lavrinhas, bem como após estarem integralmente cumpridas outras condições estipuladas no contrato; (iv) não promover, sem prévia autorização, alteração no estatuo social, de forma a manter-se, durante toda a vigência do contrato, como uma sociedade de propósito Específico, voltada à finalidade referida no contrato	TJLP + 2,22% ao ano
Queluz	08.2.0975.1	11/03/2009	R$ 114.647.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R$ 111.100.000,00 Subcrédito B: R$ 3.547.000,00	15/01/2025	Implantação da PCH Queluz e implantação da Linha de Transmissão necessária para conexão da PCH ao SIN	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 139 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 090/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) Seguro-Garantia na modalidade "performance e completion", pelo prazo de 180 dias após operação da PCH em percentual correspondente a 100% do valor da colaboração financeira; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia e por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança prestada pela Companhia.	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, Administração de Contas e Outras Avenças; (ii) extinção da autorização expedida à beneficiária pela ANEEL, ou alterações que, a critério do BNDES, causem impacto relevante na condição econômico-financeira da beneficiária; (iii) alteração ou rescisão, sem prévia e expressa anuência do BNDES, do CCVE 090/2007; (iv) perda, suspensão ou renovação de quaisquer licenças ambientais	(i) não celebrar contrato de mútuo ou contrato de valor superior a R$200.000,00com seus acionistas ou empresas coligadas sem prévia aprovação do BNDES, salvo algumas exceções; (ii) não conceder preferência a outros créditos, realizar amortização de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias, ou assumir novas dívidas, sem prévia e expressa autorização do BNDES, salvo as dívidas assumidas até o término da fase de liberação de recursos pelo BNDES e os mútuos celebrados de acordo com o estipulado no contrato; (iii) somente pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas após 12 meses do início de operação comercial da PCH	TJLP + 1,93% ao ano

Queluz	10.2.0478.1	03/08/2010	R$ 27.716.000,00	15/01/2025	Suplementação de recursos para a implantação da PCH Queluz	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 139 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 090/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) endosso da apólice do Seguro- Garantia realizado para o financiamento anterior; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança prestada pela Companhia.	pertinentes ao projeto; (v) não cumprimento das obrigações relativas à fiança; (vi) não cumprimento da outorga de poderes ao BNDES em caráter irrevogável das apólices dos seguros	Lavrinhas, bem como após estarem integralmente cumpridas outras condições estipuladas no contrato; (iv) não promover, sem prévia autorização, alteração no estatuo social, de forma a manter-se, durante toda a vigência do contrato, como uma sociedade de propósito Específico, voltada à finalidade referida no contrato	TJLP + 2,22% ao ano
Ferreira Gomes	12.2.1390.1	28/12/2012	R$ 470.610.000,00 (dividido em cinco subcréditos) Subcrédito A: R$198.420.000,00 Subcrédito B: R$78.540.000,00 Subcrédito C: R$9.500.000,00 Subcrédito D: R$181.850.000,00 Subcrédito E: R$2.300.000,00	Subcrédito A: 04/2031 Subcrédito B: 04/2031 Subcrédito C: 04/2031 Subcrédito D: 12/2022 Subcrédito E: 04/2031	Implantação da UHE Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, a ser implantada no rio Araguari, município de Ferreira Gomes	(i) cessão fiduciária dos direitos dos Contratos de Compra de Energia; (ii) totalidade dos direitos creditórios do contrato de concessão 02/2010; (iii) Fiança da Alupar; (iv) Penhor da totalidade das ações de emissão beneficiária de titularidade da Companhia	(i) utilização dos recursos em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou somente se em cumprimento dos índices financeiros e de capitalização mediante apresentação ao BNDES de ratificação de auditor independente de suas Demonstrações Financeiras; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários pessoas do mesmo grupo econômico; (iii) manter o ICSD acima de 1,3 ou 1,2, caso tenha ocorrido a emissão de debêntures em condições específicas; (iv) manter o ICP superior a 20%. A Companhia deverá submeter à aprovação dos BNDES quaisquer matérias que se refira à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe em modificação da atual configuração da beneficiária.	TJLP + 2,34% ao ano (Subcréditos A, B e C) 2,5% ao ano (subcrédito D) TJLP apenas (Subcrédito E)
ETSE	13.2.1413.1	30/12/2013	R$ 78.413.000,00, dividido em dois subcréditos:	Subcrédito A: 11/2028	Implantação das instalações de transmissão compostas pelas Subestações Abdon	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão n° 006/2012-ANEEL e	(i) utilização dos recursos em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) Extinção do Contrato de	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou após apresentação da declaração e memória de cálculo, por	TJLP + 2,02% ao ano (Subcrédito A)

			Subcrédito A: R$39.159.000,00 Subcrédito B: R$39.254.000,00	Subcrédito B: 11/2023	Batista e Gaspar 2 e demais conexões, localizadas no Estado de Santa Catarina	provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 031/2012; (ii) a controlada ECTE dá ao BNDES, em penhor a totalidade de ações de emissão da controlada ETSE de sua titularidade; (iii) penhor da totalidade das ações detidas pela ECTE no capital social da ETSE; (iv) Carta-Fiança prestada pelos então sócios da ETSE. .	Concessão nº 006/2012 (iii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES	auditor independente, de que o índice financeiro atingiu no exercício base para cálculo dos dividendos o valor mínimo previsto em contrato; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários	3,5% ao ano (Subcrédito B)
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	15.2.0778.1	11/02/2016	R$ 261.300.000,00 EDV I: R$57.990.000,00 EDV II: R$32.220.000,00 EDV III: R$49.007.000,00 EDV IV: R$81,041.000,00 EDV X: R$41.042.000,00	10/2032	Implantação dos Parques Eólicos Pitombeiras, Ubatuba, Santa Catarina, Ventos do Nordeste e Pitombeira localizados no município de Aracati estado do Ceara, com capacidade instalada de 98,7MW	(i) Penhor de ações pela Alupar e pela Windepar; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios pelas EDVs e pela Windepar; (iii) conta reserva; (iv) Fiança Corporativa da Windepar e da Alupar.	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, bem como do Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES; (iii) existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou decisão judicial que impeça a conclusão ou a continuidade da operação do Complexo Eólico Energia dos Ventos; (iv) não implantação, abandono ou desistência da implantação de qualquer das Centrais Geradoras Eólicas que integram o projeto.	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou após apresentação da declaração e memória de cálculo, por auditor independente, de que o índice financeiro atingiu no exercício base para cálculo dos dividendos o valor mínimo previsto em contrato; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários	TJLP + 2,18% ao ano
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	19.2.05.98.1	12/12/2019	R$44.125.000,00 EDV I: R$11.145.000,00 EDV II: R$4.850.000,00 EDV III: R$9.067.000,00	15/10/2032	Implantação do Sistema de conexão do complexo eólico Aracati	(i) Penhor de ações pela Alupar e pela Windepar; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios pelas EDVs e pela Windepar; (iii) conta reserva; (iv) Fiança Corporativa da Windepar e da Alupar.	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, bem como do Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou após apresentação da declaração e memória de cálculo, por auditor independente, de que o índice financeiro atingiu no exercício base para cálculo dos dividendos o valor mínimo previsto em contrato; (ii)	IPCA de 1,68% ao ano + SPREAD de 1,99% ao ano

			EDV IV: R$7.857.000,00 EDV X: R$11.206.000,00				os direitos dados em garantia ao BNDES; (iii) existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou decisão judicial que impeça a conclusão ou a continuidade da operação do Complexo Eólico Energia dos Ventos; (iv) não implantação, abandono ou desistência da implantação de qualquer das Centrais Geradoras Eólicas que integram o projeto.	não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários	
TME	20/00487-5	27/02/2012	R$87.300.000,00	Subcrédito A	Implantação da Subestação Jauru e da Linha de Transmissão Jauru (MT) Cuiabá e ampliação da Substação Cuiabá	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão n° 023/2009-ANEEL e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão no. 004/2010 e seus posteriores aditivos; (ii) Fiança prestada pela Alupar.	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Repasse ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças; (ii) não pagamento por parte da Beneficiária de valor principal, juros e comissões na data de vencimento; (iii) alteração ou rescisão, sem prévia e expressa anuência do BNDES, do Contrato de Concessão n° 023/2009-ANEEL e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão no. 004/2010; (iv) perda, suspensão ou renovação de quaisquer licenças ambientais pertinentes ao projeto; (v) não cumprimento das obrigações relativas à fiança; (vi) redução do quadro de pessoal; (vii) descumprimento de cláusula restritiva.	Este contrato estabelece condições contábeis restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. Esse contrato foi liquidado durante o exercício social encerrado em 31/12/2020.	TJLP + 3,60% a.a.

Itau – Alupar Peru

Em setembro de 2017, a controlada Alupar Peru celebrou junto ao Banco Itau a contratação de empréstimo, no montante de USD 30.000 mil. O empréstimo será remunerado pela variação da Libor acrescida de spread de 5,85% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados trimestralmente. O contrato prevê, entre outros, restrições para contratação de novas dívidas, alienação de ativos e distribuição de dividendos pela Alupar Peru. A Companhia é garantidora das obrigações da Alupar Peru no âmbito deste empréstimo. O referido empréstimo tem vencimento previsto para novembro de 2023.

Itau e CorpBanca – Risaralda

Em maio de 2018, a controlada Risaralda celebrou junto ao Banco Itaú CorpBanca Colombia S.A. um contrato de empréstimo no montante de COP$ 120.000.000 mil. O contrato é remunerado pela variação do *Indicador Bancario de Referencia - IBR* trimestralmente na Colômbia, acrescido de spread médio de 4,44% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros é realizado trimestralmente e do principal será efetuado no vencimento do contrato. O contrato prevê, entre outros, restrições para contratação de novas dívidas, alienação de ativos e distribuição de dividendos pela Risaralda. A Alupar é garantidora das obrigações no âmbito deste empréstimo. O contrato do Banco Itaú Corpbanca tem vencimento previsto para maio de 2025.

Corporation Andina de Fomento – CAF – La Virgen

Em março de 2017, a controlada La Virgen celebrou junto Corporation Andina de fomento - CAF a contratação de empréstimo no montante de US$50.000 mil. Os empréstimos serão remunerados para o montante flutuante de US$35.000 mil uma variação da Libor 6M acrescida de spread de 3,9 % a.a. 5 anos / 5.70% a.a. + 5 anos, montante flutuante (5 MM) uma variação da Libor 6M acrescida de spread de 0.25 % a.a. e o montante fixo de US$10MM tem um spread de 5,0 % a.a. 5 anos / 10.265% a.a + 5 anos. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados semestralmente. O contrato prevê, entre outros, restrições para alienação de ativos e distribuição de dividendos pela La Virgen. A Companhia é garantidora das obrigações da La Virgen no âmbito deste empréstimo. O vencimento do empréstimo está previsto para março de 2032.

Peru Inversiones – Santander Brasil

Em 19 de dezembro de 2018, a controlada Peru Inversiones celebrou junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch a contratação de empréstimo no montante de USD 35.000 milhões. O empréstimo é remunerado pela variação da Libor acrescida de spread de 3,417% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros são anuais. O vencimento final do empréstimo está previsto para 20 de dezembro de 2021.

Deg Deustche Insvestition

Em março de 2017, a controlada La Virgen celebrou junto Deg Deustche Insvestition a contratação de empréstimo no montante de USD 30.000 milhões. O empréstimo é remunerado pela variação da Libor 6M fixa de 2.47% acrescida de spread de 3,7 % a.a. a 4,5% a.a. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados semestralmente. O contrato prevê, entre outros, restrições para alienação de ativos e distribuição de dividendos pela La Virgen. A Companhia é garantidora das obrigações da La Virgen no âmbito deste empréstimo. O vencimento do empréstimo está previsto para março de 2032.

Itau Corpbanca Colombia - Alupar Colombia

Em novembro de 2020, a Alupar Colômbia assinou o contrato de financiamento, junto ao Itaú Corpbanca Colombia, no montante de US$11.000 mil. O contrato é remunerado pela taxa de

3,40% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros é realizado anualmente e do principal será efetuado no vencimento do contrato. Esse contrato tem vencimento previsto para novembro de 2023.

Santander Brasil – Capital de Trabajo - TCE

Em maio de 2018, a controlada TCE celebrou junto ao Santander um contrato de empréstimo no montante de US$30.000 mil. O contrato é remunerado pela Libor, acrescido de spread médio de 3,70% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros é realizado anualmente e do principal será efetuado no vencimento do contrato. Esse contrato tem vencimento previsto para maio de 2025.

(ii) contratos de debêntures relevantes:

Emissão de Debêntures por nossas controladas

EATE

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão foi de R$ 159.000 mil, dividida em 15.900 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% do DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da EATE ultrapasse o valor de R$ 1.158.000 mil. A partir de 10 de março de 2018, as debêntures vencerão antecipadamente caso a dívida líquida da EATE ultrapasse 50% do referido valor. Os valores acima deverão ser reajustados, a partir de 1 de janeiro de 2014, pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou pelo índice de correção monetário que vier a ser aplicado pela ANEEL no contrato de concessão nº 42/2001 – ANEEL, conforme aditado. Essas debêntures foram liquidadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 6 de setembro de 2016, ocorreu a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão (R$ 180.000 mil) foi dividido em duas séries de 12.600 e 5.400 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil. A 1ª série tem vencimento em 06 de setembro de 2019 e a 2ª série tem vencimento em 06 de setembro de 2021. Ambas renderão juros de113,00% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Essa 1ª emissão foi liquidada durante o exercício de 2019, a 2ª emissão ainda está em aberto.

Em 26 de setembro de 2017, ocorreu a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão (R$ 70.000 mil) em série única, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de 107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

Em 26 de junho de 2018, ocorreu a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão foi de R$ 85.000 milhões, dividida em 85.000 debêntures, cada uma no valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), com vencimento em 26 de junho de 2023 e juros de 112% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

Em 11 de julho de 2019, ocorreu a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A emissão foi composta por 270.000 debêntures, todas com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), totalizando, portanto, R$270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais) na data de emissão, com vencimento em 11 de junho de 2024 e juros de 108,6% da Taxa DI a.a. Os recursos captados com a Emissão foram destinados ao reforço do capital de giro da EATE.

ECTE

Em 7 de maio de 2015, ocorreu a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da ECTE. O valor total da emissão foi de R$70.000 mil, dividida em 7.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 07 de fevereiro de 2020 e pagarão juros de 100% da Taxa DI acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 2,15% a.a., tendo a Pentágono S.A. DTVM como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ECTE ultrapasse o valor de (i) R$250.200 mil da data de emissão até 31 de março de 2017; e (ii) 135.405 mil de 1º de abril de 2018 até a data de vencimento das debêntures. Essas debêntures foram liquidadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 26 de setembro de 2017, ocorreu a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ECTE. O valor total da emissão (R$ 75.000 mil) em série única, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de 107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

Em 11 de julho de 2019, ocorreu a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A Emissão é composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures, todas com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), totalizando, portanto, R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na data de emissão, com vencimento em 11 de junho de 2024 e juros de 108,6% da Taxa DI a.a. Os recursos captados com a Emissão foram destinados ao reforço do capital de giro da ECTE.

ENTE

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ENTE. O valor total da emissão foi de R$ 248.000 mil, dividida em 24.800 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% da Taxa DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ENTE ultrapasse o valor de R$560.000 mil. Essas debentures foram liquidadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 6 de setembro de 2016, ocorreu a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ENTE. O valor total da emissão, de R$ 40.000 mil, foi dividido em duas séries, de 2.800 e 1.200 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil. A 1ª série tem vencimento em 06 de setembro de 2019 e pagará juros de 113,00% do DI ao ano. A 2ª série tem vencimento em 06 de setembro de 2021 e pagará juros de 116,00% do DI ao ano. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. A 1ª série dessa debentures foram resgatadas durante o exercício de 2019 e a 2ª série foi liquidada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 11 de julho de 2019, ocorreu 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, A Emissão é composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures, todas com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), totalizando, portanto, R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na data de emissão, com vencimento em 11 de junho de 2024 e juros de 108,6% da Taxa DI a.a. Os recursos captados com a Emissão serão destinados ao reforço do capital de giro da ENTE.

ETEP

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETEP. O valor total da emissão foi de R$69.000 mil, dividida em 6.900 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% da Taxa DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ETEP ultrapasse o valor de R$235.000 mil. Essas debentures foram liquidadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 26 de junho de 2018, ocorreu a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETEP. O valor total da emissão foi de R$45.000 milhões, dividida em 4.500 debêntures, cada uma no valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), com vencimento em 26 de junho de 2023 e juros de 112% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

EBTE

Em 26 de junho de 2018, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EBTE. O valor total da emissão foi de R$110.000 milhões, dividida em 110.000 debêntures, cada uma no valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), com vencimento em 26 de junho de 2023 e juros de 112% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

ETES

Em 26 de junho de 2018, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETES. O valor total da emissão foi de R$40.000 mil, dividida em 40.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 1 mil. As debêntures têm vencimento em 26 de junho de 2023 e pagarão juros de 112,0% da Taxa DI a.a., tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

ETVG

Em 26 de junho de 2018, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETVG. O valor total da emissão foi de R$38.000 mil, dividida em 38.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 1 mil. As debêntures têm vencimento em 26 de junho de 2023 e pagarão juros de 112,0% da Taxa DI a.a., tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

Transirapé

Em 14 de setembro de 2017, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da

Companhia Transirapé de Transmissão ("Transirapé"). O valor total da emissão (R$ 30.000 mil) em uma série de 30.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

Transleste

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia Transleste de Transmissão ("Transleste"). O valor total da emissão foi de R$55.000 mil, dividida em 5.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% do DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da Transleste ultrapasse o valor de R$89.000 mil. Essas debentures foram liquidadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 14 de setembro de 2017, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Transleste. O valor total da emissão (R$30.000 mil) em uma série de 30.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

Transudeste

Em 14 de setembro de 2017, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia Transudeste de Transmissão. O valor total da emissão (R$ 50.000 mil) em uma série de 50.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

STN

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. ("STN"). O valor total da emissão foi de R$ 101.000 mil, dividida em 10.100 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% do DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da STN ultrapasse o valor de R$394.000 mil. Essas debentures foram liquidadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Ferreira Gomes

Em 15 de junho de 2014, foi realizada a terceira emissão de 210.900 debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R$1 mil no valor de R$ 210.900 mil. A Companhia é garantidora da controlada Ferreira Gomes. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias. Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. Durante esse período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida. Em 15 de dezembro de 2017

ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. As debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants"), a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais clausulas instituem que a Companhia deverá, sujeita ao vencimento da dívida mediante deliberação dos titulares das debêntures: (i) comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20. Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Ferreira Gomes Energia S.A está adimplente com o contrato.

Windepar

Em 15 de dezembro de 2016, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Windepar Holding S.A. ("**Windepar**"). O valor total da emissão foi de R$ 67.500 mil, dividida em 67.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 15 de dezembro de 2018 e pagarão juros IPCA 7,63% a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

Verde 8

Em 15 de julho de 2018, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em serie única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos da Verde 8 Energia S.A.. O valor total da emissão (R$ 140.000.000,00) em uma série de 140.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 1 mil com vencimento em 15 de julho de 2025 e juros de IPCA + 5,9559% a.a. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

ETAP

Em 15 de setembro de 2018, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETAP. O valor total da emissão (R$ 156.000 mil) em duas séries sendo uma de 41.300 debêntures com vencimento em 15 de setembro de 2023, e juros de 112,0% do CDI, e um segunda de 114.700 debêntures com vencimento em 15 de setembro de 2025, e juros de 6,1675% a.a. + variação do IPCA, ambas com valor nominal de R$ 1 mil. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário

ETC

Em 15 de setembro de 2018, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETC. O valor total da emissão (R$ 116.000 mil) em duas séries sendo uma de 30.700 debêntures com vencimento em 15 de setembro de 2023, e juros de 113,5% do CDI, e um segunda de 85.300 debêntures com vencimento em 15 de setembro de 2025, e juros de 6,1675% + variação do IPCA, ambas com valor nominal de R$ 1 mil . A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

TCC

Em 15 de setembro de 2018, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da TCC. O valor total da emissão (R$ 680.000 mil) em uma série de 680.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 1 mil com vencimento em 15 de setembro de 2028 e juros de 6,5333%

a.a. + variação do IPCA. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

TPE

Em 15 de setembro de 2018, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da TPE. O valor total da emissão (R$ 1.070.000 mil) em uma série de 1.070.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R$ 1 mil com vencimento em 15 de setembro de 2028 e juros de 6,5333% a.a. + variação do IPCA. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

EDTE

Em 15 de dezembro de 2018, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EDTE. O valor total da emissão (R$ 315.000 milhões) em uma série de 315.000 debêntures, cada uma no valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) com vencimento em 15 de dezembro de 2028 e IPCA + 5,2939%a.a. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

TSM

Em 15 de dezembro de 2019, a TSM realizou a 1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, cujo valor total foi 530.000 debentures, totalizando R$ 530.000 mil, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional e o liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A. As debêntures emitidas tem o prazo de vencimento de 25 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto em 15 de dezembro de 2044 e são atualizadas pelo IPCA + 4,5% a.a.. A 1ª amortização do principal acontecerá em 15 de junho de 2025 e a última na data de vencimento.

ESTE

Em 15 de dezembro de 2019, a ESTE realizou a 1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, cujo valor total foi 415.000 debentures, totalizando R$ 415.000 mil, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional. As debêntures emitidas tem o prazo de vencimento de 25 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto em 15 de dezembro de 2044 e são atualizadas pelo IPCA + 4,5% a.a.. A 1ª amortização do principal acontecerá em 15 de junho de 2025 e a última na data de vencimento.

ETB

Em 15 de dezembro de 2018 a ETB realizou a 2º Emissão de 715.000 debentures, totalizando R$715.000 mil, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A, sendo distribuição liquida financeiramente pela B3. As debêntures terão prazo de vencimento de 10 anos e 2 meses contados com a data de emissão, vencendo, portanto, em 15 de fevereiro de 2029. A 1ª amortização do principal acontecerá em 15 de fevereiro de 2024 e a última na data de vencimento. A remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de agosto de 2019 e o último pagamento na data de

vencimento (15 de fevereiro de 2029). As debentures são remuneradas por 5,34% acrescido IPCA.

AETE

Em 10 de setembro de 2020 a AETE realizou a 1ª Emissão de 130.000 debentures, totalizando R$130.000 mil, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A. Sendo distribuição liquida financeiramente pela B3. As debentures terão prazo de 6 anos contados desde a data de emissão, vencendo, portanto, em 10 de setembro de 2026. A 1ª amortização do principal ocorrerá em 10 de março de 2021 e a última na data de vencimento. A remuneração será paga semestralmente sendo remuneradas por 2,70% acrescido do DI – Depósitos Interbancários. As debentures possuem cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros sendo o índice de cobertura de dívida superior ou igual a 1,10.

Alupar

Em 1º de abril de 2015, ocorreu a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Alupar, com prazo de vencimento de 6 (seis) anos contados da data de sua emissão e juros de IPCA + 7,33% a.a.. A emissão foi composta por 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures, com valor unitário de R$1.000,00 (um mil reais), totalizando, assim, R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), as quais foram ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n° 476, de 16 de janeiro de 2009 Os recursos líquidos captados pela Alupar com a emissão das Debêntures foram destinados ao desenvolvimento de projetos na área de energia, os quais serão definidos na respectiva Escritura de Emissão.

Em 15 de outubro de 2019, ocorreu a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária, da Alupar, com prazo de vencimento de seis anos contados da data de sua emissão, para as da primeira série, e de oito anos contados da data de sua emissão, para as da segunda série e juros de CDI +1,4% a.a. A Emissão foi composta por 800.000 Debêntures, em sistema de vasos comunicantes, com valor unitário de R$1.000,00, totalizando, assim, R$800.000, as quais serão ofertadas com esforços restritos de colocação. Os recursos líquidos captados pela Alupar por meio da Emissão serão destinados ao reforço de caixa e à gestão ordinária dos negócios da Alupar.

A Administração da Alupar, suas controladas e de sua controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures.

Para as debêntures emitidas pela Alupar, realizam-se as apurações trimestralmente conforme os seguintes índices:

- Controladora - Dívida Líquida / (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) e (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) / Despesa Financeira Liquida; e
- Consolidado - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Liquida e Dívida Bruta / (Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não Controladores).

Para as debêntures emitidas pelas controladas da Alupar os índices financeiros apurados relacionam-se ao EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes, o qual é apurado trimestralmente. O não cumprimento das cláusulas restritivas mencionadas acima acarreta o vencimento antecipado das debentures.

Em 31 de dezembro de 2020, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Alupar, suas controladas e controlada em conjunto.

As debêntures da Alupar e de suas controladas não são conversíveis em ações.

Empréstimos e financiamentos

Financiadores	Empresas	Consolidado				
		31/12/2020				31/12/2019
		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda nacional - Reais						
Operacionais						
BNDES - A - nº 11.2.1030.1	ETEM	-	53	17.734	17.787	21.463
BNDES - B - nº 11.2.1030.1	ETEM	-	3	868	871	698
BNDES - A - nº 13.2.1413.1	ETSE	-	88	25.667	25.755	29.003
BNDES (FINAME) - B - nº 13.2.1413.1	ETSE	-	20	12.945	12.965	17.408
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	-	495	166.798	167.293	169.068
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	-	196	66.016	66.212	66.917
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	-	22	7.450	7.472	7.551
BNDES - D - nº 12.2.1390.1	FGE	(2.465)	54	49.410	46.999	71.483
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	-	4	1.977	1.981	2.024
BNDES - nº 08.2.0070.1	Foz	-	328	109.073	109.401	113.594
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	-	332	100.139	100.471	103.438
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	-	116	41.340	41.456	51.033
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	-	16	5.614	5.630	6.932
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	-	111	39.557	39.668	49.394
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	-	25	8.664	8.689	10.818
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	(63)	144	53.127	53.208	52.744
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	-	24	14.916	14.940	11.351
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	(40)	87	29.934	29.981	29.773
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	-	8	8.570	8.578	4.810
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	(46)	124	45.758	45.836	45.509
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	-	17	10.614	10.631	9.024
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	(54)	190	70.202	70.338	69.822
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	-	19	11.749	11.768	7.804
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV X	(52)	104	38.368	38.420	38.162
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	-	21	13.165	13.186	11.158
BNB - s nº A400000101001 e 1002	STN	-	-	-	-	76.856
BDMG (FINAME) - nº 147068	Transirapé	-	-	-	-	77
BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transirapé	-	12	7.346	7.358	9.742
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transirapé	-	159	3.718	3.877	4.317
BDMG - nº 215.411/16	Transirapé	-	170	2.891	3.061	2.047
BDMG - nº 215.485/16	Transirapé	-	48	947	995	3.166
BDMG - nº 127.315	Transleste	-	54	10.255	10.309	12.783
BNB - nº 05974828-A	Transleste	-	236	2.894	3.130	3.951
Banco do Brasil - FCO - nº 20/00474-5	TME	-	-	-	-	56.854
BNDES -Contrato nº 20/00487-7	TME	-	-	-	-	41.418
Santander - CCB	TME	(557)	6.482	200.000	205.925	-
Santander - CCB	ETEP	(678)	346	91.835	91.503	-
Santander - CCB	ECTE	(616)	308	81.631	81.323	-
Santander - CCB	ENTE	(753)	385	102.039	101.671	-
Itaú Unibanco S.A.	ETES	-	119	10.000	10.119	-
Subtotal		**(5.324)**	**10.920**	**1.463.211**	**1.468.807**	**1.212.192**
Circulante		(1.421)	4.319	144.422	147.320	256.716
Não circulante		(3.903)	6.601	1.318.789	1.321.487	955.476
Moeda estrangeira						
Operacionais						
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	(1.746)	1.221	165.397	164.872	146.892
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	-	-	177	177	-
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	-	-	93.856	93.856	73.660
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	-	-	-	-	11.158
Banco Santander Brasil	Alupar Perú	-	-	91.249	91.249	70.587
Banco Santander Brasil	Alupar Perú	-	-	94.163	94.163	73.984
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Alupar Colômbia	-	223	57.505	57.728	-
Pré - Operacionais						
Itau Coprbanca Colombia Prenda	TCE	-	-	-	-	53
Itau Coprbanca Colombia Leasing	TCE	-	-	-	-	91
Santander Brasil- Capital de trabajo	TCE	(209)	5.739	156.831	162.361	125.042
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	-	-	241.466	241.466	193.743
Banco Deustsche Investitions	La Virgen	-	-	144.771	144.771	116.455
Subtotal		**(1.955)**	**7.183**	**1.045.415**	**1.050.643**	**811.665**
Circulante		(623)	7.183	209.919	216.479	131.346
Não circulante		(1.332)	-	835.496	834.164	680.319
Total		**(7.279)**	**18.103**	**2.508.626**	**2.519.450**	**2.023.857**
Circulante		(2.044)	11.502	354.341	363.798	388.062
Não circulante		(5.235)	6.601	2.154.285	2.155.652	1.635.795

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado							
		Circulante				Não circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2018	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2018
Moeda estrangeira	**Operacionais**								
Banco Itaú ME	Alupar Peru	-	30.433	-	30.433	-	64.017	-	64.017
Banco Santander Brasil	Alupar Peru	-	-	-	-	-	67.895	-	67.895
Reestructuracion largo plazo	Risaralda	1.097	-	(326)	771		143.280	(1.668)	141.612
		1.097	30.433	(326)	31.204	-	275.192	(1.668)	273.524
Moeda estrangeira	**Pré Operacionais**								
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	-	6.977	-	6.977	-	179.863	-	179.863
Deg Deustsche Investitions	La Virgen	-	4.887	-	4.887	-	107.797	-	107.797
Itau Coprbanca Colombia Prenda	Transmissora Colombiana	-	83	-	83	-	52	-	52
Itau Coprbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	-	135	-	135	-	88	-	88
Santander Brasil- Capital de trabajo	Transmissora Colombiana	927	-		927		38.802		38.802
		927	12.082	-	13.009	-	326.602	-	326.602
Subtotal		**2.024**	**42.515**	**(326)**	**44.213**	**-**	**601.794**	**(1.668)**	**600.126**
Moeda nacional	**Operacionais**								
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	78	3.368	-	3.446	-	21.329	-	21.329
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	2	109	-	111	-	694	-	694
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	96	3.232	-	3.328	-	28.822	-	28.822
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	29	4.439	-	4.468	-	17.383	-	17.383
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	570	14.825	(240)	15.155	-	168.018	(2.708)	165.310
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	226	5.868	-	6.094	-	66.500	-	66.500
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	26	662	-	688	-	7.502	-	7.502
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	95	24.705	-	24.800	-	74.114	-	74.114
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	3	112	-	115	-	1.274	-	1.274
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	405	15.571	-	15.976	-	112.884	-	112.884
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	397	13.259	-	13.656	-	102.763	-	102.763
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	180	9.511	-	9.691	-	50.724	-	50.724
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	24	1.292	-	1.316	-	6.889	-	6.889
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	175	9.658	-	9.833	-	49.095	-	49.095
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	39	2.115	-	2.154	-	10.752	-	10.752
BNDES	EDV I	180	2.275	(25)	2.430	-	52.440	-	52.440
BNDES	EDV II	101	1.284	(13)	1.372	-	29.601	-	29.601
BNDES	EDV III	155	1.963	(19)	2.099	-	45.247	-	45.247
BNDES	EDV IV	238	3.012	(24)	3.226	-	69.419	-	69.419
BNDES	EDV X	130	1.646	(18)	1.758	-	37.940	-	37.940
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	63	22.534	-	22.597	-	76.808	-	76.808
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	1	132	-	133	-	77	-	77
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	16	2.382	-	2.398	-	9.728	-	9.728
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	146	421	-	567	-	4.174	-	4.174
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	134	1.490	-	1.624	-	1.986	-	1.986
BNDES - Credíto automático Contrato 215.411	Transirapé	138	485	-	623	-	3.071	-	3.071
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	81	2.461	-	2.542	-	12.716	-	12.716
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	24	747	-	771	-	3.929	-	3.929
		3.752	**149.558**	**(339)**	**152.971**	**-**	**1.065.879**	**(2.708)**	**1.063.171**
Total - Empréstimos e financiamentos		**5.776**	**192.073**	**(665)**	**197.184**	**-**	**1.667.673**	**(4.376)**	**1.663.297**

Características dos empréstimos e financiamentos

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos					
		Data da contratação	Vencimento	Moeda / Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização
					Indexador	Juros (%)	
Moeda nacional - Reais							
Operacionais							
BNDES - A - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal
BNDES - B - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal
BNDES - A - nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	27.446	TJLP	2,02	Mensal
BNDES (FINAME) - B - nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	34.254	-	3,50	Mensal
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal
BNDES - D - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	dez/22	181.850	-	2,50	Mensal
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	-	Mensal
BNDES - nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	dez/19	out/32	11.145	IPCA	1,68 +1,99	Mensal
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	dez/19	out/32	4.850	IPCA	1,68 +1,99	Mensal
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	IPCA	1,68 +1,99	Mensal
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	IPCA	1,68 +1,99	Mensal
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV X	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	IPCA	1,68 +1,99	Mensal
BNB - s nº A400000101001 e 1002	STN	jun/04	jun/24	299.995	-	10,00	Mensal
BDMG (FINAME) - nº 147068	Transirapé	jun/10	jul/20	1.187	-	4,50	Mensal
BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal
BDMG - nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	-	6,00	Mensal
BDMG - nº 215.485/16	Transirapé	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50	Mensal
BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal
BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal
Banco do Brasil - FCO - nº 20/00474-5	TME	fev/11	fev/29	80.000	-	10,00	Mensal
BNDES -Contrato nº 20/00487-7	TME	fev/12	mai/26	87.300	TJLP	3,60	Mensal
Santander - CCB	TME	mai/20	mai/22	200.000	CDI	3,30	Único no final
Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	CDI	2,90	Mensal
Santander - CCB	ECTE	jul/20	jul/25	80.000	CDI	2,90	Mensal
Santander - CCB	ENTE	jul/20	jul/25	100.000	CDI	2,90	Mensal
Itaú Unibanco S.A.	ETES	set/20	set/23	10.000	CDI	2,68	Semestral
Subtotal							
Circulante							
Não circulante							
Moeda estrangeira							
Operacionais							
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	mai/18	mai/25	COP 120.000.000	IBR(**)	4,43	Trimestral
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	jun/20	jul/20	COP 163.657	-	24,05	Mensal
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	set/17	nov/23	USD 18.000	-	4,15	Trimestral
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	nov/19	jan/20	USD 2.766	-	4,80	Anual
Banco Santander Brasil	Alupar Perú	dez/18	dez/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual
Banco Santander Brasil	Alupar Perú	mar/19	mar/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual
Itau Corpbanca Colombia S.A.	Alupar Colômbia	nov/20	nov/23	USD 11.000	-	3,40	Anual
Pré - Operacionais							
Itau Coprbanca Colombia Prenda	TCE	jul/17	jul/20	COP 200.000	IBR(**)	4,44	Mensal
Itau Coprbanca Colombia Leasing	TCE	jul/17	jul/20	COP 330.000	-	10,32	Mensal
Santander Brasil- Capital de trabajo	TCE	mai/18	abr/21	USD 30.000	Libor (*)	3,70	Anual
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 50.000	Libor (*)	Flutuante: até 5 anos 3,9%/após 5 7%; Fixo: até 5	Semestral
Banco Deustsche Investitions	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 30.000	Libor (*)	até 5 anos 3,70,	Semestral

(*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. (**) Indicador Bancario de Referencia (IBR). A taxa do IBR é mensal

Debêntures

Financiadores	Empresas	Controladora					Consolidado				
		31/12/2020				31/12/2019	31/12/2020				31/12/2019
		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total	Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Operacionais											
6ª Emissão	Alupar	(429)	2.449	163.455	165.475	315.788	(429)	2.449	163.455	165.475	315.788
7ª Emissão	Alupar	(1.613)	4.479	648.500	651.366	648.842	(1.613)	4.479	648.500	651.366	648.842
1ª Emissão	Windepar	-	-	-	-	-	(4.179)	235	73.183	69.239	68.216
4ª Emissão	EATE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.260
5ª Emissão - II	EATE	-	-	-	-	-	(25)	80	54.000	54.055	54.149
6ª Emissão	EATE	-	-	-	-	-	(73)	6	26.727	26.660	41.901
7ª Emissão	EATE	-	-	-	-	-	(149)	12	46.364	46.227	64.712
8ª Emissão	EATE	-	-	-	-	-	(558)	2.571	270.000	272.013	276.019
3ª Emissão	ECTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.007
4ª Emissão	ECTE	-	-	-	-	-	(107)	13	54.311	54.217	74.861
5ª Emissão	ECTE	-	-	-	-	-	(181)	476	50.000	50.295	51.022
2ª Emissão	ENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.078
3ª Emissão - II	ENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.022
4ª Emissão	ENTE	-	-	-	-	-	(189)	476	50.000	50.287	51.012
2ª Emissão	ETEP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.263
3ª Emissão	ETEP	-	-	-	-	-	(92)	7	27.551	27.466	38.451
3ª Emissão	Ferreira Gomes	-	-	-	-	-	(9.235)	819	298.834	290.418	290.621
1ª Emissão	STN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.953
2ª Emissão	Transirapé	-	-	-	-	-	(41)	4	17.027	16.990	26.635
1ª Emissão	Transleste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.916
2ª Emissão	Transleste	-	-	-	-	-	(56)	6	25.200	25.150	29.875
2ª Emissão	Transudeste	-	-	-	-	-	(51)	5	21.429	21.383	33.495
1ª Emissão	EBTE	-	-	-	-	-	(185)	14	55.002	54.831	76.755
1ª Emissão	ETES	-	-	-	-	-	(122)	5	20.001	19.884	27.847
2ª Emissão - I	ETAP	-	-	-	-	-	(669)	256	41.300	40.887	41.059
2ª Emissão - II	ETAP	-	-	-	-	-	(2.308)	5.932	121.464	125.088	119.281
1ª Emissão	ETVG	-	-	-	-	-	(102)	5	19.001	18.904	26.473
2ª Emissão	Verde 08	-	-	-	-	-	(2.155)	4.170	153.162	155.177	148.185
2ª Emissão - I	ETC	-	-	-	-	-	(493)	193	30.700	30.400	30.534
2ª Emissão - II	ETC	-	-	-	-	-	(1.700)	4.412	90.330	93.042	88.667
2ª Emissão	EDTE	-	-	-	-	-	(8.793)	27.093	315.000	333.300	317.832
1ª Emissão	ETB	-	-	-	-	-	(19.493)	74.866	715.000	770.373	734.831
1ª Emissão	AETE	-	-	-	-	-	(1.277)	1.296	130.000	130.019	-
Pré - Operacionais											
1ª Emissão	TCC	-	-	-	-	-	(19.198)	72.491	680.000	733.293	698.938
1ª Emissão	TPE	-	-	-	-	-	(30.142)	114.067	1.070.000	1.153.925	1.099.875
1ª Emissão	TSM	-	-	-	-	-	(32.610)	49.259	530.000	546.649	497.458
1ª Emissão	ESTE	-	-	-	-	-	(24.577)	38.570	415.000	428.993	390.465
TOTAL		**(2.042)**	**6.928**	**811.955**	**816.841**	**964.630**	**(160.802)**	**404.267**	**6.212.541**	**6.456.006**	**6.490.298**
Circulante		(795)	6.928	163.455	169.588	161.714	(16.791)	73.048	403.564	459.821	479.525
Não circulante		(1.247)	-	648.500	647.253	802.916	(144.011)	331.219	5.808.977	5.996.185	6.010.773

Financiadores	Empresas	Controladora					Consolidado				
		31/12/2019				31/12/2018	31/12/2019				31/12/2018
		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total	Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Operacionais											
5ª Emissão	Alupar	-	-	-	-	376.671	-	-	-	-	376.671
6ª Emissão	Alupar	(1.640)	4.686	312.742	315.788	303.319	(1.640)	4.686	312.742	315.788	303.319
7ª Emissão	Alupar	(1.897)	2.239	648.500	648.842	-	(1.897)	2.239	648.500	648.842	-
1ª Emissão	Windepar	-	-	-	-	-	(4.702)	212	72.706	68.216	66.475
3ª Emissão	EATE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.896
4ª Emissão	EATE	-	-	-	-	-	(2)	204	28.058	28.260	66.093
5ª Emissão - I	EATE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126.511
5ª Emissão - II	EATE	-	-	-	-	-	(27)	176	54.000	54.149	54.191
6ª Emissão	EATE	-	-	-	-	-	(122)	23	42.000	41.901	57.027
7ª Emissão	EATE	-	-	-	-	-	(233)	37	64.908	64.712	83.066
8ª Emissão	EATE	-	-	-	-	-	(666)	6.685	270.000	276.019	-
3ª Emissão	ECTE	-	-	-	-	-	-	19	1.988	2.007	38.395
4ª Emissão	ECTE	-	-	-	-	-	(180)	41	75.000	74.861	74.694
5ª Emissão	ECTE	-	-	-	-	-	(216)	1.238	50.000	51.022	-
2ª Emissão	ENTE	-	-	-	-	-	(3)	318	43.763	44.078	103.087
3ª Emissão - I	ENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.093
3ª Emissão - II	ENTE	-	-	-	-	-	(17)	39	12.000	12.022	12.019
4ª Emissão	ENTE	-	-	-	-	-	(226)	1.238	50.000	51.012	-
2ª Emissão	ETEP	-	-	-	-	-	(2)	89	12.176	12.263	28.675
3ª Emissão	ETEP	-	-	-	-	-	(142)	22	38.571	38.451	44.761
3ª Emissão	Ferreira Gomes	-	-	-	-	-	(10.554)	748	300.427	290.621	286.720
1ª Emissão	STN	-	-	-	-	-	-	130	17.823	17.953	41.926
2ª Emissão	Transirapé	-	-	-	-	-	(137)	15	26.757	26.635	29.837
1ª Emissão	Transleste	-	-	-	-	-	(33)	71	9.878	9.916	22.952
2ª Emissão	Transleste	-	-	-	-	-	(141)	16	30.000	29.875	29.832
2ª Emissão	Transudeste	-	-	-	-	-	(198)	19	33.674	33.495	45.685
1ª Emissão	EBTE	-	-	-	-	-	(290)	44	77.001	76.755	98.511
1ª Emissão	ETES	-	-	-	-	-	(170)	16	28.001	27.847	35.812
2ª Emissão - I	ETAP	-	-	-	-	-	(917)	676	41.300	41.059	40.930
2ª Emissão - II	ETAP	-	-	-	-	-	(2.798)	3.506	118.573	119.281	114.142
1ª Emissão	ETVG	-	-	-	-	-	(143)	15	26.601	26.473	34.045
2ª Emissão	Verde 08	-	-	-	-	-	(2.626)	3.784	147.027	148.185	142.657
2ª Emissão - I	ETC	-	-	-	-	-	(675)	509	30.700	30.534	30.440
2ª Emissão - II	ETC	-	-	-	-	-	(2.061)	2.548	88.180	88.667	84.909
Pré - Operacionais											
1ª Emissão	TCC	-	-	-	-	-	(21.675)	40.613	680.000	698.938	666.748
1ª Emissão	TPE	-	-	-	-	-	(34.030)	63.905	1.070.000	1.099.875	1.049.243
2ª Emissão	EDTE	-	-	-	-	-	(9.704)	12.536	315.000	317.832	304.427
1ª Emissão	ETB	-	-	-	-	-	(21.885)	41.716	715.000	734.831	-
1ª Emissão	TSM						(33.651)	1.109	530.000	497.458	-
1ª Emissão	ESTE						(25.404)	869	415.000	390.465	-
TOTAL		**(3.537)**	**6.925**	**961.242**	**964.630**	**679.990**	**(177.167)**	**190.111**	**6.477.354**	**6.490.298**	**4.542.789**
Circulante		(1.582)	6.925	156.371	161.714	27.463	(16.192)	79.023	416.694	479.525	508.893
Não circulante		(1.955)	-	804.871	802.916	652.527	(160.975)	111.088	6.060.660	6.010.773	4.033.896

Financiadores / Credores	Empresas	Controladora/ Consolidado							
		Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2018	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2018
4ª Emissão	Alupar	-	-	-	-	-	-	-	-
5ª Emissão	Alupar	2.239	22.032	(13)	24.258	-	352.509	(96)	352.413
6ª Emissão	Alupar	4.436	-	(1.231)	3.205	-	301.755	(1.641)	300.114
		6.675	22.032	(1.244)	27.463	-	654.264	(1.737)	652.527
	Operacionais								
1º emissão	Windepar	188	1.445	(517)	1.116	-	70.067	(4.708)	65.359
3ª Emissão	EATE	55	20.844	(3)	20.896	-	-	-	-
4ª Emissão	EATE	640	37.412	(14)	38.038	-	28.058	(3)	28.055
5ª Emissão - Série I	EATE	562	126.000	(51)	126.511	-	-	-	-
5ª Emissão - Série II	EATE	247	-	(21)	226	-	54.000	(35)	53.965
6ª Emissão	EATE	46	15.272	(134)	15.184	-	42.000	(157)	41.843
7ª Emissão	EATE	69	18.546	(181)	18.434	-	64.908	(276)	64.632
3ª Emissão	ECTE	455	36.008	(55)	36.408	-	1.988	(1)	1.987
4ª Emissão	ECTE	60	-	(143)	(83)	-	75.000	(223)	74.777
2ª Emissão	ENTE	998	58.353	(22)	59.329	-	43.763	(5)	43.758
3ª Emissão - Série I	ENTE	125	28.000	(32)	28.093	-	-	-	-
3ª Emissão - Série II	ENTE	55	-	(14)	41	-	12.000	(22)	11.978
2ª Emissão	ETEP	278	16.235	(11)	16.502	-	12.176	(3)	12.173
3ª Emissão	ETEP	37	6.429	(108)	6.358	-	38.572	(169)	38.403
3ª Emissão	Ferreira Gomes	741	8.340	(1.319)	7.762	-	289.512	(10.554)	278.958
1ª Emissão	STN	406	23.765	(68)	24.103	-	17.823	-	17.823
2ª Emissão	Transirapé	24	3.243	(50)	3.217	-	26.757	(137)	26.620
1ª Emissão	Transleste	222	12.941	(56)	13.107	-	9.878	(33)	9.845
2ª Emissão	Transleste	24	-	(51)	(27)	-	30.000	(141)	29.859
2ª Emissão	Transudeste	37	12.245	(73)	12.209	-	33.674	(198)	33.476
1ª Emissão	EBTE	82	21.999	(226)	21.855	-	77.002	(346)	76.656
1ª Emissão	ETES	30	8.000	(49)	7.981	-	28.000	(169)	27.831
1ª Emissão	ETVG	28	7.600	(41)	7.587	-	26.600	(142)	26.458
		5.409	462.677	(3.239)	464.847	-	981.778	(17.322)	964.456
	Pré-operacionais								
1ª Emissão	Verde 8	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	Verde 8	3.732	-	(470)	3.262	-	142.021	(2.626)	139.395
1ª Emissão	ETAP	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão - Série I	ETAP	793	-	(247)	546	-	41.300	(916)	40.384
2ª Emissão - Série II	ETAP	2.731	-	(490)	2.241	-	114.700	(2.799)	111.901
1ª Emissão	ETC	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão - Série I	ETC	597	-	(182)	415	-	30.700	(675)	30.025
2ª Emissão - Série II	ETC	2.031	-	(361)	1.670	-	85.300	(2.061)	83.239
1ª Emissão	TCC	8.614	-	(4.955)	3.659	1.669	680.000	(18.580)	663.089
1ª Emissão	TPE	13.554	-	(7.776)	5.778	2.626	1.070.000	(29.161)	1.043.465
2ª Emissão	EDTE	243	-	(1.231)	(988)	-	315.000	(9.585)	305.415
		32.295	-	(15.712)	16.583	4.295	2.479.021	(66.403)	2.416.913
Total - Debêntures		**44.379**	**484.709**	**(20.195)**	**508.893**	**4.295**	**4.115.063**	**(85.462)**	**4.033.896**

Características das debêntures

Financiadores	Empresas	Consolidado						
		Condições contratadas das debêntures						
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
Operacionais								
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral
7ª Emissão	Alupar	dez/19	out/25	648.500	CDI	1,40	Único no final	Semestral
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral
4ª Emissão	EATE	ago/14	ago/20	159.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
5ª Emissão - II	EATE	set/16	set/21	54.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal
6ª Emissão	EATE	set/17	set/22	70.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
7ª Emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal
8ª Emissão	EATE	jul/19	jul/24	270.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral
3ª Emissão	ECTE	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15	Trimestral	Trimestral
4ª Emissão	ECTE	set/17	set/22	75.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
5ª Emissão	ECTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral
2ª Emissão	ENTE	ago/14	ago/20	248.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
3ª Emissão - II	ENTE	set/16	set/21	12.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal
4ª Emissão	ENTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral
2ª Emissão	ETEP	ago/14	ago/20	69.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
3ª Emissão	ETEP	jun/18	jun/23	45.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral
1ª Emissão	STN	ago/14	ago/20	101.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
2ª Emissão	Transirapé	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
1ª Emissão	Transleste	ago/14	ago/20	55.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
2ª Emissão	Transleste	set/17	jun/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
1ª Emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal
1ª Emissão	ETES	jun/18	jun/23	40.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal
2ª Emissão - I	ETAP	set/18	set/23	41.300	CDI	112,00	Único no final	Semestral
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	IPCA	6,17	Anual	Semestral
1ª Emissão	ETVG	jun/18	jun/23	38.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	IPCA	5,96	Único no final	Semestral
2ª Emissão - I	ETC	set/18	set/23	30.700	CDI	113,50	Único no final	Semestral
2ª Emissão - II	ETC	set/18	set/25	85.300	IPCA	6,17	Anual	Semestral
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	IPCA	5,34	Semestral	Semestral
1ª Emissão	AETE	set/20	set/26	130.000	CDI	2,70	Semestral	Semestral
Pré - Operacionais								
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral
1ª Emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nesta data, não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas nos itens 10.1 (f) (i) e (ii) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Empréstimos concedidos por nós, nossos acionistas ou afiliadas, a determinadas subsidiárias, podem encontram-se subordinados ao pagamento de determinadas dívidas das respectivas subsidiárias devedoras perante credores. Assim, em caso de evento de inadimplemento da subsidiária devedora perante certos credores, ficará a referida subsidiária impedida de efetuar qualquer pagamento a seus acionistas, seja no âmbito dos contratos de empréstimo acima referidos ou a qualquer outro título.

Além disso, as nossas dívidas que são garantidas com garantia real contam com preferências no pagamento sobre as dívidas quirografárias, nos termos da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas possuem algumas cláusulas restritivas à Companhia comuns em dívidas dessa natureza, relacionadas, principalmente, (i) à mudança de controle societário; (ii) à transferência de ativos operacionais; (iii) ao não atendimento de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados, e.g. dívida líquida / (dividendos + JCP + EBITDA) ou dividendos distribuídos / lucro líquido; (iv) ao descumprimento de qualquer obrigação pecuniária relacionada às debêntures ou de determinadas obrigações pecuniárias exigidas no âmbito de outros instrumentos de endividamento envolvendo a Companhia e suas controladas, ou ainda no caso de aceleração de outras dívidas; e (v) ao pagamento de dividendo superiores ao mínimo obrigatório, caso a respectiva emissora tenha inadimplido quaisquer pagamentos no âmbito das debêntures. Nós acreditamos que todas essas cláusulas são consideradas padrão para este tipo de operação.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("**ICSD**"), e que são calculados anualmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, todas as cláusulas restritivas da controladora e das controladas foram atendidas.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam saldos de seus contratos de financiamentos a serem liberados.

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2018, possuíam os seguintes saldos dos seus contratos de financiamentos a serem liberados:

Empresa	Montante contratado	Liberações				Saldo a liberar em 31/12/2018
		29/03/2016	15/07/2016	15/08/2016	Total	
EDV I	57.990	38.900	16.785	-	55.658	2.305
EDV II	32.220	28.000	1.096	2.592	31.688	532
EDV III	49.007	30.000	17.132	1.023	48.155	852
EDV IV	81.041	55.550	24.056	-	79.606	1.435
EDV X	41.042	27.000	13.320	-	40.320	722
Total	**261.300**	**179.450**	**72.389**	**3.615**	**255.454**	**5.846**

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão dos diretores da Companhia a seguir sobre a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações deverá ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e respectivas notas explicativas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

COMPARAÇÃO DOS NOSSOS RESULTADOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Demonstrações de Resultado Consolidadas (Em milhares de reais, exceto a rubrica "lucro líquido por ação")				
	31/12/2020	Análise Vertical %	31/12/2019	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Sistema de transmissão de energia	6.099.190	90,42%	4.286.549	85,31%	42,29%
Sistema de geração de energia	645.875	9,58%	738.175	14,69%	-12,50%
	6.745.065	100,00%	**5.024.724**	100,00%	34,24%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**(604.327)**	**-8,96%**	**(432.625)**	**-8,61%**	**39,69%**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**6.140.738**	**91,04%**	**4.592.099**	**91,39%**	**33,72%**
CUSTO DO SERVIÇO					
Custo com energia elétrica					
Energia comprada para revenda	(141.772)	-2,10%	(231.739)	-4,61%	-38,82%
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(32.795)	-0,49%	(30.397)	-0,60%	7,89%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(8.441)	-0,13%	(10.636)	-0,21%	-20,64%
	(183.008)	-2,71%	(272.772)	-5,43%	-32,91%
Custo de operação					
Custo dos serviços prestados	(184.446)	-2,73%	(171.036)	-3,40%	7,84%
Custo de infraestrutura	(2.204.274)	-32,68%	(1.575.398)	-31,35%	39,92%
Depreciação / amortização	(127.825)	-1,90%	(106.125)	-2,11%	20,45%
	(2.516.545)	-37,31%	(1.852.559)	-36,87%	35,84%
	(2.699.553)	-40,02%	**(2.125.331)**	-42,30%	27,02%
LUCRO BRUTO	**3.441.185**	51,02%	**2.466.768**	49,09%	39,50%
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	(120.897)	-1,79%	(130.615)	-2,60%	-7,44%
Equivalência patrimonial	(9.225)	-0,14%	57.394	1,14%	-116,07%
Outras receitas	7.817	0,12%	51.237	1,02%	-84,74%
Outras despesas	(335)	0,00%	(11)	0,00%	2945,45%
	(122.640)	-1,82%	**(21.995)**	-0,44%	457,58%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**3.318.545**	49,20%	**2.444.773**	48,65%	35,74%
Despesas financeiras	(513.052)	-7,61%	(349.635)	-6,96%	46,74%
Receitas financeiras	51.318	0,76%	87.129	1,73%	-41,10%
	(461.734)	-6,85%	**(262.506)**	-5,22%	75,89%
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**2.856.811**	42,35%	**2.182.267**	43,43%	30,91%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(104.125)	-1,54%	(92.207)	-1,84%	12,93%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(697.190)	-10,34%	(448.663)	-8,93%	55,39%
	(801.315)	-11,88%	(540.870)	-10,76%	48,15%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**2.055.497**	30,47%	**1.641.397**	32,67%	25,23%
Atribuído a sócios da empresa controladora	942.086	13,97%	890.284	17,72%	5,82%
Atribuído a sócios não controladores	1.113.411	16,51%	751.113	14,95%	48,23%
	2.055.497	30,47%	**1.641.397**	32,67%	25,23%

Receita bruta

Nossa receita operacional bruta passou de R$5.024,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$6.745,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 34,24%%. Essa variação ocorreu, especialmente pelas seguintes razões:

Sistema de Transmissão de Energia: Nossa receita bruta derivada do nosso sistema de transmissão de energia passou de R$4.286,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$6.099,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 42,29% decorrente basicamente do reconhecimento da correção monetária do ativo contratual, principalmente dos ativos indexados ao índice geral de Preços do Mercado – IGP-M, que registrou 23,14% no acumulado do exercício de 2020 e em razão das alterações de premissas de cálculo das margens de construção e O&M e das taxas de remuneração, já consideradas na adoção

inicial do CPC 47, para adequação às determinações do Ofício-Circular nº 4, divulgado em 1º de dezembro de 2020 pela CVM.

Sistema de Geração de Energia: Nossa receita bruta derivada do nosso sistema de geração de energia passou de R$738,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$645,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 12,50% decorrente do menor volume e preço de MWhs vendidos em 2020 no ambiente de contratação livre.

Deduções

As deduções da nossa receita operacional bruta e de nossas controladas são representadas pelos encargos setoriais: Reserva Global de Reversão (RGR), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e tributários (PIS, COFINS e ICMS).

As deduções da nossa receita operacional bruta e de nossas controladas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram de R$604,3 milhões e R$432,6 milhões, respectivamente. O aumento de 39,69% é simétrico ao aumento da receita do sistema de transmissão e receita do sistema de geração de energia entre os exercícios considerados.

Custo com energia elétrica

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, os custos com energia elétrica encerraram em R$183,0 milhões, 32,91% inferior aos R$272,8 milhões apurados no mesmo período de 2019. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Energia comprada para revenda: A energia comprada para revenda passou de R$231,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$141,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em decorrência das estratégias de comercialização do mercado de spot e sazonalização.

Encargos do Uso da Rede Elétrica – CUST: Os encargos do uso da rede elétrica – CUST passou de R$30,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$32,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em decorrência dos reajustes das TUSTs para os ciclos 2019-2020 e 2020-2021, conforme resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos passou de R$10,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$8,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em decorrência da menor geração de energia no exercício de 2020.

Custo de operação

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o custo de operação foi de R$2.516,5 milhões, 35,84% superior aos R$1.852,6 milhões apurados no exercício encerrado em 2019. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Custos dos serviços prestados (excluindo depreciação e amortização): No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, os custos dos serviços prestados fecharam em R$184,4 milhões, superiores em 7,84% aos R$171,0 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em decorrência, basicamente, do aumento com custos de pessoal, ocasionado pelo dissidio de 2020 e aumento no quadro de colaboradores.

Custo de infraestrutura: O custo de infraestrutura fechou em R$2.204,3 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, superior em 39,92% aos R$1.575,4

milhões apurados no mesmo período em 2019. Esse aumento é decorrente da entrada em operação comercial das transmissoras EDTE, ETB e TPE durante o exercício de 2020 e do andamento da construção das trasmissoras TCC e TSM.

Depreciação e amortização: a depreciação e amortização atingiu R$127,8 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, 20,45% superior aos R$106,1 milhões em 2019. Essa variação é decorrente principalmente pela unitização de ativos que estavam registrados como "imobilizado em curso" nas usinas Ferreira Gomes, Ijuí, Queluz e Lavrinhas e foram, a partir do 2º trimestre de 2020, classificados como "imobilizado em serviço". Consequentemente, foram contabilizadas às respectivas depreciações acumuladas.

Lucro Bruto

A nossa margem bruta foi de 51,02% em 2020, contra 49,09% em 2019 em alinhamento com o lucro bruto que passou de R$2.466,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$3.441,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse alinhamento é decorrente do aumento dos custos estarem alinhados com o aumento das receitas.

Despesas e receitas operacionais

O saldo de despesas e receitas operacionais passou de R$21,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$122,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 em decorrência de:

Despesas administrativas e gerais: As despesas administrativas e gerais passaram de R$130,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$120,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Equivalência patrimonial: Equivalência patrimonial passou de R$57,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$9,2 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação é decorrente de até o 3º trimestre de 2019, as transmissoras ETB e TME não eram consolidadas pela Alupar, desta forma, o resultado de equivalência dessas companhias não eram eliminados no consolidado. A equivalência patrimonial do exercício de 2020 corresponde somente ao investimento na TNE.

Outras receitas: Outras receitas passaram de R$51,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$7,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação é em decorrência, principalmente, do reconhecimento em 2019 do ganho obtido na aquisição de controle com a compra de participação de 49% da transmissora TME pela Alupar, no montante de R$39,8 milhões, e da compra de participação de 75,99% da transmissora AETE pela controlada da Companhia APAETE, no montante de R$8,7 milhões. Essa mesma situação não ocorreu no exercício de 2020.

Lucro antes do resultado financeiro

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes do resultado financeiro passou de R$2.444,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$3.318,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Resultado financeiro líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa financeira de R$262,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para uma despesa financeira de R$461,7

milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, sendo essa variação em decorrência dos seguintes fatores:

Despesas financeiras: Despesas financeiras passaram de R$349,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$513,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido a (i) entrada em operação comercial das transmissoras ETAP e ETC em 2019 e EDTE, ETB e TPE em 2020, passando os encargos de dívida a não fazerem mais parte dos custos de infraestrutura com sua correspondente receita de infraestrutura; (ii) novas captações de empréstimos em 2020 nas transmissoras TME, ETEP, ECTE, ENTE e ETES e emissão de debêntures na AETE; e (iii) reconhecimento de atualização monetária de julho de 2015 a dezembro de 2020 dos valores em aberto de GSF nas geradoras Queluz e Lavrinhas, no montante de R$ 43,3 milhões.

Receitas financeiras: Receitas financeiras passaram de R$87,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$51,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, essa variação é decorrente de redução dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários em 45,34%, em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2019, adicionalmente, durante o exercício de 2020 houve redução na remuneração média das aplicações financeiras (remuneração de 88,57% do CDI em 31 de dezembro de 2020 contra 97,49% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Lucro antes dos tributos

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes dos tributos passou de R$2.182,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$2.856,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social correntes passou de R$92,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$104,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 essa variação é decorrente das transmissoras que entraram em operação durante o exercício de 2020 – ECTE, ETB e TPE.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$448,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$697,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação é em decorrência dos investimentos realizados nas transmissoras em implantação no Brasil (ETAP, ETC, TPE, TCC, ESTE, EDTE, ETB, ELTE e TSM), onde foi reconhecida receita de construção da infraestrutura e os respectivos impostos diferidos pela realização da receita ao longo do período de concessão e em razão das alterações de premissas de cálculo das margens de construção e O&M e das taxas de remuneração, já consideradas na adoção inicial do CPC 47, para adequação às determinações do Ofício-Circular nº 4, divulgado em 1º de dezembro de 2020 pela CVM.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido do exercício passou de R$1.641,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$2.055,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

COMPARAÇÃO DOS NOSSOS RESULTADOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Demonstrações de Resultado Consolidadas (Em milhares de reais, exceto a rubrica "lucro líquido por ação")				
	31/12/2019	Análise Vertical %	31/12/2018	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Sistema de transmissão de energia	4.286.549	85,31%	1.498.183	71,87%	186,12%
Sistema de geração de energia	738.175	14,69%	586.417	28,13%	25,88%
	5.024.724	**100,00%**	**2.084.600**	**100,00%**	**141,04%**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**(432.625)**	**-8,61%**	**(201.691)**	**-9,68%**	**114,50%**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**4.592.099**	**91,39%**	**1.882.909**	**90,32%**	**143,88%**
CUSTO DO SERVIÇO					
Custo com energia elétrica					
Energia comprada para revenda	(231.739)	-4,61%	(90.649)	-4,35%	155,64%
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(30.397)	-0,60%	(29.021)	-1,39%	4,74%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(10.636)	-0,21%	(10.646)	-0,51%	-0,09%
	(272.772)	-5,43%	(130.316)	-6,25%	109,32%
Custo de operação					
Custo dos serviços prestados	(171.036)	-3,40%	(160.498)	-7,70%	6,57%
Custo de infraestrutura	(1.575.398)	-31,35%	(226.808)	-10,88%	594,60%
Depreciação / amortização	(106.125)	-2,11%	(96.171)	-4,61%	10,35%
	(1.852.559)	-36,87%	(483.477)	-23,19%	283,17%
	(2.125.331)	-42,30%	**(613.793)**	-29,44%	246,26%
LUCRO BRUTO	**2.466.768**	49,09%	**1.269.116**	60,88%	94,37%
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	(130.615)	-2,60%	(116.143)	-5,57%	12,46%
Equivalência patrimonial	57.394	1,14%	34.609	1,66%	65,84%
Outras receitas	51.237	1,02%	7.107	0,34%	620,94%
Outras despesas	(11)	0,00%	(1.620)	-0,08%	-99,32%
	(21.995)	-0,44%	**(76.047)**	-3,65%	-71,08%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**2.444.773**	48,65%	**1.193.069**	57,23%	104,91%
Despesas financeiras	(349.635)	-6,96%	(364.475)	-17,48%	-4,07%
Receitas financeiras	87.129	1,73%	97.628	4,68%	-10,75%
	(262.506)	-5,22%	**(266.847)**	-12,80%	-1,63%
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**2.182.267**	43,43%	**926.222**	44,43%	135,61%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(92.207)	-1,84%	(89.475)	-4,29%	3,05%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(448.663)	-8,93%	(85.957)	-4,12%	421,96%
	(540.870)	-10,76%	(175.432)	-8,42%	208,31%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.641.397**	32,67%	**750.790**	36,02%	118,62%
Atribuído a sócios da empresa controladora	890.284	17,72%	386.749	18,55%	130,20%
Atribuído a sócios não controladores	751.113	14,95%	364.041	17,46%	106,33%
	1.641.397	32,67%	**750.790**	36,02%	118,62%

Receita bruta

Nossa receita operacional bruta passou de R$ 2.084,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$5.024,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 141,04%. Essa variação ocorreu, especialmente pelas seguintes razões:

Sistema de Transmissão de Energia: Nossa receita bruta derivada do nosso sistema de transmissão de energia passou de R$1.498,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$4.286,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 186,12% decorrente, basicamente, pelos investimentos realizados nas transmissoras em implantação no Brasil (ETAP, ETC, TPE, TCC, ESTE, EDTE, ETB, ELTE e TSM), no montante R$3.005,9 milhões e início de consolidação da controlada indireta AETE (jul/19) e das controladas diretas TME e ETB (dez/19).

Sistema de Geração de Energia: Nossa receita bruta derivada do nosso sistema de geração de energia passou de R$586,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2018 para R$738,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 25,88% decorrente do maior volume e preço de MWhs vendidos em 2019.

Deduções

As deduções da nossa receita operacional bruta e de nossas controladas são representadas pelos encargos setoriais: Reserva Global de Reversão (RGR), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e tributários (PIS, COFINS e ICMS).

As deduções da nossa receita operacional bruta e de nossas controladas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram de R$432,6 milhões e R$ 201,7 milhões, respectivamente. O aumento de 114,50% é simétrico ao aumento da receita do sistema de transmissão e receita do sistema de geração de energia entre os exercícios considerados.

Custo com energia elétrica

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, os custos com energia elétrica encerraram em R$272,8 milhões, 109,32% superior aos R$130,3 milhões apurados no mesmo período de 2018. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Energia comprada para revenda: A energia comprada para revenda passou de R$90,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$231,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em decorrência das estratégias de comercialização do mercado de spot e sazonalização.

Encargos do Uso da Rede Elétrica – CUST: Os encargos do uso da rede elétrica – CUST passou de R$29,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$30,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da revisão tarifária conforme resolução homologatória de tarifas da Aneel.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos fechou em R$10,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em linha aos R$10,6 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Custo de operação

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o custo de operação foi de R$1.852,6 milhões, 283,17% superior aos R$483,5 milhões apurados no exercício encerrado em 2018. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Custos dos serviços prestados (excluindo depreciação e amortização): No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, os custos dos serviços prestados fecharam em R$171,0 milhões, superiores em 6,57% aos R$160,5 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, em decorrência, basicamente, da baixa de ativos (estoques) que estavam registrados no não circulante e quem não tinham expectativa de realização.

Custo de infraestrutura: O custo de infraestrutura fechou em R$1.575,4 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, superior em 594,60% aos R$226,8 milhões apurados no mesmo período em 2018. Esse aumento é decorrente dos investimentos efetuados nas transmissoras em implantação no Brasil (ETAP, ETC, TPE, TCC, ESTE, EDTE, ETB, ELTE e TSM) e início de consolidação da controlada indireta AETE (jul/19) e das controladas diretas TME e ETB (dez/19).

Depreciação e amortização: a depreciação e amortização atingiu R$106,1 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, 10,35% superior aos R$96,2 milhões em 2018. Essa variação é decorrente principalmente pela entrada em operação comercial dos parques eólicos EDVs (Dez/2018) e pela adoção do IFRS 16, que ativou os contratos de arrendamento a partir de 1º. de janeiro de 2019.

Lucro Bruto

A nossa margem bruta foi de 49,09% em 2019, contra 60,88% em 2018 em desalinhamento com o lucro bruto que passou de R$1.269,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$2.466,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse desalinhamento é decorrente do aumento das receitas em 141,04% ser menor que o aumento dos custos em 246,26%, conforme explicado nos itens acima.

Despesas e receitas operacionais

O saldo de despesas e receitas operacionais passou de R$76,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$21,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 em decorrência de:

Despesas administrativas e gerais: As despesas administrativas e gerais passaram de R$116,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$130,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Equivalência patrimonial: Equivalência patrimonial passou de R$34,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$57,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Outras receitas: Outras receitas passaram de R$7,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$51,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação é em decorrência, principalmente, do reconhecimento do ganho obtido na aquisição de controle com a compra de participação de 49% da transmissora TME pela Alupar, no montante de R$39,8 milhões, e da compra de participação de 75,99% da transmissora AETE pela controlada da Companhia APAETE, no montante de R$8,7 milhões.

Lucro antes do resultado financeiro

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes do resultado financeiro passou de R$1.193,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$2.444,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Resultado financeiro líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa financeira de R$266,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para uma despesa financeira de R$262,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, sendo essa variação em decorrência dos seguintes fatores:

Despesas financeiras: Despesas financeiras passaram de R$364,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$349,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido a variação cambial positiva apurada pelas controladas Alupar Inversiones Peru, La Virgen e TCE em seus empréstimos, em decorrência da desvalorização do dólar frente a moeda novo sol em 2019.

Receitas financeiras: Receitas financeiras passaram de R$ 97,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$87,1 milhões no exercício encerrado em

31 de dezembro de 2019, essa variação é decorrente de menor caixa médio durante o exercício de 2019, decorrente de investimentos nas controladas e pagamento antecipado da 5ª em emissão de debêntures, e redução da taxa média dos depósitos interfinanceiros ("CDI") de 6,42% em 2018 para 5,96% em 2019.

Lucro antes dos tributos

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes dos tributos passou de R$926,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$2.182,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social correntes passou de R$89,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$92,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 essa variação é decorrente das transmissoras que entraram em operação durante o exercício de 2019 – ETAP e ETC e pelas empresas que passaram a ser consolidadas pela aquisição de controle - AETE e TME.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$85,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$448,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação é em decorrência dos investimentos realizados nas transmissoras em implantação no Brasil (ETAP, ETC, TPE, TCC, ESTE, EDTE, ETB, ELTE e TSM), onde foi reconhecida receita de construção da infraestrutura e os respectivos impostos diferidos pela realização da receita ao longo do período de concessão.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido do exercício passou de R$750,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$1.641,3milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Consolidado				
	31/12/2020	Análise Vertical %	31/12/2019	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
ATIVO					
CIRCULANTE	**4.084.394**	**18,1%**	**5.441.876**	**28,1%**	**-24,9%**
Caixa e equivalentes de caixa	674.609	3,0%	1.025.204	5,3%	-34,2%
Investimentos de curto prazo	1.405.506	6,2%	2.864.348	14,8%	-50,9%
Títulos e valores mobiliários	767	0,0%	4.470	0,0%	-82,8%
Contas a receber de clientes	415.353	1,8%	346.258	1,8%	20,0%
Dividendos a receber	75	0,0%	75	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	81.684	0,4%	97.249	0,5%	0,0%
Outros tributos compensáveis	59.476	0,3%	37.714	0,2%	57,7%
Estoques	7.856	0,0%	10.445	0,1%	-24,8%
Despesas pagas antecipadamente	5.828	0,0%	5.639	0,0%	3,4%
Cauções e depósitos judiciais	384	0,0%	384	0,0%	0,0%
Ativo contratual da concessão	1.290.362	5,7%	951.888	4,9%	0,0%
Outros ativos	142.494	0,6%	98.202	0,5%	0,0%
NÃO CIRCULANTE	**18.492.116**	**81,9%**	**13.927.856**	**65,9%**	**32,8%**
Realizável a longo prazo	13.486.496	59,7%	9.172.874	47,4%	47,0%
Contas a receber de clientes	20.903	0,1%	12.528	0,1%	66,9%
Títulos e valores mobiliários	102.852	0,5%	100.493	0,5%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	3.187	0,0%	3.187	0,0%	0,0%
Outros tributos compensáveis	3.640	0,0%	2.774	0,0%	31,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.688	0,0%	7.008	0,0%	-4,6%
Despesas pagas antecipadamente	9.203	0,0%	12.220	0,1%	-24,7%
Cauções e depósitos judiciais	15.333	0,1%	14.965	0,1%	2,5%
Ativo contratual da concessão	13.310.348	59,0%	9.007.266	46,5%	47,8%
Outros ativos	14.342	0,1%	12.433	0,1%	0,0%
Investimentos em controladas em conjunto	127.733	0,6%	136.958	0,7%	-6,7%
Propriedades para investimento	7.731	0,0%	7.826	0,0%	-1,2%
Imobilizado	4.672.156	20,7%	4.426.026	22,9%	5,6%
Intangível	198.000	0,9%	184.172	1,0%	7,5%
ATIVO TOTAL	**22.576.510**	**100,0%**	**19.369.732**	**100,0%**	**16,6%**

	Consolidado				
	31/12/2020	Análise Vertical %	31/12/2019	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
PASSIVO					
CIRCULANTE	**2.290.153**	**10,1%**	**2.085.695**	**10,8%**	**9,80%**
Empréstimos e financiamentos	363.798	1,6%	388.062	2,0%	-6,25%
Debêntures	459.821	2,0%	479.525	2,5%	-4,11%
Fornecedores	385.127	1,7%	401.370	2,1%	-4,05%
Salários, férias e encargos sociais	57.783	0,3%	39.978	0,2%	44,54%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	63.642	0,3%	60.633	0,3%	4,96%
Encargos regulatórios	58.781	0,3%	60.073	0,3%	-2,15%
Outros tributos a pagar	49.274	0,2%	47.038	0,2%	4,75%
Passivo de arrendamento	7.392	0,0%	6.071	0,0%	21,76%
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	100.012	0,4%	63.105	0,3%	58,49%
Dividendos a pagar	509.475	2,3%	384.599	2,0%	32,47%
Adiantamentos de clientes	1.456	0,0%	5.794	0,0%	-74,87%
Provisão para gastos ambientais	13.720	0,1%	19.938	0,1%	-31,19%
Provisões de constituição dos ativos	180.958	0,8%	73.594	0,4%	145,89%
Provisões para contingências	2.712	0,0%	323	0,0%	739,63%
Outras obrigações	36.202	0,2%	55.592	0,3%	-34,88%
NÃO CIRCULANTE	**11.341.675**	**50,2%**	**9.743.972**	**50,3%**	**16,40%**
Empréstimos e financiamentos	2.155.652	9,5%	1.635.795	8,4%	31,78%
Debêntures	5.996.185	26,6%	6.010.773	31,0%	-0,24%
Passivo de arrendamento	28.300	0,1%	27.892	0,1%	1,46%
Adiantamento para futuro aumento de capital	292	0,0%	381	0,0%	-23,36%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.925.824	8,5%	1.229.499	6,3%	56,63%
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	1.155.830	5,1%	776.022	4,0%	48,94%
Provisão para gastos ambientais	19.213	0,1%	734	0,0%	2517,57%
Provisões de constituição dos ativos	9.227	0,0%	6.677	0,0%	38,19%
Provisões para contingências	15.750	0,1%	14.844	0,1%	6,10%
Outras obrigações	35.402	0,2%	41.355	0,2%	-14,39%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.750.118**	**25,5%**	**5.002.189**	**25,8%**	**14,95%**
Capital social subscrito e integralizado	2.981.996	13,2%	2.981.996	15,4%	0,00%
(-) Gastos com emissão de ações	(65.225)	-0,3%	(65.225)	-0,3%	0,00%
Reserva de capital	20.515	0,1%	15.450	0,1%	32,78%
Reservas de lucros	2.727.379	12,1%	2.031.442	10,5%	34,26%
Outros resultados abrangentes	85.453	0,4%	38.526	0,2%	121,81%
Participação de acionistas não controladores	3.194.564	**14,1%**	2.537.876	**13,1%**	**25,88%**
Patrimônio líquido total	**8.944.682**	39,6%	**7.540.065**	38,9%	18,63%
PASSIVO TOTAL	**22.576.510**	**100,0%**	**19.369.732**	**100,0%**	**16,56%**

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta passou de R$1.025,2 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$674,6 milhões, em 31 de dezembro de 2020 representando uma redução de 34,2%. Essa variação ocorreu especialmente pelos recursos que foram captados pela ESTE em dezembro de 2019 através da 1ª emissão de debentures, que só foram aplicadas no fundo de investimento na rubrica de Investimentos de curto prazo em 2020, da ordem de R$415,0 milhões.

Investimento de curto prazo

O saldo dessa conta passou de R$2.864,3 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$1.405,5 milhões, em 31 de dezembro de 2020. A variação do saldo de investimentos de curto prazo se deve em função de resgates para investimento em CAPEX dos projetos de transmissão em implantação.

Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R$104,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$103,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 1,3%. A variação é decorrente, basicamente, pelo efeito líquido entre os resgates de fundos vinculados ao empréstimos e financiamento, dado a liquidação de contratos de empréstimos da TME e STN e a depósitos, por parte das EDVs, nos fundos vinculados aos empréstimos e financiamento para cumprimento das cláusulas contratuais junto ao BNDES.

Contas a receber de clientes (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R$358,8 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$436,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 21,6%. Essa variação é decorrente do aumento na realização do ativo contratual da concessão, dado ao aumento das RAPs das transmissoras que entraram em operação em 2020, da ordem de 20% e do aumento ocasionado pela inadimplência de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo de Queluz e Lavrinhas.

Ativo contratual da concessão (circulante e não circulante)

Essa conta passou de R$9.959,1 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$14.600,7 milhões, em 31 de dezembro de 2020. A movimentação do saldo dessa rubrica entre os períodos compreendidos é principalmente em decorrência da receita dos serviços de implementação de infraestrutura nos projetos de transmissão, correção monetária dos ativos indexados ao índice geral de Preços do Mercado – IGP-M, que registrou alta 23,14% no acumulado dos últimos 12 meses e das alterações de premissas de cálculo das margens de construção e O&M e das taxas de remuneração, já consideradas na adoção inicial do CPC 47, para adequação às determinações do Ofício-Circular nº 4.

Investimentos em controladas em conjunto

O saldo dessa conta passou de R$136,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$127,7 milhões, em 31 de dezembro de 2020. A variação negativa de 6,7% é explicada, principalmente, pelo prejuízo da TNE em razão das alterações de premissas de cálculo das margens de construção e O&M e das taxas de remuneração, já consideradas na adoção inicial do CPC 47, para adequação às determinações do Ofício-Circular nº 4.

Imobilizado

O saldo dessa conta passou de R$4.426,0 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$4.672,1 milhões, em 31 de dezembro de 2020. A variação positiva de 5,6% é explicada, principalmente, pelos investimentos em CAPEX no projeto de geração no Peru e no projeto de transmissão da Colômbia e do ganho na conversão de balanço das empresas localizadas na Colômbia e Peru.

Intangível

O saldo dessa conta passou de R$184,2 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$198,0 milhões, em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação positiva de 7,5%, decorrente, principalmente, pelas aquisições de faixas de servidão no projeto de transmissão da Colômbia (TCE).

Passivo

Fornecedores (Circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R$401,4 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$385,1 milhões, em 31 de dezembro de 2020. A variação negativa do saldo de 4% é explicada

principalmente pelo efeito líquido entre o aumento do saldo a pagar da energia comprada no mercado de curto prazo (CCEE) em virtude da correção monetária sobre a inadimplência do GSF, da ordem de R$43,3 milhões e a redução no volume de compras e aquisições de materiais e serviços dos projetos em implantação comparando o quarto trimestre de 2020 com 2019.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R$401,4 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$385,1 milhões, em 31 de dezembro de 2020. A variação negativa do saldo de 4% é explicada principalmente pelo efeito líquido entre o aumento do saldo a pagar da energia comprada no mercado de curto prazo (CCEE) em virtude da correção monetária sobre a inadimplência do GSF, da ordem de R$43,3 milhões e a redução no volume de compras e aquisições de materiais e serviços dos projetos em implantação comparando o quarto trimestre de 2020 com 2019.

Debêntures (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R$6.490,6 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$6.456,0 milhões, em 31 de dezembro de 2020. A redução do saldo na ordem de 0,4% é explicada principalmente pelas seguintes razões: redução dado as liquidações da 1ª emissão de debêntures simples da STN e Transleste, no montante de R$27,7 milhões; da 2ª emissão de debêntures simples da ENTE e ETEP, no montante de R$55,9 milhões; da 3ª emissão de debêntures simples da ECTE e da segunda série da ENTE, no montante de R$14,0 milhões; da 4ª emissão de debêntures simples da EATE, no montante de R$28,1 milhões; e da 6ª emissão de debêntures simples da Alupar no montante de R$158,6 milhões e pelo aumento dado a captação da 1ª emissão de debêntures da AETE no montante de R$130,0 milhões.

Dividendos a pagar

O saldo dessa conta passou de R$384,6 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$509,4 milhões, em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 32,5%. Essa variação ocorreu, principalmente, pelas distribuições de dividendos do exercício de 2020 da Companhia e suas controladas em razão do aumento nos lucros societários.

Tributos e contribuições sociais diferidos

O saldo dessa conta passou de R$1.229,5 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$1.925,8 milhões, em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 56,6%. Essa variação reflete os investimentos realizados nas transmissoras em implantação no Brasil (TPE, TCC, ESTE, EDTE, ETB, ELTE e TSM), onde foi reconhecida receita de construção da infraestrutura e os respectivos impostos diferidos pela realização da receita ao longo do período de concessão.

Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R$839,1 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$1.255,8 milhões, em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 49,6%. Essa variação reflete os investimentos realizados nas transmissoras em implantação no Brasil (TPE, TCC, ESTE, EDTE, ETB, ELTE e TSM), onde foi reconhecida receita de construção da infraestrutura e os respectivos impostos diferidos pela realização da receita ao longo do período de concessão.

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O saldo dessa conta passou de R$7.540,1 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R$8.944,7 milhões, em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 18,6%. Essa variação ocorreu, especialmente, por: (i) aumento das reservas, no montante de R$695,9 milhões; (ii) aumento em outros resultados abrangentes, no montante de R$46,9 milhões e (iii) aumento na participação de não controladores, no montante de R$656,7 milhões.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2020, e/ou não representavam uma participação substancial na composição do nosso passivo e/ou ativo totais naquelas datas.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Consolidado				
	31/12/2019	Análise Vertical %	31/12/2018	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
ATIVO					
CIRCULANTE	**5.441.876**	**28,1%**	**4.986.366**	**34,1%**	**9,1%**
Caixa e equivalentes de caixa	1.025.204	5,3%	2.975.423	20,4%	-65,5%
Investimentos de curto prazo	2.864.348	14,8%	513.756	3,5%	457,5%
Títulos e valores mobiliários	4.470	0,0%	105.979	0,7%	-95,8%
Contas a receber de clientes	346.258	1,8%	324.347	2,2%	6,8%
Dividendos a receber	75	0,0%	17.387	0,1%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	97.249	0,5%	61.770	0,4%	0,0%
Outros tributos compensáveis	37.714	0,2%	16.887	0,1%	123,3%
Estoques	10.445	0,1%	1.144	0,0%	813,0%
Despesas pagas antecipadamente	5.639	0,0%	7.030	0,0%	-19,8%
Cauções e depósitos judiciais	384	0,0%	-	0,0%	#DIV/0!
Ativo contratual da concessão	951.888	4,9%	906.633	6,2%	0,0%
Outros ativos	98.202	0,5%	56.010	0,4%	0,0%
NÃO CIRCULANTE	**13.927.856**	**71,9%**	**9.620.214**	**65,9%**	**44,8%**
Realizável a longo prazo	9.172.874	47,4%	4.760.706	32,6%	92,7%
Contas a receber de clientes	12.528	0,1%	12.130	0,1%	3,3%
Títulos e valores mobiliários	100.493	0,5%	4.992	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	3.187	0,0%	29.398	0,2%	-89,2%
Outros tributos compensáveis	2.774	0,0%	2.774	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.008	0,0%	10.063	0,1%	-30,4%
Estoques	-	0,0%	25.213	0,2%	-100,0%
Despesas pagas antecipadamente	12.220	0,1%	13.979	0,1%	-12,6%
Cauções e depósitos judiciais	14.965	0,1%	23.933	0,2%	-37,5%
Ativo contratual da concessão	9.007.266	46,5%	4.624.825	31,7%	94,8%
Outros ativos	12.433	0,1%	13.399	0,1%	0,0%
Investimentos em controladas	-	0,0%	-	0,0%	#DIV/0!
Investimentos em controladas em conjunto	136.958	0,7%	419.989	2,9%	-67,4%
Propriedades para investimento	7.826	0,0%	7.826	0,1%	0,0%
Imobilizado	4.426.026	22,9%	4.283.482	29,3%	3,3%
Intangível	184.172	1,0%	148.211	1,0%	24,3%
ATIVO TOTAL	**19.369.732**	**100,0%**	**14.606.580**	**100,0%**	**32,6%**

	Consolidado				
	31/12/2019	Análise Vertical %	31/12/2018	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
PASSIVO					
CIRCULANTE	**2.085.695**	**10,8%**	**1.528.902**	**10,5%**	**36,4%**
Empréstimos e financiamentos	388.062	2,0%	197.184	1,3%	96,8%
Debêntures	479.525	2,5%	508.893	3,5%	-5,8%
Fornecedores	401.370	2,1%	293.192	2,0%	36,9%
Salários, férias e encargos sociais	39.978	0,2%	20.633	0,1%	93,8%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	60.633	0,3%	52.372	0,4%	15,8%
Outros tributos a pagar	47.038	0,2%	44.552	0,3%	5,6%
Passivo de arrendamento	6.071	0,0%	-	0,0%	0,0%
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	63.105	0,3%	71.091	0,5%	-11,2%
Dividendos a pagar	384.599	2,0%	158.192	1,1%	143,1%
Adiantamentos de clientes	5.794	0,0%	1.110	0,0%	422,0%
Provisão para gastos ambientais	19.938	0,1%	23.400	0,2%	-14,8%
Provisões de constituição dos ativos	73.594	0,4%	79.341	0,5%	-7,2%
Provisões para contingências	323	0,0%	1.071	0,0%	-69,8%
Outras obrigações	55.592	0,3%	22.183	0,2%	150,6%
NÃO CIRCULANTE	**9.743.972**	**50,3%**	**6.815.969**	**46,7%**	**43,0%**
Empréstimos e financiamentos	1.635.795	8,4%	1.663.297	11,4%	-1,7%
Debêntures	6.010.773	31,0%	4.033.896	27,6%	49,0%
Passivo de arrendamento	27.892	0,1%	-	0,0%	0,0%
Adiantamento para futuro aumento de capital	381	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	0,0%	1.485	0,0%	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.229.499	6,3%	684.758	4,7%	79,6%
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	776.022	4,0%	385.176	2,6%	101,5%
Outros tributos a pagar	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Provisão para gastos ambientais	734	0,0%	734	0,0%	0,0%
Provisões de constituição dos ativos	6.677	0,0%	6.678	0,0%	0,0%
Provisões para contingências	14.844	0,1%	10.057	0,1%	47,6%
Outras obrigações	41.355	0,2%	29.888	0,2%	38,4%
Provisão para passivo a descoberto	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.002.189**	**25,8%**	**4.328.048**	**29,6%**	**15,6%**
Capital social subscrito e integralizado	2.981.996	15,4%	2.981.996	20,4%	0,0%
(-) Gastos com emissão de ações	(65.225)	-0,3%	(65.225)	-0,4%	0,0%
Reserva de capital	15.450	0,1%	43.695	0,3%	-64,6%
Reservas de lucros	2.031.442	10,5%	1.343.354	9,2%	51,2%
Outros resultados abrangentes	38.526	0,2%	24.228	0,2%	59,0%
Participação de acionistas não controladores	2.537.876	**13,1%**	1.933.661	**13,2%**	**31,2%**
Patrimônio líquido total	**7.540.065**	38,9%	**6.261.709**	42,9%	20,4%
PASSIVO TOTAL	**19.369.732**	**100,0%**	**14.606.580**	**100,0%**	**32,6%**

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta passou de R$2.975,4 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$ 1.025,2 milhões, em 31 de dezembro de 2019 representando uma redução de 65,54%. Essa variação ocorreu especialmente pela reclassificação de parte do saldo de caixa e equivalentes de caixa para investimento de curto prazo.

Investimento de curto prazo

O saldo dessa conta passou de R$513,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$2.864,3 milhões, em 31 de dezembro de 2019. A variação do saldo de investimentos de curto prazo se deve em função dos seguintes fatores: reclassificação de parte do saldo de caixa e equivalentes de caixa para esse grupo de contas; captações pela emissão de debentures no último trimestre de 2019: 1ª emissão de Debêntures da ESTE no montante de R$415,0 milhões; 1ª emissão de

Debêntures da TSM no montante de R$530,0 milhões e 7a emissão de Debêntures da Alupar, no montante de R$648,5 milhões.

Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R$110,9 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$104,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 5,41%. A redução neste grupo de contas é decorrente, basicamente, de resgate realizado durante o exercício de 2019 para aplicação em fundo exclusivo.

Contas a receber de clientes (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R$336,5 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$358,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 6,63%. Essa variação está em linha com o aumento da receita de suprimento de energia e com o fluxo de recebimento de clientes de curto prazo.

Ativo contratual da concessão (circulante e não circulante)

Essa conta passou de R$5.171,4 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$9.959,1 milhões, em 31 de dezembro de 2019. A movimentação do saldo dessa rubrica entre os períodos compreendidos é principalmente em decorrência dos investimentos realizados nas transmissoras em implantação no Brasil (ETAP, ETC, TPE, TCC, ESTE, EDTE, ETB, ELTE e TSM), houve foi reconhecida receita de construção da infraestrutura desses projetos, no montante de R$3.393,0 milhões, adicionalmente, houve a consolidação de novos projetos pela aquisição de participação societária – AETE, TME e ETB, no montante de R$1.356,5 milhões.

Investimentos em controladas em conjunto

O saldo dessa conta passou de R$419,9 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$136,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019. A variação negativa de 67,4% é explicada, principalmente, pelas aquisições de participações societárias que fizeram com que a Alupar passasse a controlar as empresas TME e ETB, sendo as mesmas consolidadas a partir de dez/19.

Imobilizado

O saldo dessa conta passou de R$4.283,5 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$4.426,0 milhões, em 31 de dezembro de 2019. A variação positiva de 3,3% é explicada, principalmente, pelos investimentos efetuados na construção da UHE La Virgen no montante de R$108,7 milhões e pela ativação dos contratos de arrendamento, realizado a partir de 1º. de janeiro de 2019 no montante de R$32,5 milhões.

Intangível

O saldo dessa conta passou de R$148,2 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$184,2 milhões, em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação positiva de 24,26%, decorrente, principalmente, pelo intangível adquirido na aquisição de controle da ETB no montante de R$21,7 milhões e adição na controlada Transmissora Colombiana de Energia – TCE no montante de R$15,0 milhões.

Passivo

Fornecedores (Circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R$293,2 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$401,4 milhões, em 31 de dezembro de 2019. A variação positiva do saldo de 36,90% é explicada principalmente por: (i) provisionamento do GSF a pagar referente ao exercício de 2019 no montante de R$40,2 milhões, cujo pagamento está suspenso em função de liminar obtida e (ii)

aumento no grupo de materiais e serviços no montante de R$88,8 milhões pela entrada em operação de novas linhas de transmissão ocorridas em 2019 - ETAP e ETC, e pelo início de consolidação das empresas AETE, TME e ETB pela aquisição de controle das mesmas durante o exercício de 2019.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R$1.860,5 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$2.023,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019. A variação positiva de 8,78% é explicada, basicamente, por: (i) liberações de financiamentos de contratos já existentes da TCE, Alupar Peru e Complexo Eólico EDVs, no montante de R$194,9 milhões; (ii) empréstimos obtidos na aquisição de controle da TME, no montante de R$100,4 milhões; (iii) provisões de encargos, no montante de R$149,7 milhões; e (iv) amortizações de principal e juros, no montante de R$309,3 milhões.

Debêntures (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R$4.542,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$6.490,6 milhões, em 31 de dezembro de 2019. A variação do saldo na ordem de 42,88% é explicada principalmente pelas seguintes razões: (i) emissão de novas debentures durante o exercício de 2019, no montante de R$1.901,5 milhões na Alupar, TSM, ESTE, EATE, ENTE e ECTE; (ii) amortização de principal e juros, no montante de R$1.132,8 milhões; (iii) empréstimos obtidos na aquisição de controle da ETB, no montante de R$725,0 milhões e (iv) provisões de encargos, no montante de R$399,7 milhões.

Dividendos a pagar

O saldo dessa conta passou de R$158,2 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$384,6 milhões, em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 143,12%. Essa variação ocorreu, principalmente, pela distribuição de dividendos do exercício de 2019, no montante de R$202,2 milhões, em decorrência do lucro apurado no mesmo período.

Tributos e contribuições sociais diferidos

O saldo dessa conta passou de R$684,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$1.229,5 milhões, em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 70,55%. Essa variação reflete os investimentos realizados nas transmissoras em implantação no Brasil (ETAP, ETC, TPE, TCC, ESTE, EDTE, ETB, ELTE e TSM), onde foi reconhecida receita de construção da infraestrutura e os respectivos impostos diferidos pela realização da receita ao longo do período de concessão adicionalmente, houve aumento em decorrência do início de consolidação da controlada indireta AETE (jul/19) e das controladas diretas TME e ETB (dez/19).

Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R$456,2 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$839,1 milhões, em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 83,93%. Essa variação reflete os investimentos realizados nas transmissoras em implantação no Brasil (ETAP, ETC, TPE, TCC, ESTE, EDTE, ETB, ELTE e TSM), onde foi reconhecida receita de construção da infraestrutura e os respectivos impostos diferidos pela realização da receita ao longo do período de concessão, adicionalmente, houve aumento em decorrência do início de consolidação da controlada indireta AETE (jul/19) e das controladas diretas TME e ETB (dez/19).

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O saldo dessa conta passou de R$6.261,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$7.540,1 milhões, em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 20,42%. Essa variação ocorreu, especialmente, por: (i) aumento das reservas, no montante de R$659,8 milhões; (ii)

aumento em outros resultados abrangentes, no montante de R$14,3 milhões e (iii) aumento na participação de não controladores, no montante de R$604,2 milhões.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019, e/ou não representavam uma participação substancial na composição do nosso passivo e/ou ativo totais naquelas datas.

FLUXO DE CAIXA

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Demonstração do fluxo de caixa consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	Variação	Analise Horinzontal %
Lucro antes do IR/CS	2.856.815	2.182.267	674.548	30,91%
Itens que não afetam as disponibilidades	1.338.986	817.216	521.770	63,85%
Aumento/redução nas contas do ativo e do passivo	(4.713.707)	(3.027.675)	(1.686.032)	55,69%
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(86.900)	(80.020)	(6.880)	8,60%
Caixa líquido (aplicado nas) nas atividades operacionais	(604.806)	(108.212)	(496.594)	458,91%
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	1.290.336	(2.159.347)	3.449.683	-159,76%
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	(1.049.108)	317.455	(1.366.563)	-430,47%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	12.983	(115)	13.098	-11389,57%
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	**(350.595)**	**(1.950.219)**	**1.599.624**	**-82,02%**
No início do exercício	1.025.204	2.975.423	(1.950.219)	-65,54%
No fim do exercício	674.609	1.025.204	(350.595)	-34,20%
Demonstração da (Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	**(350.595)**	**(1.950.219)**	**1.599.624**	**-82,02%**

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$350,6 milhões, representando uma variação positiva de R$1.599,6 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes motivos:

(i) Caixa aplicado nelas atividades operacionais: Caixa aplicado de R$604,8 milhões, representando uma variação negativa de R$496,6 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A variação negativa se deve em função do aumento do lucro antes do imposto de renda, contribuição social e acionistas não controladores, ajustado dos itens que não afetam o caixa, no montante de R$4.195,8 milhões, em 31 de dezembro de 2020, frente ao montante R$2.999,5 milhões de 31 de dezembro de 2019.

Houve ainda o aumento das variações das contas no ativo e no passivo, principalmente, pelo reconhecimento do ativo contratual de concessão que aumentou em função os investimentos realizados nas transmissoras em implantação no Brasil (TPE, TCC, ESTE, EDTE, ETB, ELTE e TSM); da correção monetária dos ativos indexados ao índice geral de Preços do Mercado – IGP-M, que registrou alta 23,14% no acumulado dos últimos 12 meses; e das alterações de premissas de cálculo das margens de construção e O&M e das taxas de remuneração, já consideradas na adoção inicial do CPC 47, para adequação às determinações do Ofício-Circular nº 4, representando uma variação de R$4.713,70 milhões aplicados no exercício de 31 de dezembro de 2020, frente R$3.027,7 milhões aplicados no exercício de 31 de dezembro de 2019.

Ainda, registrou-se um aumento no valor de R$6,9 milhões no volume de pagamento de imposto de renda e contribuição social recolhido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$86,9 milhões, frente aos R$80,0 milhões recolhidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(ii) Caixa proveniente das atividades de investimentos: Caixa proveniente de R$1.290,3 milhões representando uma variação negativa de 159,76% comparado aos R$2.159,3 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A variação devida, basicamente, aos resgates, líquidos das aplicações em investimentos, efetuados durante o exercício de 2020 para investimento em CAPEX dos projetos de transmissão em implantação, no montante de R$1.508,4 milhões.

(iii) Caixa aplicado nas atividades de financiamento: Caixa aplicado de R$1.049,1 milhões representando uma variação negativa de R$1.366,6 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A variação é derivada, principalmente, pela redução na captação de novos empréstimos e emissão de debêntures durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$1.322,7 milhões, em comparação com o montante captado e emitido em 2019..

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Demonstração do fluxo de caixa consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018	Variação	Analise Horinzontal %
Lucro antes do IR/CS	2.182.267	926.222	1.256.045	135,61%
Itens que não afetam as disponibilidades	817.216	440.507	376.709	85,52%
Aumento/redução nas contas do ativo e do passivo	(3.027.675)	(594.654)	(2.433.021)	409,15%
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(80.020)	(90.817)	10.797	-11,89%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(108.212)	681.258	(789.470)	-115,88%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.159.347)	(345.301)	(1.814.046)	525,35%
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	317.455	1.031.598	(714.143)	-69,23%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(115)	27.798	(27.913)	-100,41%
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	**(1.950.219)**	**1.395.353**	**(3.345.572)**	**-239,77%**
				0,00%
No início do exercício	2.975.423	1.580.070	1.395.353	88,31%
No fim do exercício	1.025.204	2.975.423	(1.950.219)	-65,54%
Demonstração da (Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	**(1.950.219)**	**1.395.353**	**(3.345.572)**	**-239,77%**

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$1.950,2 milhões, representando uma variação negativa de R$3.345,6 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes motivos:

(i) Caixa aplicado nas atividades operacionais: Caixa aplicado de R$108,2 milhões, representando uma variação negativa de R$789,5 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A variação negativa se deve em função do aumento do lucro antes do imposto de renda, contribuição social e acionistas não controladores, ajustado dos itens que não afetam o caixa, no montante de R$2.999,5 milhões, em 31 de dezembro de 2019, frente ao montante R$1.366,7 milhões de 31 de dezembro de 2018.

Houve ainda o aumento das variações das contas no ativo e no passivo, principalmente, pelo reconhecimento do ativo contratual de concessão que aumentou em função os investimentos realizados nas transmissoras em implantação no Brasil (ETAP, ETC, TPE,

TCC, ESTE, EDTE, ETB, ELTE e TSM) e pela variação decorrente da consolidação das empresas AETE (jul/19), TME e ETB (dez/19), representando uma variação negativa de R$2.433,0 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2019, frente R$594,7 milhões aplicados no exercício de 31 de dezembro de 2018.

Ainda, registrou-se uma redução no valor de R$10,8 milhões no volume de pagamento de imposto de renda e contribuição social recolhido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R$80,0 milhões, frente aos R$90,8 milhões recolhidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(ii) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Caixa aplicado de R$2.159,3 milhões representando uma variação 525,35% positiva comparado aos R$345,3 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A variação devida, basicamente, aos investimentos em aplicação financeiras menos resgates efetuadas durante o exercício de 2019, no montante de R$2.798,3 milhões.

(iii) Caixa proveniente das atividades de financiamento: Caixa proveniente de R$317,5 milhões representando uma variação negativa de R$714,1 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A variação é derivada, principalmente, pelo menor fluxo de captação de empréstimos e debêntures, ocorrida no exercício de 2019, no montante de R$878,1 milhões.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultado das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Diretoria acredita que os principais fatores que impactaram o desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são:

No segmento de transmissão verificou-se:

- Em 2020, (a) Reajuste da RAP (1,88% para as transmissoras que são reajustadas em IPCA e 6,51% para as transmissoras em IGP-M); (b) indisponibilidade das linhas de transmissão e subestações Parcela Variável ("PV") 0,63% em 2020 (c) aumento no faturamento em razão da entrada em operação comercial da EDTE (Jan/20), ETB (Jul/20 e Out/20) e TPE (Out/20); (d) redução na receita líquida das transmissoras ENTE, ERTE, Transleste e STN em razão da queda de 50% da Receita Anual Permitida - RAP para o ciclo 2020/2021, decorrente do aniversário de 15 anos da entrada em operação (ERTE: set/19; ENTE: fev/20; Transleste: dez/20; STN: jan/21).

- Em 2019, (a) Reajuste da RAP (4,66% para as transmissoras que são reajustadas em IPCA e 7,64% para as transmissoras em IGP-M); (b) indisponibilidade das linhas de transmissão e subestações Parcela Variável ("PV") 0,59% em 2019 (c) aumento no faturamento em razão da entrada em operação comercial da ETAP (abr/19) e ETC (Set/19) e; (d) redução na receita líquida das transmissoras ERTE e ENTE, em razão da queda de 50% da Receita Anual Permitida - RAP para o ciclo 2019/2020, decorrente do aniversário de 15 anos da entrada em operação (ERTE: set/19; ENTE: fev/20).

- Em 2018, (a) Reajuste da RAP (4,27% para as transmissoras que são reajustadas pelo IGP-M, e 2,85% para as transmissoras que são atualizadas pelo IPCA); (b) indisponibilidade das linhas de transmissão e subestações Parcela Variável ("PV") 0,5% em 2018 e; (c) redução de na receita líquida das transmissoras EATE e ETEP, em razão da queda de 50% da Receita Anual Permitida - RAP para o ciclo 2018/2019, decorrente do aniversário de 15 anos da entrada em operação (EATE: mar/18; ETEP: ago/17).

No segmento de geração verificou-se:

- Em 2020, redução no faturamento deve-se: (a) redução na UHE Ferreira Gomes devido a estratégia de sazonalização realizada no para o ano de 2020 e aumento do GSF; (b) aumento no faturamento da PCH Morro Azul (localizada na Colômbia), em função da hidrologia mais favorável ao longo de 2020; (c) redução no faturamento das PCHs Queluz e Lavrinhas, dado que parte dos contratos foram cedidos, pela contratante, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento; (d) aumento no faturamento da PCH Verde 08, em virtude de contrato de *swap* realizado em 2020 e; (e) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

  O Fator de Ajuste da Garantia Física ("GSF") pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da Garantia Física conjunta do MRE em um determinado mês. Ocorreu que em 2020 esta relação ficou em 83,1%, ou seja, os geradores participantes do MRE geraram menos energia do que o montante total de sua Garantia Física. Este déficit de geração, ocasionado pelo risco hidrológico, incorreu em uma exposição que foi rateada proporcionalmente levando-se em conta a garantia física de cada um dos participantes do MRE, desta forma, cada geradora

necessitou comprar os MWh faltantes para cobrir a exposição e cumprir com seus contratos de venda, a um preço PLD calculado pela CCEE.

A sazonalização da garantia física de uma determinada usina é a conversão dos valores anuais médios (MW médio), definidos em ato regulatório, em valores mensais, expressos em termos de energia visando, entre outros, os cálculos da contabilização do Mercado de Curto Prazo – MCP e das penalidades por insuficiência de lastro para comercialização de energia pelos agentes, conforme Regras de Comercialização.

- Em 2019, (a) aumento no faturamento da UHE Ferreira Gomes, devido a estratégia de alocação de energia; (b) aumento no faturamento dos parques eólicos Energia dos Ventos, devido a entrada em operação (dez/18); (c) aumento no faturamento da PCH Verde 08, devido a entrada em operação e; (d) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M)
- Em 2018, (a) redução no faturamento nas PCHs Queluz e Lavrinhas, devido a alteração na forma de reconhecimento das liminares que protegem as PCHs contra o GSF, que em 2018 passaram a ser contabilizadas em contas patrimoniais (passivo - fornecedores), não transitando pelo resultado das usinas como em 2017; (b) aumento de no faturamento da PCH Verde 8, em função de sua entrada em operação e; (c) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

Nossa receita operacional bruta passou de R$5.024,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$6.745,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 34,2%. A variação do saldo se deve, principalmente: (a) alterações de premissas de cálculo das margens de construção e Operação & Manutenção e das taxas de remuneração, já consideradas na adoção inicial do CPC 47, para adequação às determinações do Ofício-Circular nº 4, divulgado em 1º de dezembro de 2020 pela CVM e; (b) variação da correção monetária do ativo contratual, principalmente dos ativos indexados ao Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, que registrou 23,14% no acumulado de 2020.

Nossa receita operacional bruta passou de R$ 2.084,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 5.024,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 141,0%. A variação do saldo se deve, principalmente: (a) aumento na Receita de Infraestrutura, sendo que, a variação nesta receita deve-se, principalmente, aos projetos de transmissão em implantação no Brasil e, também, em razão da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) - Receita Contrato com Clientes, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018; (b) aumento na Receita de Remuneração do Ativo da Concessão, decorrente do: (i) crescimento na transmissora ETAP e na transmissora ETC, em razão das respectivas entradas em operação comercial (ETAP: abr/19; ETC: set/19) e; (ii) aumento na transmissora TME, devido ao início de sua consolidação e; (c) aumento na Receita de Suprimento de Energia em razão da (i) estratégia de alocação de energia para o período; (ii) aumento no faturamento dos parques eólicos Energia dos Ventos, devido a entrada em operação (dez/18); (c) aumento no faturamento da PCH Verde 08, devido a entrada em operação e; (iii) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M)

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossos resultados operacionais consolidados e de nossas controladas são afetados de maneira significativa por diversos fatores, incluindo, especialmente: (i) disponibilidade da rede de transmissão de energia elétrica; (ii) reajuste da RAP das Concessionárias; (iii) fatores regulatórios, inclusive decisões, normas e políticas adotadas pelo MME, ANEEL, ONS e outras

entidades regulatórias do setor de transmissão de energia elétrica; (iv) exposição a taxas de câmbio e de juros; (v) índice pluviométrico; e (vi) condições macroeconômicas do Brasil.

No Segmento de Transmissão, destacamos que houve um aumento de 240,8% no lucro líquido, que se deve ao aumento no EBITDA, principalmente, pelo crescimento da receita das transmissoras, em razão das alterações de premissas de cálculo das margens de construção e O&M e das taxas de remuneração, já consideradas na adoção inicial do CPC 47, para adequação às determinações do Ofício-Circular nº 4, divulgado em 1º de dezembro de 2020 pela CVM e da variação da correção monetária do ativo contratual, principalmente dos ativos indexados ao Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, que registrou 23,14% no acumulado de 2020.

No Segmento de Geração, houve uma redução no lucro líquido 78,8% que se deve, principalmente, ao aumento no Resultado Financeiro das PCHs Queluz e Lavrinhas, decorrente da atualização monetária do passivo do GSF, em razão da variação do Índice Geral de Preços - Mercado ("**IGP-M**") e da UHE La Virgen, decorrente da variação cambial entre períodos.

Em 2015, devido as primeiras disputas judiciais e requerimentos sobre a aplicação do fator de ajuste da garantia física das usinas integrantes do MRE, a ANEEL deu início a Audiência Pública nº 032/2015, que resultou na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, que foi o resultado da edição da Medida Provisória nº 688/2015, em agosto de 2015, posteriormente convertida na Lei 13.203/2015, que estabelece os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.

As subsidiárias Ferreira Gomes S.A., Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A. da Companhia decidiram aderir à proposta de repactuação do risco hidrológico no ACR. A adesão à repactuação teve efeitos retroativos a partir de janeiro de 2015 e conta com a desistência das ações judiciais que protegia as usinas do Grupo contra os efeitos do GSF.

A Companhia contabilizou os efeitos positivos da repactuação para as empresas que adeririam no Resultado do 4T15. É importante ressaltar que este prêmio, com correção pelo IPCA, passará a ser pago apenas após a quitação do "ativo gerador", sendo para Foz do Rio Claro e Ijuí a partir de julho de 2020 e para Ferreira Gomes a partir de abril de 2029.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas geradoras com contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e que participaram do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo dessa Lei é compensar essas geradoras por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. A compensação às geradoras ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, limitada ao prazo de sete anos, e estará condicionada a desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis, não havendo previsão de pagamento de prêmio de risco.

Somente as controladas Queluz e Lavrinhas possuem saldos de GSF a pagar, em decorrência de liminar obtida junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a qual suspendeu o pagamento do GSF do período de 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018.

Em 1º de dezembro de 2020, a ANEEL efetuou a regulamentação da Lei nº 14.052 através da Resolução Normativa nº 895, estabelecendo a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas às geradoras participantes do MRE, considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da

energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição. Com base em todos os parâmetros definidos nessa Resolução, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE efetuou os cálculos e disponibilizou a ANEEL e ao mercado, no dia 2 de março de 2021, a compensação aplicável aos agentes titulares das geradoras participantes do MRE, com outorga vigente na data de publicação da Lei.

A ANEEL efetuará a validação dos cálculos e dos valores apresentados pela CCEE e divulgará essas informações até o dia 2 de abril de 2021, onde terá início a adesão da repactuação pelos agentes de geração.

As controladas da Companhia não efetuaram o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e aguardarão a divulgação dos valores finais pela ANEEL para obter a aprovação de seus respectivos Conselhos de Administração e realizar a desistência de suas ações judiciais, condições precedentes para recebimento da compensação que define a Lei n° 14.052.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxa de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa Diretoria entende que nosso resultado e de nossas controladas e coligadas são direta e significativamente impactados pela mudança nas tarifas de energia elétrica reguladas pela ANEEL.

Com relação às atividades de transmissão de energia elétrica, o fato gerador de receita de nossas Controladas e Controladas em Conjunto consiste na disponibilidade das linhas de transmissão e subestações das suas concessões e não no volume de energia transmitida e nossas controladas tem direito a receber a RAP a qual é fixa por concessão, sendo anualmente reajustada pelo IGP-M ou o IPC-A.

Dessa forma, a Diretoria entende que nossa receita é afetada pela: (i) variação da inflação; e/ou (ii) inserção de novas linhas de transmissão no grupo. Esta inserção se dá com uma política de crescimento consistente e com sinergia operacional, o que faz com que seja possível implantarmos novas transmissoras com grande eficiência***,*** por meio de participação nos leilões de transmissão e aquisições.

O faturamento de companhias de geração no Brasil depende principalmente dos contratos de venda de energia lastreados por suas respectivas Garantias Físicas. A Garantia Física de uma usina é definida pelo MME e consta de seu Contrato de Concessão ou Ato de Autorização. Em 1998, o Governo Federal instituiu o MRE no intuito de estabelecer o compartilhamento dos riscos hidrológicos (ou escassez hídrica) entre as geradoras hidrelétricas.

A receita líquida consolidada da Companhia totalizou R$6.140,7 milhões em 2020, 33,7% superior aos R$4.592,1 milhões registrados em 2019. A receita consolidada proveniente de transmissão e geração, que correspondem respectivamente a 90% e 10% da receita líquida consolidada da Companhia (sem considerar TNE – ativo não consolidado), são impactadas pela inflação ou pela construção de novas linhas de transmissão ou usinas de geração.

A receita líquida consolidada da Companhia totalizou R$ 4.592,1 milhões em 2019, 143,9% superior aos R$ 1,882,9 milhões registrados em 2018. A receita consolidada proveniente de transmissão e geração, que correspondem respectivamente a 87% e 13% da receita líquida consolidada da Companhia (sem considerar TNE), são impactadas pela inflação ou pela construção de novas linhas de transmissão ou usinas de geração.

Em 2018, a receita líquida consolidada da Companhia totalizou R$ 1,882,9 milhões, 22,4% superior aos R$ 1.538,2 milhões registrados em 2017. A receita consolidada proveniente de

transmissão e geração, que correspondem respectivamente a 71% e 29% da receita líquida consolidada da Companhia (sem considerar TME, TNE e ETB), são impactadas pela inflação ou pela construção de novas linhas de transmissão ou usinas de geração.

Em 2020, a RAP das concessionárias foi reajustada em 6,51% de acordo com o índice de inflação IGP-M e 1,88% de acordo com o índice de inflação IPCA. Em 2019, a RAP das concessionárias foi reajustada em 7,64% de acordo com o índice de inflação IGP-M e 4,66% de acordo com o índice de inflação IPCA. Em 2018, a RAP das concessionárias foi reajustada em 4,27% de acordo com o índice de inflação IGP-M e 2,85% de acordo com o índice de inflação IPCA.

Em 2020, no segmento de geração a receita líquida totalizou R$579,2 milhões, 3,8% inferior aos R$602,4 milhões registrados em 2019, devido: (a) redução na UHE Ferreira Gomes devido a estratégia de sazonalização realizada no para o ano de 2020 e aumento do GSF ; (b) aumento no faturamento da PCH Morro Azul (localizada na Colômbia), em função da hidrologia mais favorável ao longo de 2020; (c) redução no faturamento das PCHs Queluz e Lavrinhas, dado que parte dos contratos foram cedidos, pela contratante, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento; (d) aumento no faturamento da PCH Verde 08, em virtude de contrato de Swap realizado em 2020 e; (e) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

Em 2019, no segmento de geração a receita líquida totalizou R$ 602,4 milhões, 9,9% superior aos R$ 548,0 milhões registrados em 2018, devido: aumento no faturamento da UHE Ferreira Gomes, devido a estratégia de alocação de energia; (b) aumento no faturamento dos parques eólicos Energia dos Ventos, devido a entrada em operação (dez/18); (c) aumento no faturamento da PCH Verde 08, devido a entrada em operação e; (d) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

Em 2018, no segmento de geração a receita líquida totalizou R$ 548,0 milhões, 2,4% superior aos R$ 535,2 milhões registrados em 2017, devido: (a) aumento na receita líquida da PCH Verde 08, em razão entrada em operação comercial; (b) aumento ofuscado pela queda na receita líquida das PCHs Queluz e Lavrinhas, em decorrência da alteração na forma de contabilização das liminares que protegem as PCHs contra o GSF; e (c) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

Abaixo, segue a abertura do Receita da Companhia:

Receita Líquida (R$ milhões)			
	2020	**2019**	**2018**
Receita de Transmissão de Energia	591,2	461,1	177,1
Receita de Infraestrutura	3.241,7	3.393,0	387,1
Remuneração do Ativo de Concessão	2.266,3	432,4	933,9
Suprimento de Energia	645,9	738,2	586,4
Receita Bruta - IFRS	**6.745,1**	**5.024,7**	**2.084,6**
Deduções	604,3	432,6	201,7
Receita Líquida - IFRS	**6.140,7**	**4.592,1**	**1.882,9**

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Nosso resultado operacional e financeiro pode ser afetado pela inflação e pelos juros, uma vez que possuímos uma parcela relevante dos nossos custos e despesas operacionais incorridos em reais e tais custos e despesas são reajustados pela composição de diversos índices, tais como o IGP-M, IPC-A, a TJLP e a taxa do CDI. Com o objetivo de mitigar esse tipo de risco, buscamos diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía operações de *swap* vigentes. Não obstante, a Companhia poderá vir a contratar tais operações em determinadas circunstâncias, com o objetivo de travar o custo financeiro ocasionado pela inflação e pelas variações nas taxas de juros.

A dívida bruta consolidada da Alupar e suas subsidiárias totalizou R$8.975,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, ante os R$8.514,2 milhões apurados em 31 de dezembro de 2019. Esta variação é explicada principalmente pela: redução de R$147,8 milhões na Alupar - Holding, conforme explicado anteriormente; provisões de encargos e variações monetárias das subsidiárias, totalizando R$661,5 milhões; pagamentos dos encargos das dívidas das subsidiárias, no montante de R$377,5 milhões; amortização de principal das dívidas das subsidiárias, no montante de R$682,8 milhões; aumento de R$234,0 milhões, decorrente da variação cambial nas dívidas da UHE La Virgen e da PCH Morro Azul; e novas captações, no montante de R$773,8 milhões, sendo as principais nas empresas TME (R$200,0 milhões), ECTE (R$79,3 milhões), ENTE (R$100,0 milhões), ETEP (R$89,2 milhões), AETE (R$130,0 milhões), ETES (R$10,0 milhões), Alupar Peru (R$97,7 milhões) e Alupar Colômbia (R$54,1 milhões).

As disponibilidades (caixa equivalente de caixa / investimentos de curto prazo / títulos e valores mobiliários) totalizaram R$2.183,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, ante os R$3.994,5 milhões registrados em 31 de dezembro de 2019. Esta variação de R$1.810,8 milhões no caixa, deve-se, principalmente, pela: redução de R$277,7 milhões na Alupar – Holding, e; redução de R$1.680,0 milhões no caixa das transmissoras (EDTE, ETB, TPE, TCC, ESTE e TSM), decorrente dos investimentos realizados para implantação dos ativos.

A dívida líquida registrada em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$6.791,7 milhões, ante os R$4.519,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020 a dívida de curto prazo totalizou R$823,6 milhões (9,2% da dívida total), ante os R$867,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2019.

Os ativos operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa e; (iii) R$2.594,5 milhões referem-se aos projetos em implantação, sendo: R$665,5 milhões alocados na Alupar Peru / La Virgen para implantação da UHE La Virgen; R$220,1 milhões para implantação da transmissora TCE (Colômbia); R$733,3 milhões na implantação da transmissora TCC; R$429,0 milhões para implantação da transmissora ESTE; e R$546,6 milhões para implantação da transmissora TSM.

Em 31 de dezembro de 2020, as emissões de debêntures corresponderam a R$6.456,0 milhões ou 72% da dívida total. As debêntures de emissões da: (i) Alupar - Holding representam um saldo de R$816,8 milhões; (ii) das subsidiárias em operação totalizaram R$3.930,2 milhões e; (iii) dos projetos em implantação registraram um saldo de R$1.708,9 milhões.

A dívida em moeda estrangeira totalizou R$1.050,6 milhões ou 11,7% do total da dívida, sendo que a mesma está alocada nos projetos de geração e transmissão no Peru e na Colômbia.

Abaixo o perfil do endividamento consolidado da Companhia:

A dívida bruta consolidada da Alupar e suas subsidiárias totalizou R$ 8.514,2 milhões em 2019, ante os R$ 6.403,3 milhões apurados em 31 de dezembro de 2018. Esta variação é explicada principalmente pela: (i) provisões de encargos e variações monetárias nas dívidas da Alupar - Holding, no montante de R$ 75,7 milhões; (ii) amortização de encargos das emissões da Alupar - Holding, que totalizou R$ 51,9 milhões; (iii) resgate antecipado facultativo da V emissão de debêntures da Alupar – Holding, no montante de R$ 385,7 milhões; (iv) amortização de principal das dívidas das subsidiárias, no montante de R$ 644,2 milhões; (v) pagamentos dos encargos das dívidas das subsidiárias, no montante de R$ 360,3 milhões; (vi) provisões de encargos e variações monetárias das subsidiárias, totalizando R$ 530,5 milhões; (vii) aumento de R$ 24,9 milhões, decorrente da variação cambial nas dívidas da UHE La Virgen e da PCH Morro Azul; (viii) liberação da 2ª tranche para Alupar Peru, do financiamento captado junto ao banco Santander, para implantação da UHE La Virgen, no montante de R$ 70,2 milhões; (ix) liberação da 3ª tranche, do financiamento captado junto ao banco Santander, para implantação da transmissora TCE, totalizando de R$ 79,8 milhões; (x) captação da VII emissão de debêntures da Alupar - Holding, totalizando R$ 646,6 milhões; (xi) captações no montante de R$ 885,9 milhões nas transmissoras em implantação (ESTE: R$ 389,6 milhões; TSM: 496,3 milhões) e de R$ 413,1 milhões nas transmissoras e geradoras em operação (EATE: R$ 269,3 milhões; ECTE: 49,8 milhões, ENTE: 50,0 milhões e; EDVs: R$ 44,1 milhões) e; (xii) consolidação a partir deste trimestre das transmissoras TME e ETB, totalizando R$ 833,1 milhões.

As disponibilidades e investimentos de curto prazo totalizaram R$ 3.994,5 milhões em 2019, ante os R$ 3.600,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2018. Esta variação de R$ 394,3 milhões no caixa, deve-se, principalmente ao: (i) crescimento de R$ 277,0 milhões na Alupar – Holding, conforme explicado anteriormente; (ii) aumento de R$ 381,3 milhões referentes à consolidação, a partir do 4T19, dos ativos TME e ETB e; (iii) em contrapartida, registrou-se uma redução de R$ 298,3 milhões no caixa das transmissoras em implantação, decorrente dos investimentos realizados para implantação dos ativos (excluindo a transmissora ETB).

A dívida líquida registrada no 2019 totalizou R$ 4.519,6 milhões, ante os R$ 2.803,1 milhões registrados em dez/18.

A dívida de curto prazo registrada em 2019 totalizou R$ 867,6 milhões (10% da dívida total), ante os R$ 706,1 milhões registrados em dez/18, sendo esta variação, principalmente, pelo aumento de R$ 134,3 milhões registrados na dívida de curta prazo da Alupar – Holding.

Da dívida bruta consolidada, R$ 964,6 milhões referem-se à Alupar - Holding, outros R$ 3.145,4 milhões estão alocados nas empresas operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa e, e os outros R$ 4.404,2 milhões referem-se aos projetos em implantação, sendo R$ 539,6 milhões alocados na Alupar Peru / La Virgen para implantação da UHE La Virgen; R$ 698,9 milhões na implantação da transmissora TCC; R$ 1.099,9 milhões para implantação da transmissora TPE; R$ 390,5 milhões para implantação da

transmissora ESTE; R$ 125,2 milhões para implantação da transmissora TCE (Colômbia), R$ 497,5 milhões para implantação da transmissora TSM; R$ 734,8 para implantação da transmissora ETB e R$ 317,8 milhões para implantação da transmissora EDTE.

Em 2019, as emissões de debêntures corresponderam a R$ 6.490,3 milhões ou 76% da dívida total. As debêntures de emissões da: (i) Alupar - Holding representam um saldo de R$ 964,6 milhões; (ii) das subsidiárias em operação (EATE, ECTE, ENTE, ETEP, EBTE, ETES, ETVG, STN, ETAP, ETC, Ferreira Gomes, Transirapé, Transleste, Transudeste, EDVs - Windepar e Verde 8), totalizaram R$ 1.786,3 milhões e; (iii) dos projetos em implantação registraram um saldo de R$ 3.739,4 milhões.

A dívida em moeda estrangeira totalizou R$ 811,7 milhões ou 9,5% do total da dívida, sendo que a mesma está alocada nos projetos de geração e transmissão no Peru e na Colômbia.

Abaixo o perfil do endividamento consolidado da Companhia:

* Outros Bancos de Desenvolvimento: FINEP, FINAME, Banco do Brasil, BNB e BDMG
* Outros Moeda Local: Santander e BTG Pactual

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia no último exercício social.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária que tenha causado alteração relevante nas demonstrações financeiras da Companhia no último exercício social.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Com exceção da adoção do "*CPC 47. Receita de Contrato com Cliente. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15*", que afetou nossos registros de remuneração do ativo da concessão do segmento de transmissão, descritas no item "10.5 Politicas contábeis críticas" deste Formulário de Referência. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Relativamente às nossas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o relatório do auditor independente não contém ressalvas.

Os Diretores da Companhia esclarecem que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e também esclarecem que, a apresentação das demonstrações do valor adicionado (DVA), para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foi realizada em atendimento à legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Estas demonstrações foram também examinadas pelos auditores independentes e estão adequadamente apresentadas em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme transcrição do relatório dos auditores independentes abaixo:

*"**Principais assuntos de auditoria***

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para

responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e suas controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R$ 14.600.710 mil para o consolidado. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia e suas controladas à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita financeira dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 3.10, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e suas controladas em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

<u>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</u>

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia e suas controladas, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente

do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia e suas controladas; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria relacionado à contabilização das receitas de contrato na competência incorreta, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da controlada da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de infraestrutura e do ativo contratual adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.5, 3.10 e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 12 às demonstrações contábeis, o saldo do imobilizado da Companhia era de R$ 4.672.156 mil para o consolidado. A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. possui R$ 1.382.516 mil registrado como ativo imobilizado, o qual está sujeito a avaliação periódica sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável, os quais foram observados durante o exercício corrente. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, as quais incluem taxas de desconto e de crescimento.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, por ser baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado e, consequentemente, no montante registrados nas demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as principais premissas utilizadas pela controlada da Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de investimento e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volumes e preço da energia gerada; e (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas às demonstrações contábeis

individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das nossas demonstrações financeiras requer que nossa administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas.

Nós e nossas controladas adotamos premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas por nós e nossas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos nossos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Os Diretores da Companhia esclarecem que as políticas contábeis consideradas críticas praticadas pela Companhia encontram-se descritas abaixo.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

  Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Contratos de Concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por manter a infraestrutura disponível do sistema de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

As controladas da Companhia que possuem concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único

contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Ativo financeiro da concessão

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as controladas da Companhia recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 12,30% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM. Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas de infraestrutura e a receita de remuneração financeira dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos; bem como dos encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE que estão registrados na rubrica de “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, no passivo circulante e não circulante.

Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas e em nas controladas em conjunto são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas.

Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se

esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

a) Direito exploração da concessão – Uso do Bem Público

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão (35 anos).

b) Direito exploração da concessão e autorização

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios. Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

c) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Refere-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros da controlada indireta La Virgen, por meio de combinação de negócios e custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE´s controladas, que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

Redução ao valor recuperável ("impairment")

• *Ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e

de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

• *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independentemente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro-rata.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

Provisão para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica de Imobilizado.

Provisão para desmobilização de ativos

Para as controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, são assumidas obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações presentes das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado, para o segmento de geração, ou custo de infraestrutura, para o segmento de transmissão.

Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem os correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser

excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Na Colômbia, aplica-se a alíquota vigente de 33% e no Peru a alíquota vigente de 29,5%.

Determinadas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Na Colômbia é obtido aplicando o percentual de 3,5% sobre o patrimônio líquido do exercício anterior.

Algumas controladas da Companhia que residem no Brasil em zonas com incentivos fiscais, possuem o chamado “Lucro da Exploração”, aprovado pela SUDENE ou SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido para empreendimentos construídos em região incentivada. Esse benefício é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica de “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivos fiscais”, no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

Receita de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de desempenho relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS Para estimar a margem, é considerado as características e complexidade de cada projeto, os cenários macroeconômicos e ponderados pelas expectativas dos fluxos de investimento e recebimento.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

Remuneração financeira dos ativos da concessão

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato – projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas estão no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a conclusão da fase de construção e referem-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que. As receitas são reconhecidas conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível, aplicando-se a margem sobre o custo incorrido para operar e manter, definida no projeto inicial em função do CAPEX. Estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e também são acrescidas do diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Parcela variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Está é reconhecida como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

Receita de suprimento de energia elétrica

Na Controladora e em suas controladas referem-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Distribuição de lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Nas controladas da Companhia, o mínimo a ser distribuído, é de 25% do lucro anual.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

- *Imposto de renda sobre os dividendos*

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda. Os dividendos pagos pelas controladas domiciliadas na Colômbia e Peru são tributadas em sua origem aplicando a alíquota de 7,5% e 5%, respectivamente.

Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Encargos regulatórios" e "Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos", respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os principais segmentos operacionais da consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de operação e manutenção de usinas geradoras (O&M) que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Arrendamentos

A Companhia e suas controladas com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classificava-os como operacionais ou financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia e suas controladas utilizaram como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário – DI futuro divulgado pela B3 com prazos de vencimento próximo ao prazo do arrendamento acrescidos do risco de crédito ("spread bancário") obtidos através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Todos os ativos e passivos detidos pela nossa Companhia estão registrados no balanço patrimonial e evidenciados nas demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os ativos e passivos detidos pela nossa Companhia estão registrados no balanço patrimonial e evidenciados nas demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social.

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Na data deste formulário de referência, possuíamos 5 projetos de transmissão em implantação ou em fase de assinatura de contrato, sendo que seguem abaixo:

	Transmissoras	Tipo	Extensão	Investimento Total (R$ Milhões)	Entrada em Operação (Regulatória)
1	ELTE	Linha de Transmissão + Subestação	40	450,0	2024
2	TNE	Linha de Transmissão	715	1.614,7 *	-
3	ESTE	Linha de Transmissão + Subestação	236	485,8	2022
4	TCE	Linha de Transmissão	200	US$ 130,0	2021
5	TSM	Linha de Transmissão	330	889,0	2022

*Investimento inicial de R$969,0 milhões em setembro de 2011, atualizado pela inflação até dezembro de 2020.

Geradoras	Potência a ser Instalada (MW)	Energia Assegurada[1] (MW)	Investimento Total (Milhões)	Entrada em Operação
Água Limpa	23,0	11,4	125,0[2]	-
La Virgen	84,0	49,3	USD 170,0	2021
AW São João	23,1	12,70	101,3	2023
AW Santa Régia	35,7	20,50	156,6	2023

[1] A energia assegurada do sistema elétrico brasileiro é a máxima produção de energia que pode ser mantida quase que continuamente pelas usinas hidrelétricas ao longo dos anos, simulando a ocorrência de cada um dos milhares de possibilidades de sequências de vazões criadas estatisticamente, admitindo certo risco de não atendimento à carga, ou seja, em determinado percentual dos anos simulados, permite-se que haja racionamento dentro de um limite considerado aceitável pelo sistema. Na regulamentação atual, esse risco é de 5%. Desse modo, a determinação da energia assegurada independe da geração real e está associada às condições, a longo prazo, que cada usina pode fornecer ao sistema, assumindo um critério específico de risco do não atendimento do mercado (déficit), considerando principalmente a variabilidade hidrológica à qual a usina está submetida. Nos cálculos das energias asseguradas, são desconsiderados os períodos em que a usina permanece sem produzir energia por motivo de manutenções programadas e paradas de emergência. Considera-se energia assegurada de cada usina hidrelétrica, a fração, a ela alocada, da energia assegurada do sistema. A operação cooperativa do parque gerador brasileiro foi historicamente adotada, visando garantir o uso eficiente de recursos energéticos no país. Com a introdução da competição no segmento de geração de energia e o aumento do número de agentes, optou-se pela manutenção da operação centralizada das centrais geradoras hidrelétricas, visando a otimização do uso dos reservatórios e a operação com mínimo custo ao sistema.

[2] Investimento previsto pela área de implantação na data base de dezembro de 2013.

Atualmente o portfólio de projetos em energias renováveis, centrais hidrelétricas – parques eólicos e usinas solares fotovoltaicas, em desenvolvimento somam cerca de 1,1 GW de capacidade instalada com investimentos da ordem de R$ 4,4 bilhões de investimento, dos quais cabe destacar os projetos a seguir elencados, que se encontram em fase adiantada na obtenção das permissões para início de construção ou têm grande relevância estratégica e potencial para implantação:

Geradoras em Estudo		Potência a ser Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Investimento Total (R$ Milhões)
Hídricas	COR 174	24	14,7	170
	COR 194	23,5	14,4	150
	COR 207	21	13	165
	COR 232	20	12,3	167

Eólica	Eólica Agreste Potiguar	155,4	82,3	681,8
	Pedro Avelino	147	67,4	650
	Fontainha II	25,2	12,2	130
Solar	Pitombeira	61,68	47,25	198
	Aracati	160	122,57	512
	Jandaíra	477,78	366	1.529
	GDs Aracati	15	11,49	48
Total		**1.130,56**	**763,61**	**4.400,8**

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Para o desenvolvimento do seu plano de negócios, as fontes de recursos da Companhia são estruturadas com capital próprio e financiamentos de longo prazo (até 20 anos), idealmente na proporção de 70% dívida e 30% capital próprio.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve e não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, uma vez que não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, considerando que o foco dos negócios da Companhia é o desenvolvimento de novos projetos Greenfield em energia.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que o foco dos negócios da Companhia é o desenvolvimento de novos projetos Greenfield em energia.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, considerando que o foco dos negócios da Companhia é o desenvolvimento de novos projetos Greenfield em energia.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que o foco dos negócios da Companhia é o desenvolvimento de novos projetos Greenfield em energia.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Anualmente, são selecionados projetos voltados à cultura, educação, esporte e saúde, visando ações de responsabilidade social, com critérios previamente estabelecidos. Os aportes seguem especificamente a legislação aplicável e tem o acompanhamento sistemático desde a aprovação nos Ministérios competentes até sua efetiva implementação. Tem-se também como direcionador a busca de projetos que sejam autossustentáveis e que busquem a autonomia, o resgate da cidadania efetiva, preservando a cultura e história. Estes projetos abrem um importante canal de comunicação com a comunidade.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o total investido pelo grupo foi de R$ 3.900.000,00 em projetos patrocinados através da Lei de Incentivo à Cultura, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais e Estaduais do Idoso, além do apoio não incentivado à algumas instituições.

Programas sociais e responsabilidade social

Estamos comprometidos com a busca e o desenvolvimento de projetos sociais que possam impactar significativamente as comunidades onde atuamos. Neste sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que nossos empreendimentos podem gerar na vida dos membros dessas comunidades, desenvolvemos anualmente ações educativas e informativas, abrangendo tanto questões de saúde pública quanto questões ambientais.

Por meio do FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, foram feitas doações para diversas instituições no Estado de São Paulo, dentre elas a, Liga Solidária, Instituto André Franco Vive, Instituto OBI, Associação Verdescola, Colégio Mão Amiga e Associação Santa Fé.

No fomento à cultura, através da Lei de Incentivo à Cultura, pode apoiar diversas instituições:

- Fundação Bienal de São Paulo;
- Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM;
- Associação Pinacoteca de Arte e Cultura;
- Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP;
- Fundação Bachiana Filarmônica;
- Fundação Dorina Nowill;
- Fundação Vagalume;
- Associação Fernanda Bianchini – Cia Ballet de Cegos; e
- ASM do Brasil – Ação Social pela Música.

Adicionalmente, por meio da aplicação de incentivo fiscal vinculado à Lei de Incentivo ao Esporte, pudemos apoiar alguns projetos, da Confederação Brasileira de Rugby; do Instituto Tênis, Instituto Sports e Barueri Volleyball Club.

Já na área da saúde, foram realizados investimentos em importantes centros de diagnóstico e pesquisa, sendo alguns deles: Hospital do Câncer de Barretos/SP, Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro (Hospital Pequeno Príncipe), e Associação Peter Pan de Fortaleza.

Através da Lei do Idoso, apoiamos a Casa Ondina Lobo. Dos projetos não incentivados apoiamos o GRAAC e o Lar Betânia.

Anexo II Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2020

(conforme artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481 na forma do Anexo 9-1-II)

1 Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia auferiu lucro líquido consolidado no exercício de 2020 no valor de R$942.086.221,92, dos quais apenas R$25.461.891,58 foram realizados, tendo em vista que parte do lucro líquido apurado pela Companhia decorre do resultado positivo de equivalência patrimonial.

2 Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Dividendos propostos pela administração no montante de R$246.151.155,32, que corresponde a R$0,28 por ação ordinária de emissão da Companhia, R$0,28 por ação preferencial de emissão da Companhia, e R$0,84 por Unit lastreada em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, sem retenção de Imposto de Renda na Fonte, composto por:

(i) R$25.461.891,58, referente ao lucro líquido consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

(ii) R$220.689.263,74, referente ao saldo destinado à reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em razão do recebimento de dividendos das controladas da Companhia, tal saldo foi reclassificado para a rubrica de "Dividendos a Pagar", acrescendo os dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme artigo 202, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, em cumprimento ao artigo 202, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, a administração propõe a destinação do valor de R$422.029.063,83, representando o saldo necessário para perfazer os 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado, mas não realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para a reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Os valores por ação dos dividendos propostos pela administração, considerando o acima exposto, são ilustrados na tabela abaixo:

	Ações Ordinárias (ON)	Ações Preferenciais (PN)
Dividendo propostos	R$0,28	R$0,28

3 Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

R$447.490.955,41, correspondem a 50,00% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, sendo que deste montante, R$422.029.063,83 será destinado à reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que o valor representa a parcela do lucro líquido apurado mas não realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

4 Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Conforme mencionado no item 2 acima, o montante de R$220.689.263,74, que corresponde a R$0,25 por ação ordinária de emissão da Companhia, R$0,25 por ação preferencial de emissão da Companhia, e R$0,75 por Unit lastreada em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, referente ao saldo destinado à reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi acrescido aos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme artigo 202, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, em razão do recebimento de dividendos das controladas da Companhia, tendo em vista que o saldo foi reclassificado para a rubrica de "Dividendos a Pagar".

5 Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

(a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe[1]

(i) R$0,28 por ação ordinária de emissão da Companhia.

(ii) R$0,28 por ação preferencial de emissão da Companhia; e

(iii) R$0,84 por Unit de emissão da Companhia.

(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos serão pagos em moeda nacional, da seguinte forma:

(i) R$87.911.126,90, a ser pago até 31 de maio de 2021, que corresponde a R$0,10 por ação ordinária de emissão da Companhia, R$0,10 por ação preferencial de emissão da Companhia, e R$0,30 por Unit lastreada em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia;

(ii) R$87.911.126,90, a ser pago até 30 de agosto de 2021, que corresponde a R$0,10 por ação ordinária de emissão da Companhia, R$0,10 por ação preferencial de emissão da Companhia, e R$0,30 por Unit lastreada em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia;

(iii) R$70.328.901,52, a ser pago até 30 de novembro de 2021, que corresponde a R$0,08 por ação ordinária de emissão da Companhia, R$0,08 por ação preferencial de emissão da Companhia, e R$0,24 por Unit lastreada em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia; e

(iv) R$422.029.063,83, representando o saldo necessário para perfazer os 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado mas não realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que serão destinados à reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

---

[1] Sem considerar o montante de R$422.029.063,83, referente à parcela do lucro líquido apurado, mas não realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que será destinado à reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, mas considerando o montante de R$220.689.263,74, referente ao saldo destinado à reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, reclassificado para a rubrica de "Dividendos a Pagar", acrescendo os dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme artigo 202, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há.

(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Os acionistas que farão jus aos referidos dividendos são aqueles registrados como tal em 27 de abril de 2021, data de realização da AGOE, sendo que, a partir de 28 de abril de 2021, as ações da Companhia passarão a ser negociadas *ex*-dividendos.

6 Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores (a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados; e (b) informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, tendo em vista que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7 Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

	2020	2019	2018
Lucro líquido do exercício	R$942.086.221,92	R$ 890.283.906,55	R$386.750.070,53
Dividendo total distribuído	R$668.180.219,15(1)	R$ 422.884.855,61 (3)	R$184.613.366,49
Dividendo referente às ações ordinárias	R$0,28	R$0,23 (4)	R$0,21(5)
Dividendo referente às ações preferenciais	R$0,28	R$0,23 (4)	R$0,21(5)
Dividendo referente às Units	R$0,84	R$0,69 (4)	R$0,63(5)

(1) Considerando o montante de (i) R$422.029.063,83, referente à parcela do lucro líquido apurado, mas não realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que será destinado à reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) R$220.689.263,74, referente ao saldo destinado à reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, reclassificado para a rubrica de "Dividendos a Pagar", acrescendo os dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme artigo 202, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

(2) Sem considerar o montante de R$422.029.063,83, referente à parcela do lucro líquido apurado, mas não realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que será destinado à reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, mas considerando o montante de R$220.689.263,74, referente ao saldo destinado à reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 reclassificado para a rubrica de "Dividendos a Pagar", acrescendo os dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme artigo 202, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

(3) Considerando o montante de R$220.689.263,74, referente à parcela do lucro líquido apurado mas não realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi destinado à reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

(4) Sem considerar o montante de R$220.689.263,74, referente à parcela do lucro líquido apurado mas não realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi destinado à reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

(5) Dividendo proposto, considerando o valor já pago a título de dividendos intercalares, em 19 de dezembro de 2018.

8 Havendo destinação de lucros à reserva legal:

(a) Identificar o montante destinado a reserva legal

Nos termos do artigo 193 Lei das Sociedades por Ações, a administração propõe a destinação de R$47.104.311,10 para a reserva legal.

(b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício é destinado para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito. O montante indicado no item "a" acima foi obtido pela aplicação deste percentual sobre o lucro líquido do exercício.

9 Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

As ações preferenciais de emissão da Companhia não têm direito a dividendos fixos ou dividendos mínimos.

10 Em relação ao dividendo obrigatório:

(a) Descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto

Nos termos do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm o direito de receber como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 50% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 35, “b”, supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

(b) Informar se ele está sendo pago integralmente

A recomendação da administração de distribuição pela AGOE de dividendos contempla o pagamento da integralidade dos dividendos obrigatórios.

(c) Informar o montante eventualmente retido

A administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

11 Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia: (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos

A administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

12 Destinação de resultado para reserva de contingências: (a) identificar o montante destinado a reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; e (d) justificar a constituição da reserva

A administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de contingências.

13 Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: (a) informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

R$422.029.063,83, serão destinados para a reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. O montante é decorrente do resultado positivo de equivalência patrimonial (parcialmente não realizado), desta forma, constituiu dividendos a pagar considerando o montante do lucro realizado e a diferença dos dividendos a serem pagos, constituiu reserva de lucros a realizar.

14 Destinação de resultado para reservas estatutárias

(a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

A reserva de investimento está prevista no parágrafo único do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, a saber:

*"**Parágrafo Único**. A Reserva de Investimentos tem as seguintes características:*

a) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social, a capacidade de investimento da Sociedade e a manutenção da participação da Sociedade em suas controladas e coligadas;

b) será destinado a Reserva de Investimento, por proposta dos órgãos de administração, o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após as deduções referidas nas alíneas "a" a "e" supra, deste Artigo 35;

c) a Reserva de Investimento deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e

d) sem prejuízo do disposto na letra "a" deste Parágrafo, a Reserva de Investimento poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas."

(b) Identificar o montante destinado a reserva

A administração propõe a destinação de R$447.490.955,41 para a Reserva de Investimentos.

(c) Descrever como o montante foi calculado

O montante destinado à Reserva de Investimento corresponde ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 deduzidos os valores destinados à Reserva Legal e à distribuição de dividendos aos acionistas, incluindo a parcela destinada à Reserva de Lucros a Realizar, nos termos do item 13 acima.

15 Retenção de lucros prevista em orçamento de capital: (a) identificar o montante da retenção; e (b) fornecer cópia do orçamento de capital

A administração da Companhia não está propondo orçamento de capital para o ano de 2021.

16 Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: a. informar o montante destinado a reserva; e b. explicar a natureza da destinação

A administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Incentivos Fiscais.

Anexo III Item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia

(conforme artigo 10, inciso I, da Instrução CVM 481)

12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões (%)**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
José Luiz de Godoy Pereira	01/06/1965	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2021	Até a AGO de 2023	7
086.823.468-00	Engenheiro	39 – Outros Conselheiros / Diretores	27/04/2021	Sim	100,00%
O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de (i) Diretor Vice Presidente; (ii) Diretor Administrativo Financeiro; (iii) Diretor de Relações com Investidores; (iv) Membro do Comitê de Auditoria; e (v) membro do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.					
Paulo Roberto de Godoy Pereira	10/07/1954	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2021	Até a AGO de 2023	7
682.734.958-68	Administrador de empresas	31 – Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	27/04/2021	Sim	100,00%
O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de (i) membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; e (ii) membro do Comitê de Auditoria. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.					
Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	08/03/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2021	Até a AGO de 2023	5
007.274.888-56	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2021	Sim	85,00%
O Sr. Marcelo também exerce o cargo de (i) membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) membro do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; e (iii) membro do Comitê de Auditoria.					
Humberto Falcão Martins	26/07/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2021	Até a AGO de 2023	4
270.734.911-91	Administrador de empresas	27 – Conselho de Adm. Independente (efetivo)	27/04/2021	Não	100,00%
O Sr. Humberto também exerce o cargo de (i) coordenador do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) membro do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; e (iii)					

membro do Comitê de Auditoria.

Rogério Paulo Calderón Peres	02/02/1962	Pertence apenas Conselho de Administração	27/04/2021	Até a AGO de 2023	4
035.248.608-26	Economista	27– Conselheiro de Adm. Independente (Efetivo)	27/04/2021	Sim	100,00%

O Sr. Rogério também exerce o cargo de (i) coordenador do Comitê de Auditoria; (ii) coordenador do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; e (iii) membro do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas.

Marcelo de Almeida Pires	14/11/1993	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2021	Até a AGO de 2023	1
235.052.428-02	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2021	Sim	100,00%

O Sr. Marcelo não exerce outros cargos ou funções na Companhia.

Oswaldo Errerias Ortega	10/09/1941	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2021	Até a AGO de 2023	0
024.659.908-10	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2021	Sim	0,00%

O Sr. Oswaldo não exerce outros cargos ou funções na Companhia.

Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires	13/09/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2021	Até a AGO de 2023	0
142.821.528-00	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2021	Sim	0,00%

O Sra. Ana não exerce outros cargos ou funções na Companhia.

Fernando Carvalho de Godoy Pereira	26/03/1994	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2021	Até a AGO de 2023	0
381.641.658-67	Administrador de empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2021	Sim	0,00

O Sr. Fernando não exerce outros cargos ou funções na Companhia.

Carlos Manuel da Silva Graça	23/12/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2021	Até a AGO de 2023	0
430.095.497-68	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2021	Sim	0,00

O Sr. Carlos não exerce outros cargos ou funções na Companhia.

Enio Luigi Nucci	20/09/1956	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2019	Até RCA imediatamente posterior à AGO de 2021	6

016.755.578-29	Engenheiro	19 - Outros Diretores	13/05/2019	Sim	0,00%
O Sr. Enio não exerce outros cargos ou funções na Companhia.		Diretor Técnico e Comercial			

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

José Luiz de Godoy Pereira - 086.823.468-00

Brasileiro, nascido em 1º de junho de 1965, engenheiro civil formado pela Universidade Mackenzie em dezembro de 1989. Possui mais de 17 anos de experiência no setor de construção, infraestrutura e energia. Experiência profissional: atuou de 2007 a 2009 como Diretor Vice-Presidente da Companhia, de 2007 a 2011 como Diretor de Relações com Investidores e retomou este cargo desde maio de 2014; desde 2007 atua como Diretor Vice Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia. Atua, também, na Companhia como Presidente do Conselho da Administração desde 2006. Com relação à Ferreira Gomes Energia S.A.: Jose Luiz atua como Presidente do Conselho da Administração desde 2010, atuou como Diretor Administrativo-Financeiro de 2012 até 30 de junho 2015 e atuou como Diretor de Relações com Investidores de maio de 2014 até 30 de junho 2015. Além disso, é o Presidente do Conselho de Administração desade 15 de abril de 2015.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto de Godoy Pereira - 682.734.958-68

Brasileiro, nascido em 10 de julho de 1954, administrador de empresas formado pela Universidade Mackenzie. Desde 2006 é Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia. De 2004 a 2014, Paulo Godoy foi Presidente da ABDIB – Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (www.abdib.org), composta pelas maiores companhias e empresários da área de infraestrutura, com investimento em concessões públicas e licenças para energia elétrica, óleo e gás, logística, saneamento e sistemas de telecomunicações. Fabricantes de equipamentos, empresas de engenharia e construtoras também são membros da ABDIB.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - 007.274.888-56

Brasileiro, nascido em 08 de março de 1958, administrador de empresas formado em administração de empresas pela Faculdade de Administração da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) em 1980. Atou como Diretor Administrativo da Cavan S.A. (1988-1990); como Diretor Administrativo e Financeiro da Cavan S.A. (1990-2000); e desde 2000 atua como Diretor Administrativo e Financeiro das seguintes empresas: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A – EATE; Empresa Paraense de Transmissão de Energia S/A – ETEP; Empresa Norte de Transmissão de Energia S/A – ENTE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S/A – ERTE; Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S/A – ECTE; Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE; Sistema de Transmissão Catarinense S/A – STC; Companhia Transmissora de Energia Elétrica; Empresa Santos Dumont de Energia S/A – ESDE; e da Empresa de Transmissão Serrana S/A – ETSE. Além disso, desde 2000 também atua no Conselho de Administração das seguintes empresas: Transmisión Eléctrica Charruá – Transchile; Sistema de Transmissão Nordeste S/A – STN; Companhia Transirapé de Transmissão – Transirapé; Companhia Transudeste de Transmissão – Transudeste; Companhia Transleste de Transmissão – Transleste; e Transmissoras Holding.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Humberto Falcão Martins - 270.734.911-91

Humberto Falcão Martins é Doutor em Administração (EBAPE/FGV, 2003), Mestre em Administração Pública (EBAPE/FGV, 1995), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ENAP, 1996) e bacharel em Administração (UnB, 1986). É professor de dedicação exclusiva da Fundação Dom Cabral na área de gestão pública, atuando em temas relacionados principalmente à reforma da gestão pública, gestão para resultados e gestão colaborativa. Foi visiting fellow na London School of Economics and Political Sciences e é professor convidado do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Foi professor da EBAPE/FGV e da Universidade de Brasília. Nos últimos 34 anos, tem lecionado em escolas de governo no Brasil e no exterior, tendo estagiado na École Nationale de

Santé Publique da França (Rennes, 1998) e na York University (Toronto, 2001). Fundou o Instituto Publix e o dirigiu por 15 anos. Anteriormente, ocupou posições executivas em empresas privadas e na administração pública, em especial no Ministério da Administração e Reforma do Estado e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde foi Secretário de Gestão, delegado do Brasil no Comitê de Gestão Pública da OCDE e Presidente da Rede de Gestão Pública e Transparência do BID. Pertenceu à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. É autor de cerca de 150 publicações, incluindo 20 livros, palestrante, conselheiro de empresas e ONGs e consultor de organismos internacionais. Nos últimos 20 anos, tem desenvolvido metodologias de gestão inovadoras e colaborado em iniciativas referenciais de transformação da gestão pública, dentre as mais de 250 nas quais colaborou. Foi agraciado com o Prêmio ANPAD de Administração Pública, a Medalha Hélio Beltrão e o Mérito CONSAD em reconhecimento do seu trabalho.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rogério Paulo Calderón Peres - 035.248.608-26

Administrador de empresas formado pela Fundação Getulio Vargas - SP e em Ciência Contábeis pela Fundação Paulo Eiró – SP. Cursos de Pós Graduação: E-Business Education Series - Darden Graduate School of Business Administration da University of Virginia; Summer Executive Business School, Estudos de Casos em Empresas de Consumo e Varejo - University of Western Ontario, Canadá; Estratégia e Organização Empresarial e Treinamento, Orientação de Pessoas, Liderança e Transformação - Princeton University - Center for Executive Development Faculty; Gerenciamento de Educação Continuada e Treinamentos Profissionais – PWC Arundel, Inglaterra; Finanças e Decisão de Investimentos - Análises e Métricas - Fundação Getulio Vargas-SP - Executive Business Development; "Making Corporate Boards More Effective", na Harvard Business School. Experiência profissional: Atuou de 1981 a 2003, na PricewaterhouseCoopers, nas áreas de Auditoria, Consultoria e Tributária, sendo dez anos como sócio e prestou serviços para empresas como Alpargatas, Bradesco, Bunge, Colgate, Danone, Johnson & Johnson, Klabin, Netlé, Rhodia, Safra, Santista Textil, Seara, Syngenta, Unibanco e Votorantim. Atuou de 2003 a 2005 como Vice-Presidente de Finanças & CFO na Bunge Fertilizantes zantes e na Bunge Brasil. Nas empresas Fosfertil, Ultrafertil e Fertifos atuou como membro do conselho de administração. Nas empresas Fundação Bunge, Bungeprev e foi também Membro do Comitê de Auditoria. E na empresa Fertifos atuou como diretor. Ainda nesse período foi Diretor Vice-Presidente de Administração e Finanças, na área legal, tributária e tecnologia da informação. Atuou de 2006 a Junho de 2007 no Grupo Bunge em que conduziu um projeto viabilizando a criação da Produzir Fomento Agrícola Comércio e Exportação S.A., uma joint venture entre a Bunge Ltd. e a E.I.DuPont, na qual atuou como Diretor Financeiro. Atuou de junho de 2007 a setembro de 2007 no Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. como membro do Comitê de Auditoria. Atuou de setembro de 2007 a outubro de 2009 como Diretor Executivo no Unibanco S.A. Entre 2007 e 2008 atuou como membro do Conselho Fiscal da Company S.A. (atual Brookfield S.A.). Atuou de 2009 a 2014 no Itaú Unibanco S.A. como diretor. Atuou de 2009 a 2014 no Itaú Unibanco Holding S.A. como diretor. Atuou de 2013 a 2014 na Tecnisa S.A. como membro do Conselho de Administração. Atuou de 2014 a 2016 no Grupo HSBC, como Diretor Financeiro e como membro do HSBC Finance Management Board e do HSBC Latin America Managerial Committee. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Via Varejo S.A. e dos Comitês de Auditoria do Itaú-Unibanco Holdings S.A. e da B3 Bolsa de Valores, bem como do Comitê de Remuneração e Pessoas da Qualicorp S.A., além das responsabilidades na Alupar Investimento S.A.
O Sr. Rogério Paulo Calderón Peres enquadra-se como Conselheiro Independente, nos termos do artigo 2.1 do Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Rogério Paulo Calderón Peres (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (ii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Marcelo de Almeida Pires - 235.052.428-02

Brasileiro, nascido em 14 de novembro de 1993, economista, formado pelo Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa com intercâmbio acadêmico na Columbia University, New York, NY, atuou no setor de vendas e marketing da Estudar.com.vc entre janeiro e maio de 2017, e como analista de equity research (buy side) na Nucleo Capital Ltda. entre setembro de 2017 e outubro de 2019. Desde janeiro de 2020 é analista de investimentos na Rafter Investimentos. Membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2020.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Oswaldo Errerias Ortega - 024.659.908-10

Formado em Ciências Econômicas e cursou o CEADE/ USP/ Eletrobrás. Possui 46 anos de experiência no setor elétrico. Tendo atuado na CPFL e na CESP no M.M.E e Comissão Nacional de Energia em Brasília e posteriormente na TBE no cargo de Diretor Administrativo e Conselheiro Administrativo financeiro da ECTE e Gerente Administrativo Financeiro das empresas desse grupo até 31 de março de 2012. Exerceu o cargo de Gerente General (CEO) da Transchile com sede em Santiago - Chile. Atuou no período de 16 de junho de 2014 a 21 de janeiro de 2016 como Diretor das

---

seguintes empresas Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A. – ETES, Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. – ETEM, Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. – ETVG e Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires - 142.821.528-00

Formada pela Pace University, Lubin School of Business, New York, NY. Especializada em Mercados Financeiros pela New York University, School of Continuing Education, New York, NY, foi gerente assistente do Citibank N.A. – Divisão de "Private Banking", nos anos 90 e 91, tendo como responsabilidade a elaboração e implantação da Unidade de Atendimento ao Cliente. Desde 2004 é Diretora da NGP. Foi membro do Conselho da Administração (Efetivo) da Companhia até 2020.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Carvalho de Godoy Pereira – 381.641.658-67

Graduou-se em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) em 2017 com duas especializações em Marketing Digital pela São Paulo Digital School (2017) e ComSchool (2016), possuindo 5 anos de experiência em relações com investidores e finanças.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Carlos Manuel da Silva Graça – 430.095.497-68

Graduou-se em Engenharia Elétrica no Instituto Tecnológico de Luanda (Angola) em 1975, possuindo extensa experiência na atuação como Diretor de Implantação. Entre 2012 e 2015, atuou como Diretor de Implantação na Ferreira Gomes Energia S.A. Atualmente, o Sr. Carlos Manuel atua como Diretor Técnico de Implantação de diversas subsidiárias da Companhia, dentre elas a Transmissora Serra da Mantiqueira S.A – TSM, Transmissora Paraíso de Energia S.A. - TPE, Transmissora Caminho do Café S.A. - TCC, Empresa de Transmissão Capixaba S.A. - ETC, Empresa de Transmissão Agreste Potiguar – ETAP, Água Limpa Energia S.A., e Verde 8 Energia S.A.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Enio Luigi Nucci - 016.755.578-29

Formado pela Universidade de Mogi das Cruzes e pós-graduado na Fundação Getúlio Vargas em Infraestrutura. Possui mais de 25 anos de experiência no setor de infraestrutura e energia, tendo atuado na Schahin Engenharia, Eletromontagens Engenharia e Cia.Técnica, extinta e sucedida por incorporação pela Guarupart, em 31 de dezembro de 2008. Experiência Profissional: Alupar Investimento S.A – desde 2006 – atuando como Diretor Comercial e Diretor Técnico. Companhia Técnica de Engenharia Elétrica - de 2000 a 2006 atuando como Diretor Comercial. Eletromontagens Engenharia Ltda. – de 1991 a 2000 - Diretor Comercial e Planejamento e Gerente de Planejamento: Instalação retificadora e montagem de filtros de quinto e sétimo harmônicos; Montagem eletromecânica e instalações para iluminação e alimentação em 34,5 e 15 kV do Complexo Viário Ayrton Senna - túnel sob o Parque Ibirapuera - SP (pista centro-bairro); Construção e montagem c/fornecimento de materiais e equipamentos para a ampliação das SE's, na região Sul e de Florianópolis; Serviços de apoio às obras de transmissão da CESP, em vários locais do Estado de São Paulo.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 / 12.8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de mandatos consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Rogério Paulo Calderón Peres	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	02/02/1962	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
035.248.608-26	Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração	Administrador de Empresas		08/06/2020	5	100%
O Sr. Rogério também exerce o cargo de (i) membro independente do Conselho de Administração; (ii) coordenador do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; e (iii) coordenador do Comitê de Auditoria.						
Paulo Roberto de Godoy Pereira	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	10/07/1954	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
682.734.958-68	Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração	Administrador de Empresas		08/06/2020	7	100%
O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de (i) vice presidente do Conselho de Administração; (ii) Diretor Presidente; e (iii) membro do Comitê de Auditoria.						
Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	08/03/1958	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
007.274.888-56	Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração	Administrador de Empresas		08/06/2020	5	100%
O Sr. Marcelo também exerce o cargo de (i) membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) membro do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; e (iii) membro do Comitê de Auditoria.						
Humberto Falcão Martins	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Outros	26/07/1964	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
270.734.911-91	Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração	Administrador de Empresas	Coordenador	08/06/2020	1	100%
O Sr. Humberto também exerce o cargo de (i) membro independente do Conselho de Administração; (ii) membro do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; e (iii) membro do Comitê de Auditoria.						

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de mandatos consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Rogério Paulo Calderón Peres	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Outros	02/02/1962	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
035.248.608-26	Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas	Administrador de Empresas	Coordenador	08/06/2020	1	100%
O Sr. Rogério também exerce o cargo de (i) membro independente do Conselho de Administração; (ii) membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; e (iii) coordenador do Comitê de Auditoria.						
José Luiz de Godoy Pereira	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	01/06/1965	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
086.823.468-00	Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas	Engenheiro		08/06/2020	7	100%
O Sr. José também exerce o cargo de (i) Presidente do Conselho de Administração; (ii) Diretor Vice Presidente; (iii) Diretor Administrativo Financeiro; (iv) Diretor de Relações com Investidores; e (v) membro do Comitê de Auditoria.						
Humberto Falcão Martins	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	26/07/1964	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
270.734.911-91	Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas	Administrador de Empresas		08/06/2020	5	100%
O Sr. Humberto também exerce o cargo de (i) membro independente do Conselho de Administração; (ii) coordenador do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; e (iii) membro do Comitê de Auditoria.						
Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	08/03/1958	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
007.274.888-56	Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas	Administrador de Empresas		08/06/2020	7	100%
O Sr. Marcelo também exerce o cargo de (i) membro do Conselho de Administração; (ii) membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; e (iii) membro do Comitê de Auditoria.						

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de mandatos consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Rogério Paulo Calderón Peres	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Outros	02/02/1962	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
035.248.608-26		Administrador de Empresas	Coordenador	08/06/2020	1	100%
O Sr. Rogério também exerce o cargo de (i) membro independente do Conselho de Administração; (ii) coordenador do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; e (iii) membro do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas.						
José Luiz de Godoy Pereira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	01/06/1965	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
086.823.468-00		Engenheiro		08/06/2020	1	100%
O Sr. José também exerce o cargo de (i) Presidente do Conselho de Administração; (ii) Diretor Vice Presidente; (iii) Diretor Administrativo Financeiro; (iv) Diretor de Relações com Investidores; e (v) membro do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas.						
Humberto Falcão Martins	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	26/07/1964	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
270.734.911-91		Administrador de Empresas		08/06/2020	1	100%
O Sr. Humberto também exerce o cargo de (i) membro independente do Conselho de Administração; (ii) coordenador do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; e (iii) membro do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas.						
Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	08/03/1958	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
007.274.888-56		Administrador de Empresas		08/06/2020	1	100%
O Sr. Marcelo também exerce o cargo de (i) membro do Conselho de Administração; (ii) membro do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; e (iii) membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração.						
Paulo Roberto de Godoy Pereira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	10/07/1954	08/06/2020	RCA imediatamente posterior à AGO de 2021
682.734.958-68		Administrador de Empresas		08/06/2020	1	100%
O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de (i) vice presidente do Conselho de Administração; (ii) Diretor Presidente; e (iii) membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração.						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Rogério Paulo Calderón Peres - 035.248.608-26

Administrador de empresas formado pela Fundação Getulio Vargas - SP e em Ciência Contábeis pela Fundação Paulo Eiró – SP. Cursos de Pós Graduação: E-Business Education Series - Darden Graduate School of Business Administration da University of Virginia; Summer Executive Business School, Estudos de Casos em Empresas de Consumo e Varejo - University of Western Ontario, Canadá; Estratégia e Organização Empresarial e Treinamento, Orientação de Pessoas, Liderança e Transformação - Princeton University - Center for Executive Development Faculty; Gerenciamento de Educação Continuada e Treinamentos Profissionais – PWC Arundel, Inglaterra; Finanças e Decisão de Investimentos - Análises e Métricas - Fundação Getulio Vargas-SP - Executive Business Development; "Making Corporate Boards More Effective", na Harvard Business School. Experiência profissional: Atuou de 1981 a 2003, na PricewaterhouseCoopers, nas áreas de Auditoria, Consultoria e Tributária, sendo dez anos como sócio e prestou serviços para empresas como Alpargatas, Bradesco, Bunge, Colgate, Danone, Johnson & Johnson, Klabin, Netlé, Rhodia, Safra, Santista Textil, Seara, Syngenta, Unibanco e Votorantim. Atuou de 2003 a 2005 como Vice-Presidente de Finanças & CFO na Bunge Fertilizantes zantes e na Bunge Brasil. Nas empresas Fosfertil, Ultrafertil e Fertifos atuou como membro do conselho de administração. Nas empresas Fundação Bunge, Bungeprev e foi também Membro do Comitê de Auditoria. E na empresa Fertifos atuou como diretor. Ainda nesse período foi Diretor Vice-Presidente de Administração e Finanças, na área legal, tributária e tecnologia da informação. Atuou de 2006 a Junho de 2007 no Grupo Bunge em que conduziu um projeto viabilizando a criação da Produzir Fomento Agrícola Comércio e Exportação S.A., uma joint venture entre a Bunge Ltd. e a E.I.DuPont, na qual atuou como Diretor Financeiro. Atuou de junho de 2007 a setembro de 2007 no Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. como membro do Comitê de Auditoria. Atuou de setembro de 2007 a outubro de 2009 como Diretor Executivo no Unibanco S.A. Entre 2007 e 2008 atuou como membro do Conselho Fiscal da Company S.A. (atual Brookfield S.A.). Atuou de 2009 a 2014 no Itaú Unibanco S.A. como diretor. Atuou de 2009 a 2014 no Itaú Unibanco Holding S.A. como diretor. Atuou de 2013 a 2014 na Tecnisa S.A. como membro do Conselho de Administração. Atuou de 2014 a 2016 no Grupo HSBC, como Diretor Financeiro e como membro do HSBC Finance Management Board e do HSBC Latin America Managerial Committee. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Via Varejo S.A. e dos Comitês de Auditoria do Itaú-Unibanco Holdings S.A. e da B3 Bolsa de Valores, bem como do Comitê de Remuneração e Pessoas da Qualicorp S.A., além das responsabilidades na Alupar Investimento S.A.
Rogério Paulo Calderón Peres (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (ii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Paulo Roberto de Godoy Pereira - 682.734.958-68

Brasileiro, nascido em 10 de julho de 1954, administrador de empresas formado pela Universidade Mackenzie. Desde 2006 é Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia. De 2004 a 2014, Paulo Godoy foi Presidente da ABDIB – Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (www.abdib.org), composta pelas maiores companhias e empresários da área de infraestrutura, com investimento em concessões públicas e licenças para energia elétrica, óleo e gás, logística, saneamento e sistemas de telecomunicações. Fabricantes de equipamentos, empresas de engenharia e construtoras também são membros da ABDIB.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - 007.274.888-56

Brasileiro, nascido em 08 de março de 1958, administrador de empresas formado em administração de empresas pela Faculdade de Administração da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) em 1980. Atou como Diretor Administrativo da Cavan S.A. (1988-1990); como Diretor Administrativo e Financeiro da Cavan S.A. (1990-2000); e desde 2000 atua como Diretor Administrativo e Financeiro das seguintes empresas: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A – EATE; Empresa Paraense de Transmissão de Energia S/A – ETEP; Empresa Norte de Transmissão de Energia S/A – ENTE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S/A – ERTE; Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S/A – ECTE; Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE; Sistema de Transmissão Catarinense S/A – STC; Companhia Transmissora de Energia Elétrica; Empresa Santos Dumont de Energia S/A – ESDE; e da Empresa de Transmissão Serrana S/A – ETSE. Além disso, desde 2000 também atua no Conselho de Administração das seguintes empresas: Transmisión Eléctrica Charruá – Transchile; Sistema de Transmissão Nordeste S/A – STN; Companhia Transirapé de Transmissão – Transirapé; Companhia Transudeste de Transmissão – Transudeste; Companhia Transleste de Transmissão – Transleste; e Transmissoras Holding.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Humberto Falcão Martins - 270.734.911-91

Humberto Falcão Martins é Doutor em Administração (EBAPE/FGV, 2003), Mestre em Administração Pública (EBAPE/FGV, 1995), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ENAP, 1996) e bacharel em Administração (UnB, 1986). É professor de dedicação exclusiva da Fundação Dom Cabral na área de gestão pública, atuando em temas relacionados principalmente à reforma da gestão pública, gestão para resultados e gestão colaborativa. Foi visiting fellow na London School of Economics and Political Sciences e é professor convidado do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Foi professor da EBAPE/FGV e da Universidade de Brasília. Nos últimos 34 anos, tem lecionado em escolas de governo no Brasil e no exterior, tendo estagiado na École Nationale de Santé Publique da França (Rennes, 1998) e na York University (Toronto, 2001). Fundou o Instituto Publix e o dirigiu por 15 anos. Anteriormente, ocupou posições executivas em empresas privadas e na administração pública, em especial no Ministério da Administração e Reforma do Estado e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde foi Secretário de Gestão, delegado do Brasil no Comitê de Gestão Pública da OCDE e Presidente da Rede de Gestão Pública e Transparência do BID. Pertenceu à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. É autor de cerca de 150 publicações, incluindo 20 livros, palestrante, conselheiro de empresas e ONGs e consultor de organismos internacionais. Nos últimos 20 anos, tem desenvolvido metodologias de gestão inovadoras e colaborado em iniciativas referenciais de transformação da gestão pública, dentre as mais de 250 nas quais colaborou. Foi agraciado com o Prêmio ANPAD de Administração Pública, a Medalha Hélio Beltrão e o Mérito CONSAD em reconhecimento do seu trabalho.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rogério Paulo Calderón Peres - 035.248.608-26

Administrador de empresas formado pela Fundação Getulio Vargas - SP e em Ciência Contábeis pela Fundação Paulo Eiró – SP. Cursos de Pós Graduação: E-Business Education Series - Darden Graduate School of Business Administration da University of Virginia; Summer Executive Business School, Estudos de Casos em Empresas de Consumo e Varejo - University of Western Ontario, Canadá; Estratégia e Organização Empresarial e Treinamento, Orientação de Pessoas, Liderança e Transformação - Princeton University - Center for Executive Development Faculty; Gerenciamento de Educação Continuada e Treinamentos Profissionais – PWC Arundel, Inglaterra; Finanças e Decisão de Investimentos - Análises e Métricas - Fundação Getulio Vargas-SP - Executive Business Development; "Making Corporate Boards More Effective", na Harvard Business School. Experiência profissional: Atuou de 1981 a 2003, na PricewaterhouseCoopers, nas áreas de Auditoria, Consultoria e Tributária, sendo dez anos como sócio e prestou serviços para empresas como Alpargatas, Bradesco, Bunge, Colgate, Danone, Johnson & Johnson, Klabin, Netlé, Rhodia, Safra, Santista Textil, Seara, Syngenta, Unibanco e Votorantim. Atuou de 2003 a 2005 como Vice-Presidente de Finanças & CFO na Bunge Fertilizantes zantes e na Bunge Brasil. Nas empresas Fosfertil, Ultrafertil e Fertifos atuou como membro do conselho de administração. Nas empresas Fundação Bunge, Bungeprev e foi também Membro do Comitê de Auditoria. E na empresa Fertifos atuou como diretor. Ainda nesse período foi Diretor Vice-Presidente de Administração e Finanças, na área legal, tributária e tecnologia da informação. Atuou de 2006 a Junho de 2007 no Grupo Bunge em que conduziu um projeto viabilizando a criação da Produzir Fomento Agrícola Comércio e Exportação S.A., uma joint venture entre a Bunge Ltd. e a E.I.DuPont, na qual atuou como Diretor Financeiro. Atuou de junho de 2007 a setembro de 2007 no Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. como membro do Comitê de Auditoria. Atuou de setembro de 2007 a outubro de 2009 como Diretor Executivo no Unibanco S.A. Entre 2007 e 2008 atuou como membro do Conselho Fiscal da Company S.A. (atual Brookfield S.A.). Atuou de 2009 a 2014 no Itaú Unibanco S.A. como diretor. Atuou de 2009 a 2014 no Itaú Unibanco Holding S.A. como diretor. Atuou de 2013 a 2014 na Tecnisa S.A. como membro do Conselho de Administração. Atuou de 2014 a 2016 no Grupo HSBC, como Diretor Financeiro e como membro do HSBC Finance Management Board e do HSBC Latin America Managerial Committee. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Via Varejo S.A. e dos Comitês de Auditoria do Itaú-Unibanco Holdings S.A. e da B3 Bolsa de Valores, bem como do Comitê de Remuneração e Pessoas da Qualicorp S.A., além das responsabilidades na Alupar Investimento S.A.
Rogério Paulo Calderón Peres (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (ii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

José Luiz de Godoy Pereira - 086.823.468-00

Brasileiro, nascido em 1º de junho de 1965, engenheiro civil formado pela Universidade Mackenzie em dezembro de 1989. Possui mais de 17 anos de experiência no setor de construção, infraestrutura e energia. Experiência profissional: atuou de 2007 a 2009 como Diretor Vice-Presidente da Companhia, de 2007 a 2011 como Diretor de Relações com Investidores e retomou este cargo desde maio de 2014; desde 2007 atua como Diretor Vice Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia. Atua, também, na Companhia como Presidente do Conselho da Administração desde 2006. Com relação à Ferreira Gomes Energia S.A.: Jose Luiz atua como Presidente do Conselho da Administração desde 2010, atuou como Diretor Administrativo-Financeiro de 2012 até 30 de junho 2015 e atuou como Diretor de Relações com Investidores de maio de 2014 até 30 de junho 2015. Além disso, é o Presidente do Conselho de Administração desade 15 de abril de 2015.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Humberto Falcão Martins - 270.734.911-91

Humberto Falcão Martins é Doutor em Administração (EBAPE/FGV, 2003), Mestre em Administração Pública (EBAPE/FGV, 1995), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ENAP, 1996) e bacharel em Administração (UnB, 1986). É professor de dedicação exclusiva da Fundação Dom Cabral na área de gestão pública, atuando em temas relacionados principalmente à reforma da gestão pública, gestão para resultados e gestão colaborativa. Foi visiting fellow na London School of Economics and Political Sciences e é professor convidado do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Foi professor da EBAPE/FGV e da Universidade de Brasília. Nos últimos 34 anos, tem lecionado em escolas de governo no Brasil e no exterior, tendo estagiado na École Nationale de Santé Publique da França (Rennes, 1998) e na York University (Toronto, 2001). Fundou o Instituto Publix e o dirigiu por 15 anos. Anteriormente, ocupou posições executivas em empresas privadas e na administração pública, em especial no Ministério da Administração e Reforma do Estado e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde foi Secretário de Gestão, delegado do Brasil no Comitê de Gestão Pública da OCDE e Presidente da Rede de Gestão Pública e Transparência do BID. Pertenceu à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. É autor de cerca de 150 publicações, incluindo 20 livros, palestrante, conselheiro de empresas e ONGs e consultor de organismos internacionais. Nos últimos 20 anos, tem desenvolvido metodologias de gestão inovadoras e colaborado em iniciativas referenciais de transformação da gestão pública, dentre as mais de 250 nas quais colaborou. Foi agraciado com o Prêmio ANPAD de Administração Pública, a Medalha Hélio Beltrão e o Mérito CONSAD em reconhecimento do seu trabalho.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - 007.274.888-56

Brasileiro, nascido em 08 de março de 1958, administrador de empresas formado em administração de empresas pela Faculdade de Administração da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) em 1980. Atou como Diretor Administrativo da Cavan S.A. (1988-1990); como Diretor Administrativo e Financeiro da Cavan S.A. (1990-2000); e desde 2000 atua como Diretor Administrativo e Financeiro das seguintes empresas: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A – EATE; Empresa Paraense de Transmissão de Energia S/A – ETEP; Empresa Norte de Transmissão de Energia S/A – ENTE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S/A – ERTE; Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S/A – ECTE; Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE; Sistema de Transmissão Catarinense S/A – STC; Companhia Transmissora de Energia Elétrica; Empresa Santos Dumont de Energia S/A – ESDE; e da Empresa de Transmissão Serrana S/A – ETSE. Além disso, desde 2000 também atua no Conselho de Administração das seguintes empresas: Transmisión Eléctrica Charruá – Transchile; Sistema de Transmissão Nordeste S/A – STN; Companhia Transirapé de Transmissão – Transirapé; Companhia Transudeste de Transmissão – Transudeste; Companhia Transleste de Transmissão – Transleste; e Transmissoras Holding.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rogério Paulo Calderón Peres - 035.248.608-26

Administrador de empresas formado pela Fundação Getulio Vargas - SP e em Ciência Contábeis pela Fundação Paulo Eiró – SP. Cursos de Pós Graduação: E-Business Education Series - Darden Graduate School of Business Administration da University of Virginia; Summer Executive Business School, Estudos de Casos em Empresas de Consumo e Varejo - University of Western Ontario, Canadá; Estratégia e Organização Empresarial e Treinamento, Orientação de Pessoas, Liderança e Transformação - Princeton University - Center for Executive Development Faculty; Gerenciamento de Educação Continuada e Treinamentos Profissionais – PWC Arundel, Inglaterra; Finanças e Decisão de Investimentos - Análises e Métricas - Fundação Getulio Vargas-SP - Executive Business Development; "Making Corporate Boards More Effective", na Harvard Business School. Experiência profissional: Atuou de 1981 a 2003, na PricewaterhouseCoopers, nas áreas de Auditoria,

Consultoria e Tributária, sendo dez anos como sócio e prestou serviços para empresas como Alpargatas, Bradesco, Bunge, Colgate, Danone, Johnson & Johnson, Klabin, Netlé, Rhodia, Safra, Santista Textil, Seara, Syngenta, Unibanco e Votorantim. Atuou de 2003 a 2005 como Vice-Presidente de Finanças & CFO na Bunge Fertilizantes zantes e na Bunge Brasil. Nas empresas Fosfertil, Ultrafertil e Fertifos atuou como membro do conselho de administração. Nas empresas Fundação Bunge, Bungeprev e foi também Membro do Comitê de Auditoria. E na empresa Fertifos atuou como diretor. Ainda nesse período foi Diretor Vice-Presidente de Administração e Finanças, na área legal, tributária e tecnologia da informação. Atuou de 2006 a Junho de 2007 no Grupo Bunge em que conduziu um projeto viabilizando a criação da Produzir Fomento Agrícola Comércio e Exportação S.A., uma joint venture entre a Bunge Ltd. e a E.I.DuPont, na qual atuou como Diretor Financeiro. Atuou de junho de 2007 a setembro de 2007 no Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. como membro do Comitê de Auditoria. Atuou de setembro de 2007 a outubro de 2009 como Diretor Executivo no Unibanco S.A. Entre 2007 e 2008 atuou como membro do Conselho Fiscal da Company S.A. (atual Brookfield S.A.). Atuou de 2009 a 2014 no Itaú Unibanco S.A. como diretor. Atuou de 2009 a 2014 no Itaú Unibanco Holding S.A. como diretor. Atuou de 2013 a 2014 na Tecnisa S.A. como membro do Conselho de Administração. Atuou de 2014 a 2016 no Grupo HSBC, como Diretor Financeiro e como membro do HSBC Finance Management Board e do HSBC Latin America Managerial Committee. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Via Varejo S.A. e dos Comitês de Auditoria do Itaú-Unibanco Holdings S.A. e da B3 Bolsa de Valores, bem como do Comitê de Remuneração e Pessoas da Qualicorp S.A., além das responsabilidades na Alupar Investimento S.A.
Rogério Paulo Calderón Peres (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (ii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

José Luiz de Godoy Pereira - 086.823.468-00

Brasileiro, nascido em 1º de junho de 1965, engenheiro civil formado pela Universidade Mackenzie em dezembro de 1989. Possui mais de 17 anos de experiência no setor de construção, infraestrutura e energia. Experiência profissional: atuou de 2007 a 2009 como Diretor Vice-Presidente da Companhia, de 2007 a 2011 como Diretor de Relações com Investidores e retomou este cargo desde maio de 2014; desde 2007 atua como Diretor Vice Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia. Atua, também, na Companhia como Presidente do Conselho da Administração desde 2006. Com relação à Ferreira Gomes Energia S.A.: Jose Luiz atua como Presidente do Conselho da Administração desde 2010, atuou como Diretor Administrativo-Financeiro de 2012 até 30 de junho 2015 e atuou como Diretor de Relações com Investidores de maio de 2014 até 30 de junho 2015. Além disso, é o Presidente do Conselho de Administração desade 15 de abril de 2015.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Humberto Falcão Martins - 270.734.911-91

Humberto Falcão Martins é Doutor em Administração (EBAPE/FGV, 2003), Mestre em Administração Pública (EBAPE/FGV, 1995), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ENAP, 1996) e bacharel em Administração (UnB, 1986). É professor de dedicação exclusiva da Fundação Dom Cabral na área de gestão pública, atuando em temas relacionados principalmente à reforma da gestão pública, gestão para resultados e gestão colaborativa. Foi visiting fellow na London School of Economics and Political Sciences e é professor convidado do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Foi professor da EBAPE/FGV e da Universidade de Brasília. Nos últimos 34 anos, tem lecionado em escolas de governo no Brasil e no exterior, tendo estagiado na École Nationale de Santé Publique da França (Rennes, 1998) e na York University (Toronto, 2001). Fundou o Instituto Publix e o dirigiu por 15 anos. Anteriormente, ocupou posições executivas em empresas privadas e na administração pública, em especial no Ministério da Administração e Reforma do Estado e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde foi Secretário de Gestão, delegado do Brasil no Comitê de Gestão Pública da OCDE e Presidente da Rede de Gestão Pública e Transparência do BID. Pertenceu à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. É autor de cerca de 150 publicações, incluindo 20 livros, palestrante, conselheiro de empresas e ONGs e consultor de organismos internacionais. Nos últimos 20 anos, tem desenvolvido metodologias de gestão inovadoras e colaborado em iniciativas referenciais de transformação da gestão pública, dentre as mais de 250 nas quais colaborou. Foi agraciado com o Prêmio ANPAD de Administração Pública, a Medalha Hélio Beltrão e o Mérito CONSAD em reconhecimento do seu trabalho.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - 007.274.888-56

Brasileiro, nascido em 08 de março de 1958, administrador de empresas formado em administração de empresas pela Faculdade de Administração da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) em 1980. Atou como Diretor Administrativo da Cavan S.A. (1988-1990); como Diretor Administrativo e Financeiro da Cavan S.A. (1990-2000); e desde 2000 atua como Diretor Administrativo e Financeiro das seguintes empresas: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A – EATE; Empresa Paraense de Transmissão de Energia S/A – ETEP; Empresa Norte de Transmissão de Energia S/A – ENTE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S/A – ERTE; Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S/A – ECTE; Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE; Sistema de Transmissão Catarinense S/A – STC; Companhia Transmissora de Energia Elétrica; Empresa Santos Dumont de Energia S/A – ESDE; e da Empresa de Transmissão Serrana S/A – ETSE. Além disso, desde 2000 também atua no Conselho de Administração das seguintes empresas: Transmisión Eléctrica Charruá – Transchile; Sistema de Transmissão Nordeste S/A – STN; Companhia Transirapé de Transmissão – Transirapé; Companhia Transudeste de Transmissão – Transudeste; Companhia Transleste de Transmissão – Transleste; e Transmissoras Holding.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto de Godoy Pereira - 682.734.958-68

Brasileiro, nascido em 10 de julho de 1954, administrador de empresas formado pela Universidade Mackenzie. Desde 2006 é Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia. De 2004 a 2014, Paulo Godoy foi Presidente da ABDIB – Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (www.abdib.org), composta pelas maiores companhias e empresários da área de infraestrutura, com investimento em concessões públicas e licenças para energia elétrica, óleo e gás, logística, saneamento e sistemas de telecomunicações. Fabricantes de equipamentos, empresas de engenharia e construtoras também são membros da ABDIB.
Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Alupar Investimento S.A.	08.364.948/0001-38	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração; Diretor Vice-Presidente; Diretor Administrativo Financeiro; Diretor de Relações com Investidores; Membro do Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; e Membro do Comitê de Auditoria				
Pessoa relacionada				
Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires	142.821.528-00	Alupar Investimento S.A.	08.364.948/0001-38	
Membro suplente do Conselho de Administração.				
Observação				
N.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Marcelo de Almeida Pires	235.052.428-02	Alupar Investimento S.A.	08.364.948/0001-38	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração.				
Pessoa relacionada				

Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires	142.821.528-00	Alupar Investimento S.A.	08.364.948/0001-38

Membro suplente do Conselho de Administração.

Observação

N.A.

Administrador do emissor ou controlada

Marcelo de Almeida Pires	235.052.428-02	Alupar Investimento S.A.	08.364.948/0001-38	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)

Membro efetivo do Conselho de Administração.

Pessoa relacionada

Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires	142.821.528-00	Cambesa Investimentos e Administração S.A.	48.063.937/0001-32

Administradora

Observação

N.A.

Administrador do emissor ou controlada

Marcelo de Almeida Pires	235.052.428-02	Alupar Investimento S.A.	08.364.948/0001-38	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)

Membro efetivo do Conselho de Administração.

Pessoa relacionada

Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires	142.821.528-00	JLMPG Participações Ltda.	05.990.158/0001-70

Administradora

Observação

N.A.

Administrador do emissor ou controlada

Marcelo de Almeida Pires	235.052.428-02	Alupar Investimento S.A.	08.364.948/0001-38	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)

Membro efetivo do Conselho de Administração.

Pessoa relacionada

Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires	142.821.528-00	NGP Participações Ltda.	55.365.290/0001-69

Administradora

Observação

N.A.

Administrador do emissor ou controlada

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Alupar Investimento S.A.	08.364.948/0001-38	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)

Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente.

Pessoa relacionada

Pedro Carvalho de Godoy Pereira	381.641.648-95	Iraé Investimentos Ltda.	35.385.906/0001-56

Acionista controlador

Observação

N.A.

Administrador do emissor ou controlada

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Alupar Investimento S.A.	08.364.948/0001-38	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)

Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente.

Pessoa relacionada

Fernando Carvalho de Godoy Pereira	381.641.648-67	Iraé Investimentos Ltda.	35.385.906/0001-56

Acionista controlador

Observação

N.A.

Administrador do emissor ou controlada

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Alupar Investimento S.A.	08.364.948/0001-38	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)

Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente.

Pessoa relacionada

Fernando Carvalho de Godoy Pereira	381.641.658-67	Alupar Investimento S.A.	08.364.948/0001-38

Membro suplente do Conselho de Administração.

Observação

N.A.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Exercício Social 31/12/2020

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Alupar Chile Inversiones SPA Gerente General			
Observação			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Alupar Inversiones Peru S.A.C. Apoderado General			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Alupar Inversiones Peru S.A.C.

Apoderado General

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Alupar Inversiones Peru S.A.C.

Apoderado General

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

ACE Comercializadora Ltda. 14.402.579/0001-23

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

ACE Comercializadora Ltda. 14.402.579/0001-23

Diretor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

ACE Comercializadora Ltda. 14.402.579/0001-23

Procurador

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

AF Energia S.A. 10.852.802/0001-83

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

AF Energia S.A. 10.852.802/0001-83

Conselho de Adminsitração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

AF Energia S.A. 10.852.802/0001-83

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Água Limpa Energia S.A. 19.623.360/0001-78

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Água Limpa Energia S.A. 19.623.360/0001-78

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Água Limpa Energia S.A. 19.623.360/0001-78

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

APAETE Participações em Transmissão S.A. 32.127.820/0001-35

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

APAETE Participações em Transmissão S.A. 32.127.820/0001-35

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

APAETE Participações em Transmissão S.A. 32.127.820/0001-35

Procurador

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlador Indireto

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Cambesa Investimentos e Administração S.A. 48.063.937/0001-32

Diretor Presidente

Observação

Administrador do Emissor

Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires 142.821.528-00 Subordinação Controlador Indireto

Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Cambesa Investimentos e Administração S.A. 48.063.937/0001-32

Diretora

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlador Indireto

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

CIME Administração e Participações S.A. 51.771.889/0001-41

Diretor Presidente

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlador Indireto

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

CIME Administração e Participações S.A. 51.771.889/0001-41

Diretor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlador Indireto

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

CIME Administração e Participações S.A. 51.771.889/0001-41

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

ETB – Empresa de Transmissão Baiana S.A. 24.870.961/0001-15

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

ETB – Empresa de Transmissão Baiana S.A. 24.870.961/0001-15

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE 20.626.892/0001-48

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE 20.626.892/0001-48

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE 20.626.892/0001-48

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos I S.A. 15.321.064/0001-61

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos II S.A. 15.319.876/0001-72

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos III S.A. 15.321.146/0001-06

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos IV S.A. 15.320.903/0001-27

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos X S.A. 15.253.350/0001-37

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci 016.755.578-29 Subordinação Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos I S.A. 15.321.064/0001-61

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos II S.A. Conselho de Administração	15.319.876/0001-72

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos III S.A. Conselho de Administração	15.321.146/0001-06

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Técnico e Comercial			

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos IV S.A.	15.320.903/0001-27
Conselho de Administração	

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Técnico e Comercial			

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos X S.A.	15.253.350/0001-37
Conselho de Administração	

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Eólica do Agreste Potiguar I S.A. 33.268.331/0001-66

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Eólica do Agreste Potiguar II S.A. 33.268.312/0001-30

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Eólica do Agreste Potiguar II S.A. 33.268.312/0001-30

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Eólica do Agreste Potiguar I S.A. 33.268.331/0001-66

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Eólica do Agreste Potiguar II S.A. Conselho de Administração e Diretor	33.268.312/0001-30

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Eólica do Agreste Potiguar I S.A. Conselho de Administração e Diretor	33.268.331/0001-66

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. Conselho de Administração	25.224.629/0001-46

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. Conselho de Administração	25.224.629/0001-46

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. 25.224.629/0001-46

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES 08.600.252/0001-63

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES 08.600.252/0001-63

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Ferreira Gomes Energia S.A. 12.489.315/0001-23

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Ferreira Gomes Energia S.A. 12.489.315/0001-23

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Ferreira Gomes Energia S.A. 12.489.315/0001-23

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Foz do Rio Claro Energia S.A. 07.823.262/0001-03

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Ijuí Energia S.A. 07.823.304/0001-06

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Foz do Rio Claro Energia S.A. 07.823.262/0001-03

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Ijuí Energia S.A. 07.823.304/0001-06

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Foz do Rio Claro Energia S.A. Conselho de Administração	07.823.262/0001-03

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Ijuí Energia S.A. Conselho de Administração	07.823.304/0001-06

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Geração de Energia Termoelétrica Participações S.A. Diretor	13.205.600/0001-38

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE Conselho de Administração	03.984.987/0001-14

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP 04.416.923/0001-80

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE 04.416.935/0001-04

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE 05.321.920/0001-25

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE 05.321.987/0001-60

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE 10.319.371/0001-94

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Catarinense S.A - STC 07.752.818/0001-00

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica 05.973.734/0001-70

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Santos Dumont de Energia S/A – ESDE 11.004.138/0001-85

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão Serrana S/A - ETSE 14.929.924/0001-81

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE 26.643.937/0001-79

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Companhia Transleste de Transmissão 05.974.828/0001-64

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Companhia Transudeste de Transmissão 07.085.630/0001-55

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Companhia Transirapé de Transmissão 07.153.003/0001-04

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE 03.984.987/0001-14

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	04.416.935/0001-04		
Diretor			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	05.321.920/0001-25
Diretor	

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE 05.321.987/0001-60

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE 10.319.371/0001-94

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Catarinense S.A - STC 07.752.818/0001-00

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica 05.973.734/0001-70

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa Santos Dumont de Energia S/A – ESDE 11.004.138/0001-85

Conselho de Administração e Diretor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão Serrana S/A - ETSE 14.929.924/0001-81

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE 26.643.937/0001-79

Diretor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Companhia Transleste de Transmissão 05.974.828/0001-64

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Companhia Transudeste de Transmissão 07.085.630/0001-55

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Companhia Transirapé de Transmissão 07.153.003/0001-04

Conselho de Administração e Diretor

Observação

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE 03.984.987/0001-14

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP 04.416.923/0001-80

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE 04.416.935/0001-04

Conselho de Administração

Observação

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE 05.321.920/0001-25

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE 05.321.987/0001-60

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE	10.319.371/0001-94		
Conselho de Administração			
Observação			

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Catarinense S.A - STC	07.752.818/0001-00		
Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	05.973.734/0001-70		

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Santos Dumont de Energia S/A – ESDE 11.004.138/0001-85

Conselho de Administração

Observação

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão Serrana S/A - ETSE 14.929.924/0001-81

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE 26.643.937/0001-79

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE 04.416.935/0001-04

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE Conselho de Administração	05.321.987/0001-60		
Observação			

Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE Conselho de Administração	26.643.937/0001-79		
Observação			

Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Companhia Transleste de Transmissão Conselho de Administração	05.974.828/0001-64		
Observação			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Companhia Transudeste de Transmissão Conselho de Administração	07.085.630/0001-55		
Observação			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Técnico e Comercial			
Pessoa Relacionada			
Companhia Transirapé de Transmissão	07.153.003/0001-04		

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlador Direto

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Guarupart Participações Ltda. 07.709.106/0001-08

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlador Direto

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Guarupart Participações Ltda. 07.709.106/0001-08

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlador Direto

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Guarupart Participações Ltda. 07.709.106/0001-08

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

La Virgen S.A.C.

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

La Virgen S.A.C.

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. 06.976.406/0001-90

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Usina Paulista Queluz de Energia S.A 06.976.417/0001-70

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. 06.976.406/0001-90

Conselho de Administração e Comitê de Gestão Operacional

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Usina Paulista Queluz de Energia S.A 06.976.417/0001-70

Conselho de Administração e Comitê de Gestão Operacional

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Risaralda Energia S.A. S.E.S.P.

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci 016.755.578-29 Subordinação Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Risaralda Energia S.A. S.E.S.P.

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Nordeste S.A - STN 05.991.437/0001-58

Conselho de Administração e Diretor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Nordeste S.A - STN 05.991.437/0001-58

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Nordeste S.A - STN 05.991.437/0001-58

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Transmissoras Reunidas S.A. 19.382.073/0001-13

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Transmissoras Reunidas S.A. 19.382.073/0001-13

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Transmissoras Reunidas S.A. 19.382.073/0001-13

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Transmissoras Reunidas S.A. 19.382.073/0001-13

Diretor Técnico

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

TCC – Transmissora Caminho do Café S.A. 26.796.760/0001-40

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A. 26.796.739/0001-45

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

TCC – Transmissora Caminho do Café S.A. 26.796.760/0001-40

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A. 26.796.739/0001-45

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Transnorte Energia S.A. - TNE 14.683.671/0001-09

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Transnorte Energia S.A. - TNE 14.683.671/0001-09

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME Conselho de Administração	10.994.254/0001-26

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG Conselho de Administração	12.385.102/0001-51

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG 12.385.102/0001-51

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME 10.994.254/0001-26

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG 12.385.102/0001-51

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Transminas Holding S.A. 08.374.879/0001-43

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Transminas Holding S.A. 08.374.879/0001-43

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Transminas Holding S.A. 08.374.879/0001-43

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Transmissora Colombiana de Energia S.A.S. E.S.P

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Transmissora Colombiana de Energia S.A.S. E.S.P

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. 28.008.699/0001-55

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. 28.008.699/0001-55

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Verde 8 Energia S.A. 19.729.992/0001-10

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Verde 8 Energia S.A. 19.729.992/0001-10

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Windepar Holding S.A. 23.733.733/0001-30

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Windepar Holding S.A. 23.733.733/0001-30

Diretor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Companhia Transleste de Transmissão 05.974.828/0001-64

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Companhia Transudeste de Transmissão 07.085.630/0001-55

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Companhia Transirapé de Transmissão 07.153.003/0001-04

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Água Limpa Energia S.A. 19.623.360/0001-78

Diretoria

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

ETB – Empresa de Transmissão Baiana S.A. 24.870.961/0001-15
Diretoria

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça 430.095.497-68 Subordinação Controlada Direta
Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. – ELTE 20.626.892/0001-48
Diretoria

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça 430.095.497-68 Subordinação Controlada Direta
Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. 25.224.629/0001-46
Diretoria

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

ETC – Empresa Transmissora Capixaba S.A. Diretoria	25.224.658/0001-08

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

La Virgen S.A.C.
Membro Suplente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Risaralda Energía S.A.S E.S.P

Membro Suplente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

TCC – Transmissora Caminho do Café S.A. Diretoria	26.796.760/0001-40

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A. Diretoriar	26.796.739/0001-45

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Transmisora Colombiana de Energia S.A.S. E.S.P
Gerente General Suplente

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. Diretoria	28.008.699/0001-55

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Verde 8 Energia S.A. Diretoria	19.729.992/0001-10

Observação

Exercício Social 31/12/2019

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Alupar Chile Inversiones SPA Gerente General			
Observação			

Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Alupar Inversiones Peru S.A.C. Apoderado General			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Alupar Inversiones Peru S.A.C.

Apoderado General

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Alupar Inversiones Peru S.A.C.

Apoderado General

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

ACE Comercializadora Ltda. 14.402.579/0001-23

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

ACE Comercializadora Ltda. 14.402.579/0001-23

Diretor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

ACE Comercializadora Ltda. 14.402.579/0001-23

Procurador

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

AF Energia S.A. 10.852.802/0001-83

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

AF Energia S.A. 10.852.802/0001-83

Conselho de Adminsitração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

AF Energia S.A. 10.852.802/0001-83

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Água Limpa Energia S.A. 19.623.360/0001-78

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Água Limpa Energia S.A. 19.623.360/0001-78

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Água Limpa Energia S.A. 19.623.360/0001-78

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

APAETE Participações em Transmissão S.A. 32.127.820/0001-35

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

APAETE Participações em Transmissão S.A. 32.127.820/0001-35

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

APAETE Participações em Transmissão S.A. 32.127.820/0001-35

Procurador

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlador Indireto

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Cambesa Investimentos e Administração S.A.	48.063.937/0001-32
Diretor Presidente	

Observação

Administrador do Emissor

Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires	142.821.528-00	Subordinação	Controlador Indireto
Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Cambesa Investimentos e Administração S.A.	48.063.937/0001-32
Diretora	

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlador Indireto

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

CIME Administração e Participações S.A. 51.771.889/0001-41

Diretor Presidente

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlador Indireto

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

CIME Administração e Participações S.A. 51.771.889/0001-41

Diretor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlador Indireto

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

CIME Administração e Participações S.A. 51.771.889/0001-41

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

ETB – Empresa de Transmissão Baiana S.A. 24.870.961/0001-15

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

ETB – Empresa de Transmissão Baiana S.A. 24.870.961/0001-15

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE 20.626.892/0001-48

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE 20.626.892/0001-48

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE 20.626.892/0001-48

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos I S.A. 15.321.064/0001-61

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos II S.A. 15.319.876/0001-72

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos III S.A. 15.321.146/0001-06

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos IV S.A. 15.320.903/0001-27

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos X S.A. 15.253.350/0001-37

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci 016.755.578-29 Subordinação Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos I S.A. 15.321.064/0001-61

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos II S.A. Conselho de Administração	15.319.876/0001-72

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos III S.A. Conselho de Administração	15.321.146/0001-06

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Técnico e Comercial			

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos IV S.A.	15.320.903/0001-27
Conselho de Administração	

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Técnico e Comercial			

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos X S.A.	15.253.350/0001-37
Conselho de Administração	

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Eólica do Agreste Potiguar I S.A. 33.268.331/0001-66

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Eólica do Agreste Potiguar II S.A. 33.268.312/0001-30

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Eólica do Agreste Potiguar II S.A. 33.268.312/0001-30

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Eólica do Agreste Potiguar I S.A. 33.268.331/0001-66

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Eólica do Agreste Potiguar II S.A. Conselho de Administração e Diretor	33.268.312/0001-30

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Eólica do Agreste Potiguar I S.A. Conselho de Administração e Diretor	33.268.331/0001-66

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. Conselho de Administração	25.224.629/0001-46

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. Conselho de Administração	25.224.629/0001-46

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. 25.224.629/0001-46

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES 08.600.252/0001-63

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES 08.600.252/0001-63

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Ferreira Gomes Energia S.A. 12.489.315/0001-23

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Ferreira Gomes Energia S.A. 12.489.315/0001-23

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Ferreira Gomes Energia S.A. 12.489.315/0001-23

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Foz do Rio Claro Energia S.A. 07.823.262/0001-03

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Ijuí Energia S.A. 07.823.304/0001-06

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Foz do Rio Claro Energia S.A. 07.823.262/0001-03

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Ijuí Energia S.A. 07.823.304/0001-06

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Foz do Rio Claro Energia S.A. Conselho de Administração	07.823.262/0001-03

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Ijuí Energia S.A. Conselho de Administração	07.823.304/0001-06

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Geração de Energia Termoelétrica Participações S.A. Diretor	13.205.600/0001-38

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE Conselho de Administração	03.984.987/0001-14

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP 04.416.923/0001-80

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE 04.416.935/0001-04

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE 05.321.920/0001-25

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE 05.321.987/0001-60

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE 10.319.371/0001-94

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Catarinense S.A - STC 07.752.818/0001-00

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica 05.973.734/0001-70

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Santos Dumont de Energia S/A – ESDE 11.004.138/0001-85

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão Serrana S/A - ETSE 14.929.924/0001-81

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE 26.643.937/0001-79

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Companhia Transleste de Transmissão 05.974.828/0001-64

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Companhia Transudeste de Transmissão 07.085.630/0001-55

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Companhia Transirapé de Transmissão 07.153.003/0001-04

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE 03.984.987/0001-14

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	04.416.935/0001-04		
Diretor			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	05.321.920/0001-25
Diretor	

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE 05.321.987/0001-60

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE 10.319.371/0001-94

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Catarinense S.A - STC 07.752.818/0001-00

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica 05.973.734/0001-70

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa Santos Dumont de Energia S/A – ESDE 11.004.138/0001-85

Conselho de Administração e Diretor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão Serrana S/A - ETSE 14.929.924/0001-81

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE 26.643.937/0001-79

Diretor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Companhia Transleste de Transmissão 05.974.828/0001-64

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Companhia Transudeste de Transmissão 07.085.630/0001-55

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Companhia Transirapé de Transmissão 07.153.003/0001-04

Conselho de Administração e Diretor

Observação

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE 03.984.987/0001-14

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP 04.416.923/0001-80

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE 04.416.935/0001-04

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE 05.321.920/0001-25

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE 05.321.987/0001-60

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE 10.319.371/0001-94

Conselho de Administração

Observação

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Catarinense S.A - STC 07.752.818/0001-00

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica 05.973.734/0001-70

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Santos Dumont de Energia S/A – ESDE 11.004.138/0001-85

Conselho de Administração

Observação

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Empresa de Transmissão Serrana S/A - ETSE Conselho de Administração	14.929.924/0001-81		

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE Conselho de Administração	26.643.937/0001-79

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	04.416.935/0001-04

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Conselho de Administração			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE Conselho de Administração	05.321.987/0001-60

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE Conselho de Administração	26.643.937/0001-79

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Companhia Transleste de Transmissão Conselho de Administração	05.974.828/0001-64

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Companhia Transudeste de Transmissão Conselho de Administração	07.085.630/0001-55

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Técnico e Comercial			

Pessoa Relacionada

Companhia Transirapé de Transmissão	07.153.003/0001-04
Conselho de Administração	

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlador Direto

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Guarupart Participações Ltda.	07.709.106/0001-08
Diretor	

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlador Direto

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Guarupart Participações Ltda. 07.709.106/0001-08

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlador Direto

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Guarupart Participações Ltda. 07.709.106/0001-08

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

La Virgen S.A.C.

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

La Virgen S.A.C.

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. 06.976.406/0001-90

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Usina Paulista Queluz de Energia S.A 06.976.417/0001-70

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. 06.976.406/0001-90

Conselho de Administração e Comitê de Gestão Operacional

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Usina Paulista Queluz de Energia S.A 06.976.417/0001-70

Conselho de Administração e Comitê de Gestão Operacional

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Risaralda Energia S.A. S.E.S.P.

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Risaralda Energia S.A. S.E.S.P.

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Nordeste S.A - STN 05.991.437/0001-58

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Nordeste S.A - STN 05.991.437/0001-58

Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Nordeste S.A - STN Conselho de Administração	05.991.437/0001-58

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Transmissoras Reunidas S.A. Conselho de Administração	19.382.073/0001-13

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Transmissoras Reunidas S.A. 19.382.073/0001-13

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Transmissoras Reunidas S.A. 19.382.073/0001-13

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Transmissoras Reunidas S.A. Diretor Técnico	19.382.073/0001-13		
Observação			

Administrador do Emissor			
José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada			
TCC – Transmissora Caminho do Café S.A. Conselho de Administração	26.796.760/0001-40		
Observação			

Administrador do Emissor			
José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A. 26.796.739/0001-45

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

TCC – Transmissora Caminho do Café S.A. 26.796.760/0001-40

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A. 26.796.739/0001-45

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Transnorte Energia S.A. - TNE 14.683.671/0001-09

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Transnorte Energia S.A. - TNE 14.683.671/0001-09

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci 016.755.578-29 Subordinação Controlada Direta

Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME 10.994.254/0001-26

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG 12.385.102/0001-51

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG 12.385.102/0001-51

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME 10.994.254/0001-26

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG 12.385.102/0001-51

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Transminas Holding S.A. 08.374.879/0001-43

Conselho de Administração e Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Transminas Holding S.A. 08.374.879/0001-43

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Técnico e Comercial			

Pessoa Relacionada

Transminas Holding S.A. 08.374.879/0001-43

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Transmissora Colombiana de Energia S.A.S. E.S.P

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta Diretor Técnico e Comercial

Pessoa Relacionada

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Transmissora Colombiana de Energia S.A.S. E.S.P

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. 28.008.699/0001-55

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. Conselho de Administração	28.008.699/0001-55		

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Conselho de Administração. O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

José Luiz de Godoy Pereira Conselho de Administração	086.823.468-00

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Verde 8 Energia S.A. 19.729.992/0001-10

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira 682.734.958-68 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Paulo Roberto também exerce o cargo de membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. O Sr. Paulo Roberto foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Presidente em 13 de maio de 2019.

Pessoa Relacionada

Verde 8 Energia S.A. 19.729.992/0001-10

Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

O Sr. José Luiz é Presidente do Conselho de Administração e também exerce o cargo de membro do Comitê de Finançase Contratação de Partes Relacionadas, bem como do Comitê de Auditoria. O Sr. José Luiz foi eleito e tomou posse do cargo de Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores em 13 de maio de 2019.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Windepar Holding S.A. 23.733.733/0001-30

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

O Sr. Marcelo também exerce o cargo de membro dos seguintes Comitês: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; (ii) Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas; (iii) Comitê de Auditoria.

Pessoa Relacionada

Windepar Holding S.A. 23.733.733/0001-30

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça 430.095.497-68 Subordinação Controlada Direta

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Água Limpa Energia S.A. Diretoria	19.623.360/0001-78		
Observação			

Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
ETB – Empresa de Transmissão Baiana S.A. Diretoria	24.870.961/0001-15		
Observação			

Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. – ELTE Diretoria	20.626.892/0001-48		

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. Diretoria	25.224.629/0001-46

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

ETC – Empresa Transmissora Capixaba S.A. Diretoria	25.224.658/0001-08

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
La Virgen S.A.C. Membro Suplente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Risaralda Energía S.A.S E.S.P Membro Suplente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
TCC – Transmissora Caminho do Café S.A. Diretoria	26.796.760/0001-40		
Observação			

Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A. Diretoriar	26.796.739/0001-45		
Observação			

Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Transmisora Colombiana de Energia S.A.S. E.S.P Gerente General Suplente			
Observação			

Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. Diretoria	28.008.699/0001-55		
Observação			

Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Verde 8 Energia S.A. Diretoria	19.729.992/0001-10		

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires Membro do Conselho de Administração	142.821.528-00	Subordinação	Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Cambesa Investimentos e Administração S.A. Diretora	48.063.937/0001-32

Observação

Administrador do Emissor

Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires Membro do Conselho de Administração	142.821.528-00	Subordinação	Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

JLMPG Participações Ltda. Diretora	05.990.158/0001-70

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires 142.821.528-00 Subordinação Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

NGP Participações Ltda. 55.365.290/0001-69

Diretora Presidente

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Alupar Inversiones Peru S.A.C.

Membro do Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Alupar Chile Inversiones SPA

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

ACE Comercializadora Ltda. 14.402.579/0001-23

Diretor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

AF Energia S.A. 10.852.802/0001-83

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Água Limpa Energia S.A. 19.623.360/0001-78

Presidente do Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

APAETE Participações em Transmissão S.A. 32.127.820/0001-35

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Cambesa Investimentos e Administração S.A. 48.063.937/0001-32

Diretor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

CIME Administração e Participações S.A. 51.771.889/0001-41

Diretor Presidente

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE 20.626.892/0001-48

Presidente do Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES 08.600.252/0001-63

Presidente do Conselho de Administração e Compliance Officer

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos I S.A. 15.321.064/0001-61

Compliance Officer

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos II S.A. 15.319.876/0001-72

Compliance Officer

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos III S.A. 15.321.146/0001-06

Compliance Officer

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos IV S.A. 15.320.903/0001-27

Compliance Officer

Observação

Administrador do Emissor

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos X S.A. 15.253.350/0001-37

Compliance Officer

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. 25.224.629/0001-46

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

ETC – Empresa Transmissora Capixaba S.A. 25.224.658/0001-08

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE 26.643.937/0001-79

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	124.893.150-00	Subordinação	Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Ferreira Gomes Energia S.A. 12.489.315/0001-23

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Transmissoras Reunidas S.A. 19.382.073/0001-13

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Foz do Rio Claro Energia S.A. 07.823.262/0001-03

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira | Subordinação | Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Ijuí Energia S.A. | 07.823.304/0001-06

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira | 086.823.468-00 | Subordinação | Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE | 03.984.987/0001-14

Membro do Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP 04.416.923/0001-80

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE 04.416.935/0001-04

Membro do Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE 05.321.920/0001-25

Membro do Conselho de Administração

Observação

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE 05.321.987/0001-60

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE 10.319.371/0001-94

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC 07.752.828/0001-00

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Indireta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica 05.973.734/0001-70

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE 11.004.138/0001-38

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Indireta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão Serrana S/A - ETSE 14.929.924/0001-81

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Guarupart Participações Ltda. 07.709.106/0001-08

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlador Indireto

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

JLMPG Participações Ltda. 05.990.158/0001-70

Diretor Presidente

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

La Virgen S.A.C.

Membro Suplente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlador Indireto

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

NGP Participações Ltda. 55.365.290/0001-69

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Usina Paulista Queluz de Energia S.A 06.976.417/0001-70

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. 06.976.406/0001-90

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Risaralda Energía S.A.S E.S.P

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Nordeste S.A - STN 05.991.437/0001-58

Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG 12.385.102/0001-51

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

TCC – Transmissora Caminho do Café S.A. 26.796.760/0001-40

Presidente do Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A. 26.796.739/0001-45

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Transminas Holding S.A. 08.374.879/0001-43

Membro do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Windepar Holding S.A. 23.733.733/0001-30

Diretor Técnico

Observação

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira 086.823.468-00 Subordinação Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. 28.008.699/0001-55

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz de Godoy Pereira	086.823.468-00	Subordinação	Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas

Pessoa Relacionada

Verde 8 Energia S.A. 19.729.992/0001-10

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Alupar Inversiones Peru S.A.C.

Membro do Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Alupar Chile Inversiones SPA			
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
ACE Comercializadora Ltda.	14.402.579/0001-23		
Diretor			
Observação			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
AF Energia S.A.	10.852.802/0001-83		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Água Limpa Energia S.A.	19.623.360/0001-78		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlador Indireto
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CIME Administração e Participações S.A.	51.771.889/0001-41		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE	20.626.892/0001-48		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
ETB – Empresa de Transmissão Baiana S.A.	24.870.961/0001-15		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Ferreira Gomes Energia S.A.	12.489.315/0001-23		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Paulo Roberto de Godoy Pereira Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Foz do Rio Claro Energia S.A. Membro do Conselho de Administração	07.823.262/0001-03		
Observação			

Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Ijuí Energia S.A. Membro do Conselho de Administração	07.823.304/0001-06		
Observação			

Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	03.984.987/0001-14		
Presidente do Conselho de Administração			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	04.416.923/0001-80		
Presidente do Conselho de Administração			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE 04.416.935/0001-04

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Indireta

Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE 05.321.920/0001-25

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	05.321.987/0001-60		
Presidente do Conselho de Administração			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE	10.319.371/0001-94		
Presidente do Conselho de Administração			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Indireta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	07.752.828/0001-00		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Indireta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	05.973.734/0001-70		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Indireta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE 11.004.138/0001-38

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Indireta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão Serrana S/A - ETSE 14.929.924/0001-81

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Indireta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE	26.643.937/0001-79		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlador Direto
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Guarupart Participações Ltda.	07.709.106/0001-08		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Risaralda Energía S.A.S E.S.P

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A - ETVG 12.385.102/0001-52

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Verde 8 Energia S.A. 19.729.992/0001-10

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Roberto de Godoy Pereira	682.734.958-68	Subordinação	Controlada Direta

Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Transmissora Colombiana de Energia S.A.S. E.S.P

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

ACE Comercializadora Ltda. 14.402.579/0001-23

Compliance Officer

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

AF Energia S.A. 10.852.802/0001-83

Membro do Conselho de Administração e Compliance Officer

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

APAETE Participações em Transmissão S.A. Membro do Conselho de Administração 32.127.820/0001-35

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Água Limpa Energia S.A. 19.623.360/0001-78

Membro do Conselho de Administração e Compliance Officer

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlador

Direto Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

CIME Administração e Participações S.A. 51.771.889/0001-41

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE 20.626.892/0001-48

Membro do Conselho de Administração e Compliance Officer

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos I S.A. 15.321.064/0001-61

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos II S.A. 15.319.876/0001-72

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos III S.A. 15.321.146/0001-06

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos IV S.A. 15.320.903/0001-27

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Energia dos Ventos X S.A. 15.253.350/0001-37

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

ETB – Empresa de Transmissão Baiana S.A. 24.870.961/0001-15
Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. 25.224.629/0001-46
Membro do Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

ETC – Empresa Transmissora Capixaba S.A. 25.224.658/0001-08
Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES 08.600.252/0001-63
Membro do Conselho de Administração

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	03.984.987/0001-14
Membro do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro	

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	04.416.923/0001-80
Membro do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro	

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	04.416.935/0001-04
Membro Suplente do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro	

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Indireta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	05.321.920/0001-25
Membro do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro	

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	05.321.987/0001-60

Membro Suplente do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE	10.319.371/0001-94

Membro Suplente do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Indireta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	07.752.828/0001-00

Membro do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Indireta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	05.973.734/0001-70

Membro do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Indireta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE	11.004.138/0001-38

Membro do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Indireta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão Serrana S/A - ETSE	14.929.924/0001-81

Membro do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Indireta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE	26.643.937/0001-79

Membro do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Usina Paulista Queluz de Energia S.A	06.976.417/0001-70

Membro do Conselho de Administração e Compliance Officer

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	06.976.406/0001-90
Membro do Conselho de Administração e Compliance Officer	

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Nordeste S.A - STN	05.991.437/0001-58
Presidente do Conselho de Administração e Compliance Officer	

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Transnorte Energia S.A. - TNE	14.683.671/0001-09

Membro do Conselho de Administração e Compliance Officer

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. – ETEM	11.589.522/0001-97

Presidente do Conselho de Administração e Compliance Officer

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME	10.994.254/0001-26

Membro do Conselho de Administração e Compliance Officer

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG	12.385.102/0001-51

Membro do Conselho de Administração, Diretor Administrativo Financeiro e Compliance Officer

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer			
Pessoa Relacionada			
Transminas Holding S.A.	08.374.879/0001-43		
Membro do Conselho de Administração e Compliance Officer			
Observação			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer			
Pessoa Relacionada			
TCC – Transmissora Caminho do Café S.A.	26.796.760/0001-40		
Membro do Conselho de Administração e Compliance Officer			
Observação			

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A.	26.796.739/0001-45
Membro do Conselho de Administração e Compliance Officer	

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Companhia Transleste de Transmissão Membro do Conselho de Administração	05.974.828/0001-64

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho	007.274.888-56	Subordinação	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Companhia Transudeste de Transmissão 07.085.630/0001-55

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Companhia Transirapé de Transmissão Membro do Conselho de Administração 07.153.003/0001-04

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Transmissora Colombiana de Energia S.A.S.E.S.P

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

Verde 8 Energia S.A. 19.729.992/0001-10

Diretor Administrativo Financeiro e Compliance Officer

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho 007.274.888-56 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração Compliance Officer

Pessoa Relacionada

TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. 28.008.699/0001-55
Membro do Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Alupar Chile Inversiones SPA
Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Alupar Colombia S.A.S.
Gerente General Suplente

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Técnico e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Energia dos Ventos I S.A. Membro do Conselho de Administração	15.321.064/0001-61		
Observação			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Energia dos Ventos II S.A. Membro do Conselho de Administração	15.319.876/0001-72		
Observação			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Técnico e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Energia dos Ventos III S.A. Membro do Conselho de Administração	15.321.146/0001-06		
Observação			

Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Energia dos Ventos IV S.A.	15.320.903/0001-27		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Energia dos Ventos X S.A. Membro do Conselho de Administração	15.253.350/0001-37		
Observação			

Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. Membro do Conselho de Administração	25.224.629/0001-46		
Observação			

Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
ETC – Empresa Transmissora Capixaba S.A. Membro do Conselho de Administração	25.224.658/0001-08		

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Técnico e Diretor Comercial			

Pessoa Relacionada

Ferreira Gomes Energia S.A.	12.489.315/0001-23
Membro do Conselho de Administração	

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Técnico e Diretor Comercial			

Pessoa Relacionada

Transmissoras Reunidas S.A.	19.382.073/0001-13
Diretor Técnico	

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Foz do Rio Claro Energia S.A. Membro do Conselho de Administração	07.823.262/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Ijuí Energia S.A. Membro do Conselho de Administração	07.823.304/0001-06		
Observação			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Técnico e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Geração de Energia Termoelétrica Participações S.A.	13.205.600/0001-38		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Técnico e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	03.984.987/0001-14		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Técnico e Diretor Comercial			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP 04.416.923/0001-80

Membro Suplente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci 016.755.578-29 Subordinação Controlada Direta

Diretor Técnico e Diretor Comercial

Pessoa Relacionada

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE 04.416.935/0001-04

Membro Suplente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci 016.755.578-29 Subordinação Controlada Indireta

Diretor Técnico e Diretor Comercial

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE 05.321.920/0001-25
Membro Suplente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE 05.321.987/0001-60
Membro Suplente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE Membro Suplente do Conselho de Administração	10.319.371/0001-94		

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC Membro do Conselho de Administração	07.752.828/0001-00

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica Membro Suplente do Conselho de Administração	05.973.734/0001-70

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE Membro Suplente do Conselho de Administração	11.004.138/0001-38

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão Serrana S/A - ETSE Membro Suplente do Conselho de Administração	14.929.924/0001-81

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE Membro Suplente do Conselho de Administração	26.643.937/0001-79		
Observação			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
La Virgen S.A.C. Membro Suplente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Técnico e Diretor Comercial			

Pessoa Relacionada

Risaralda Energía S.A.S E.S.P

Membro Suplente do Conselho de Administração e Diretor Suplente

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Sistema de Transmissão Nordeste S.A - STN 05.991.437/0001-58

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Transnorte Energia S.A. - TNE 14.683.671/0001-09

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Finaceiro

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci 016.755.578-29 Subordinação Controlada Direta

Diretor Técnico e Diretor Comercial

Pessoa Relacionada

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM 11.589.522/0001-97

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci 016.755.578-29 Subordinação Controlada Direta

Diretor Técnico e Diretor Comercial

Pessoa Relacionada

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Transminas Holding S.A. Diretor Técnico	08.374.879/0001-43		
Observação			

Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Companhia Transleste de Transmissão Presidente do Conselho de Administração	05.974.828/0001-64		
Observação			

Administrador do Emissor			
Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Companhia Transudeste de Transmissão Presidente do Conselho de Administração	07.085.630/0001-55		

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Companhia Transirapé de Transmissão Presidente do Conselho de Administração	07.153.003/0001-04

Observação

Administrador do Emissor

Enio Luigi Nucci Diretor Técnico e Diretor Comercial	016.755.578-29	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Transmisora Colombiana de Energia S.A.S. E.S.P
Gerente General Suplente

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Água Limpa Energia S.A. Diretoria	19.623.360/0001-78		
Observação			
Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
ETB – Empresa de Transmissão Baiana S.A. Diretoria	24.870.961/0001-15		
Observação			
Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. – ELTE	20.626.892/0001-48		
Diretoria			
Observação			

Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	25.224.629/0001-46		
Diretoria			
Observação			

Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
ETC – Empresa Transmissora Capixaba S.A. Diretoria	25.224.658/0001-08		

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

La Virgen S.A.C.
Membro Suplente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Risaralda Energía S.A.S E.S.P
Membro Suplente do Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

TCC – Transmissora Caminho do Café S.A. Diretoria	26.796.760/0001-40

Observação

Administrador do Emissor

Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Pessoa Relacionada

TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A. Diretoriar	26.796.739/0001-45

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Transmisora Colombiana de Energia S.A.S. E.S.P Gerente General Suplente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça Membro suplente do Conselho de Administração	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. Diretoria	28.008.699/0001-55		
Observação			
Administrador do Emissor			
Carlos Manuel da Silva Graça	430.095.497-68	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Verde 8 Energia S.A. 19.729.992/0001-10

Diretoria

Observação

Anexo IV Item 13 do Formulário de Referência da Companhia

(conforme artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e Diretoria, está em linha com as melhores práticas de mercado, sempre com a visão de estimular o alinhamento dos nossos objetivos à produtividade e à eficácia, mantendo a competitividade no mercado de atuação.

Cabe ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual de cada administrador, de acordo com nosso Estatuto Social.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração:

Nossa política de remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e Diretoria, está em linha com as melhores práticas de mercado, sempre com a visão de estimular o alinhamento dos nossos objetivos à produtividade e à eficácia, mantendo a competitividade no mercado de atuação.

Cabe ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual de cada administrador, de acordo com nosso Estatuto Social.

Conselho Fiscal:

Na data deste Formulário de Referência o Conselho Fiscal da Companhia não estava instalado.

Diretoria:

Os membros da Diretoria recebem benefícios diretos, que incluem Seguro Saúde e Odontológico, Seguro de Vida, Vale Refeição e Previdência Privada, assim como a remuneração fixa de 12 pró-labores ao ano, respectivamente, acrescidos de remuneração variável que inclui participação nos lucros e resultados vinculada ao alcance de metas por desempenho corporativo e da área de atuação, e gratificação natalina (13º pró-labore).

O plano de previdência privada para a diretoria tem como objetivo garantir ao colaborador uma renda, mensal e vitalícia, no momento de sua aposentadoria. Os participantes podem efetuar 13 (treze) contribuições ao ano, correspondentes ao percentual de sua livre escolha, que varia de acordo com as faixas etárias abaixo a seguir: (i) até 40 anos, de 1% a 4%; (ii) de 41 anos a 50 anos, de 1% a 6%; (iii) acima de 50 anos, de 1% a 8%.

A empresa efetua, mensalmente, contribuições no valor equivalente a 100% das contribuições básicas escolhidas pelo participante. Além disso, o colaborador pode efetuar contribuições voluntárias, de valor e periocidade livres, sem contrapartida da empresa. A contribuição voluntária poderá girar em percentual do salário ou valor fixo definido pelo empregado.

Nossa política de remuneração fixa visa estimular o alinhamento dos nossos objetivos à produtividade e à eficiência dos membros de nossa Diretoria, bem como manter a competitividade e atratividade de talentos no mercado em que atuamos.

Nossa política de remuneração variável, destinada aos membros de nossa Diretoria, tem como principais objetivos: (i) atrair executivos altamente qualificados por meio de instrumentos em linha com as melhores práticas de mercado; (ii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos por meio de metas corporativas e departamentais que agreguem valor ao negócio; e (iii) incentivar o desempenho e favorecer a retenção dos nossos executivos.

Nossa política de concessão de benefícios aos membros de nossa Diretoria tem por objetivo proporcionar uma maior segurança econômica e bem-estar social aos nossos executivos.

Comitês:

Os membros dos Comitês da Companhia não auferem remuneração pelos cargos ocupados.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração não possuem benefícios nem bonificação e recebem 100% da sua remuneração mediante pagamento mensal fixo.

Não há remuneração variável e nem por participação em comitê para os membros do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, não possuem benefícios nem bonificação e recebem 100% da sua remuneração mediante pagamento mensal fixo.

Diretoria:

No caso de nossa Diretoria, o pró-labore correspondeu, em média, no ano de 2020, a 59% da remuneração, enquanto a remuneração variável correspondeu a 35%, restando 6% para os benefícios diretos.

Com base nas informações descritas na tabela abaixo e na remuneração prevista para o exercício de 2021, o salário base corresponderá, em média a 47% da remuneração, enquanto a remuneração variável corresponderá a 49%, restando 4% para os benefícios diretos.

A tabela abaixo contém as informações relativas à remuneração de nossos diretores e conselheiros:

Prevista para o exercício social corrente (2021) – Valores Anuais					
	Salário ou Pró-labore	**Benefícios**	**Remuneração baseada em ações**	**Remuneração Variável**	**Total**
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria	47%	4%	0%	49%	100%
Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Finanças e Contratação de Partes Relacionadas	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 – Valores Anuais					
	Salário ou Pró-labore	**Benefícios**	**Remuneração baseada em ações**	**Remuneração Variável**	**Total**
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria	59%	6%	0%	35%	100%
Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas	0%	0%	0%	0%	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 – Valores Anuais					
	Salário ou Pró-labore	**Benefícios**	**Remuneração baseada em ações**	**Remuneração Variável**	**Total**
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria	60%	6%	0%	34%	100%
Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas	0%	0%	0%	0%	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 – Valores Anuais					
	Salário ou Pró-labore	**Benefícios**	**Remuneração baseada em ações**	**Remuneração Variável**	**Total**
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria	60%	6%	0%	34%	100%
Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas	0%	0%	0%	0%	0%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração fixa dos Administradores é periodicamente comparada com as práticas de mercado, por meio de pesquisas salariais realizadas por consultorias especializadas, avaliando-se a necessidade de ajuste na remuneração, quando necessário, bem como por meio dos índices de aumentos acordados anualmente nos acordos coletivos.

A Companhia acompanha as práticas de mercado através de:

- participação em Pesquisa Salarial do setor de atuação. Em 2020, a Companhia contratou a Energy Survey promovida pela consultoria Willis Towers Watson (WTW) para atualização das bases salariais (tabela), cujos resultados apresentados demonstraram coerência com os valores já adorados como *target* para remuneração variável praticada. Foram utilizados

critérios de comparação entre empresas do mesmo segmento, porte, faturamento e região do país; e

- participação em Fóruns e Congressos de Gestão de Pessoas, no intuito de manter-se antenada às melhores práticas do mercado.

A principal condição para pagamento de remuneração variável (PLR) aos membros da Diretoria é o atingimento de pelo menos 80% das metas corporativas definidas para cada ciclo (ano calendário), independentemente do desempenho da área específica, ou seja, as metas corporativas funcionam como gatilho para a distribuição de PLR. Caso estas sejam atingidas, verifica-se o total atingido por cada área e, só então, realiza-se o cálculo do valor a pagar por empregado e por nível hierárquico, cujo montante está limitado a 3% do Lucro Líquido da Companhia do ano calendário em questão.

Os benefícios concedidos aos membros da Diretoria são revistos anualmente de forma a mantê-los dentro dos padrões de mercado.

O Conselho de Administração não aufere remuneração variável.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar nossos profissionais de acordo com as práticas de mercado, responsabilidades de seus respectivos cargos, desempenho e metas alcançadas, permitindo a todos participar do nosso crescimento sustentável, mantendo sempre um alto nível de competitividade perante o mercado.

Relativamente aos membros de nossa Diretoria, a combinação de elementos fixos, concessão de benefícios e parcela de remuneração variável, está em linha com as práticas de mercado, e tem como base nosso planejamento estratégico, sendo capaz de propiciar ambiente onde a maximização dos resultados para os acionistas é perseguida constantemente.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Companhia não possui administradores que não sejam devidamente remunerados.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Anualmente são estabelecidas metas corporativas de desempenho para cada negócio e metas de áreas a fim de que os membros da Diretoria elegíveis ao programa de remuneração variável da Companhia tenham acesso à distribuição de participação nos lucros ou resultados baseando-se no atingimento das metas pactuadas.

Tais metas são baseadas em três dimensões de metodologia, as quais englobam os seguintes aspectos: (i) desenvolvimento de novos projetos em infraestrutura; (ii) administração adequada dos investimentos nas companhias em operação; (iii) administração adequada dos investimentos nas companhias em execução/construção; e (iv) valorização das ações frente ao Índice de Energia Elétrica – IEE, listado na B3, considerando em todas elas a agregação de valor aos negócios da Companhia.

Os indicadores de desempenho estão diretamente relacionados às metas estabelecidas para cada uma das diretorias, fazendo o Diretor jus ao recebimento do percentual estabelecido para cada uma das metas que forem atingidas. Como princípio, as metas foram separadas em duas categorias:

- **Metas Corporativas –** na qual a unidade de negócio, em operação ou implantação, deve buscar o atingimento das metas estipuladas, a fim de trazer o retorno esperado e, desta

forma, fazer jus ao recebimento da PLR. As Metas Corporativas funcionam como fator condicionante (gatilho) para a distribuição de Lucros e Resultados. Assim, somente há distribuição de PLR se as Metas Corporativas pactuadas forem alcançadas, respeitando as margens e pesos estipulados para pagamento em cada uma delas.

- **Metas das Áreas –** na qual, se cumprida em sua integridade, não afeta o alcançado na Corporativa, porém se não cumprida, reduz a PLR na proporção do não atingimento, limitado a 25%.

Sendo assim, as metas estabelecidas devem corroborar para o alcance da Visão da Alupar, recentemente revisada (em dezembro de 2019), passando a: "**Ser uma Empresa respeitada e admirada, moderna e eficaz, com os melhores indicadores de performance no setor em que atua**".

Como metas das áreas, a serem atingidas por cada diretoria, geralmente se referem a: (i) aspectos financeiros, como por exemplo: o fluxo de caixa livre, cumprimento do orçamento e aumento de volume de receita da Companhia; (ii) nível de modernização e melhoria dos processos internos e de governança; e (iii) indicadores de aprendizado, que incluem aspectos relacionados à gestão de pessoas, dentre outros.

A combinação destas análises gera o montante a ser distribuído como remuneração variável.

Considerando que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não recebem remuneração variável, a Companhia não estabelece indicadores de desempenho para esses administradores.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Anualmente, a Companhia revisa os indicadores de desempenho, através da promoção de comitês, onde participam os seus principais executivos. Durante este processo é realizada a análise da estratégia de longo e curto prazo da Companhia para a elaboração da carta diretriz anual.

A carta diretriz contém todos os objetivos estratégicos para sustentar o crescimento esperado da Companhia. As metas das áreas são definidas baseadas nos objetivos estratégicos de cada diretoria.

Para garantir a gestão de resultados, é realizado o acompanhamento de metas periodicamente junto aos principais executivos. Nesse ponto, trabalham em conjunto as áreas de Recursos Humanos e Gerenciamento de Projetos e Processos.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Para os interesses de curto, médio e longo prazo, a Companhia oferece remuneração pautada em resultados financeiros e de desenvolvimento do negócio, com metas robustas que levam em conta a efetividade operacional, riscos e qualidade. Nesse sentido, a Companhia entende que a sua prática de remuneração está adequada aos seus interesses de curto, médio e longo prazo.

O posicionamento da remuneração fixa é feito com base em pesquisas de mercado, para manutenção da competitividade da Companhia no mercado de trabalho.

Em complemento à remuneração fixa, a Companhia adota um programa de remuneração variável para sua Diretoria que visa mensurar o atingimento de metas e resultados alinhadas com o plano de negócios e os interesses de curto e médio prazo da Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício garantido aos administradores ou membros dos Comitês vinculados à ocorrência de eventos societários.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

A Companhia possui diretrizes que devem ser observadas quanto à remuneração dos seus administradores de modo a alinhar os seus interesses e os objetivos da Companhia.

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de seus executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O Conselho de Administração é o único órgão da Companhia que participa do processo decisório para definir a remuneração individual dos administradores, determinando a proporção de cada componente das remunerações. A critério do Conselho de Administração, a Companhia pode contratar empresas especializadas para consultoria de remuneração, a fim de estruturar o arcabouço competitivo de remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Ademais, a Companhia utiliza estudos para avaliação e comparação da posição a ser remunerada com o mercado, levando em consideração empresas de mesmo porte do segmento de atuação bem como de outros segmentos que sejam concorrentes para fins de contratação dos executivos.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração avalia a adequação das suas diretrizes internas sempre que houver atualizações nos critérios ou composição da remuneração dos administradores.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente de 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	723.240,00	4.173.378,19	0,00	4.896.618,19
Benefícios direto e indireto	0,00	217.431,34	0,00	217.431,34
Participações em comitês	204.180,00	0,00	0,00	204.180,00
Outros	185.484,00	3.119.071,60	0,00	3.304.555,60
Descrição de outras remunerações fixas	Valores previstos referentes aos encargos sociais retidos pela Companhia	Valores previstos referentes aos encargos sociais retidos pela Companhia		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	7.457.270,51	0,00	7.457.270,51
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	370.265,99	0,00	370.265,99
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021.		
Total da remuneração	**1.112.904,00**	**15.337.417,63**	**0,00**	**16.450.321,63**

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	704.200,00	4.359.812,49	0,00	5.064.012,49
Benefícios direto e indireto	0,00	214.288,80	0,00	214.288,80
Participações em comitês	199.200,00	0,00	0,00	199.200,00
Outros	180.680,00	1.220.033,23	0,00	1.400.713,23
Descrição de outras remunerações fixas	Valores previstos referentes aos encargos sociais retidos pela Companhia	Valores previstos referentes aos encargos sociais retidos pela Companhia		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.355.369,18	0,00	3.355.369,18
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	348.580,93	0,00	348.580,93
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021.		
Total da remuneração	**1.084.080,00**	**9.498.084,63**	**0,00**	**10.582.164,63**

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	705.600,00	4.238.877,28	0,00	4.944.477,28
Benefícios direto e indireto	0,00	218.246,34	0,00	218.246,34
Participações em comitês	199.200,00	0,00	0,00	199.200,00
Outros	180.960,00	1.655.162,42	0,00	1.655.162,42
Descrição de outras remunerações fixas	Valores previstos referentes aos encargos sociais retidos pela Companhia	Valores previstos referentes aos encargos sociais retidos pela Companhia		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.142.097,11	0,00	3.142.097,11
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	337.850,10	0,00	337.850,10
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nºº01/2021.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021.		
Total da remuneração	**1.085.760,00**	**9.592.233,25**	**0,00**	**10.677.993,25**

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	687.572,62	4.080.366,64	0,00	4.767.939,26
Benefícios direto e indireto	0,00	214.214,92	0,00	214.214,92
Participações em comitês	172.800,00	0,00	0,00	172.800,00
Outros	172.074,52	1.142.502,58	0,00	1.314.577,10
Descrição de outras remunerações fixas	Valores previstos referentes aos encargos sociais retidos pela Companhia	Valores previstos referentes aos encargos sociais retidos pela Companhia		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.951.652,00	0,00	2.951.652,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	337.037,98	0,00	337.037,98
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021.		
Total da remuneração	**1.032.447,14**	**8.725.774,12**	**0,00**	**9.758.221,26**

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Para aferição dos valores a serem pagos a título de PLR para a Diretoria, é utilizada a seguinte equação:

Valor da PLR = ((∑ pontos alcançados Metas Corporativas **/** 100) **x** Salários Meta **x** Salário Base do Empregado)) **x** (1 – Redutor Meta da Área)

Onde, Salário Meta corresponde ao número de salários, ou pró-labores, que cada diretoria pode vir a atingir (*target* – 100%), conforme abaixo:

Nível Hierárquico	*Target* (100%)[1]
Presidente / Vice Presidente	23,42
Diretores Corporativos	18,24

[1] Os *targets* alvos previstos serão exclusivamente adotados para o ano de 2021, por decorrência da antecipação nas datas de conclusão de projetos em implantação.

É admitida superação em até 30% do *target*.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2021)				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7	3	-	10
Nº de membros remunerados	7	3	-	10
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.279.903,24	-	8.279.903,24
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	7.457.270,51	-	7.457.270,51

Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.382.733,20	-	4.382.733,20
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	3.577.588,80	-	3.577.588,80
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	3.355.369,18	N/A	3.355.369,18

Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado em 31/12/2019				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	3.926.577,52	N/A	3.926.577,52

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	3.147.601,57	N/A	3.147.601,57
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	3.142.097,11	N/A	3.142.097,11

Remuneração variável no exercício social encerrado em 31/12/2018				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R$ 0,00	N/A	R$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R$ 3.175.078,84	N/A	R$ 3.175.078,84
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R$ 2.442.368,34	N/A	R$ 2.442.368,34
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 2.951.652,00	N/A	R$ 2.951.652,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(b) principais objetivos do plano

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(h) condições de aquisição de ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(k) forma de liquidação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(l) restrições à transferência das ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

A tabela abaixo indica o número de ações ou cotas, detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, pelos administradores da Companhia, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2020.

Órgão	Número de Ações ou Cotas	Sociedade Emissora das Ações	Relação com a Companhia
Conselho de Administração	0	Companhia	-
	632.890 ações ordinárias	CIME Administração e Participações S.A.	Controlador Indireto
	14.246 ações ordinárias	Cambesa Investimentos e Administração	Controlador Indireto
	1.759.484 cotas	NGP Participações Ltda.	Controlador Indireto
	995.350 ações ordinárias	JLMGP Participações S.A.	Controlador Indireto
Diretoria	0	Companhia	
	405.655 ações ordinárias	CIME Administração e Participações S.A.	Controlador Indireto
	14.246 ações ordinárias	Cambesa Investimentos e Administração	Controlador Indireto
	1.759. 484cotas	NGP Participações Ltda.	Controlador Indireto
	995.350 ações ordinárias	JLMGP Participações S.A.	Controlador Indireto

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº. total de membros	7,00	3,00
Nº. de membros remunerados	0,00	3,00
Nome do plano	N/A	Previdência Privada Itaú
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	2.567.573,53
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	348.580,93
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Resgate antecipado apenas do montante pago diretamente pelo segurado

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº total de membros	3	3	3	7	7	7,33	0	0	0
Nº de membros remunerados	3	3	3	7	7	7,33	0	0	0
Valor da maior remuneração individual (Reais)	R$1.719.250,07	R$1.672.539,02	R$1.609.995,31	R$300.000,00	R$300.000,00	R$272.061,84	0	NA	NA
Valor da menor remuneração individual (Reais)	R$1.215.128,93	R$1.182.114,55	R$1.137.909,99	R$100.800,00	R$100.800,00	R$98.334,20	0	NA	NA
Valor médio da remuneração individual (Reais)	R$1.453.270,83	R$1.412.959,09	R$1.360.122,22	R$129.257,14	R$ 129.257,14	R$122.910,37	0	NA	NA
Observação	O número de membros de cada órgão do Emissor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021.			O número de membros de cada órgão do Emissor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021.			O número de membros de cada órgão do Emissor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021.		

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia no caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Conselho de Administração	44%	45%	46%
Diretoria Estatutária	72%	72%	72%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

Os percentuais da tabela acima foram obtidos considerando o total da remuneração paga a cada órgão pela Companhia.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, Diretoria ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores não recebem remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

O número de membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2021, conforme detalhado nas planilhas abaixo em cada exercício social:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		
Mês	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Janeiro	7	3
Fevereiro	7	3
Março	7	3
Abril	7	3
Maio	7	3
Junho	7	3
Julho	7	3
Agosto	7	3
Setembro	7	3
Outubro	7	3
Novembro	7	3
Dezembro	7	3
Total	**84**	**36**
Num. membros	**7**	**3**

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		
Mês	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Janeiro	7	3
Fevereiro	7	3
Março	7	3
Abril	7	3
Maio	7	3
Junho	7	3
Julho	7	3
Agosto	7	3
Setembro	7	3
Outubro	7	3
Novembro	7	3
Dezembro	7	3
Total	**84**	**36**
Num. membros	**7**	**3**

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		
Mês	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Janeiro	7	3
Fevereiro	7	3
Março	7	3
Abril	7	3
Maio	7	3
Junho	7	3
Julho	7	3
Agosto	7	3
Setembro	7	3
Outubro	7	3
Novembro	7	3
Dezembro	7	3
Total	**84**	**36**
Num. membros	**7**	**3**